

Os Trabalhadores e a Comunicação na América Latina

Coordenação: Claudia Santiago
Organização da apostila: Sheila Jacob

18º
Curso Anual
do NPC

Rio de Janeiro
21 a 25 de novembro
de 2012

NPC
Núcleo Piratininga
de Comunicação



21

NOVEMBRO

QUARTA

TEORIA E PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO LATINO-AMERICANA

→ 14 abertura

RAP: Bonde da Cultura e Repper Fiell

→ Das 15h às 18h

CONFERÊNCIA**MÍDIA:** teoria e prática na América Latina

- Denis de Moraes (UFF)
- Venício Lima (UNB)

→ Das 18h às 21h

DEBATE

A mídia e a criminalização da pobreza

- Débora Silva (Mães de Maio/SP)
- José Claudio Alves (UFRRJ)
- Vera Malaguti Batista (Inst. Criminologia)

22

NOVEMBRO

QUINTA

A NOSSA COMUNICAÇÃO E A DELES

→ Das 9h15 às 10h

EXPOSIÇÃO

A pesquisa sobre história social do trabalho no Brasil

- Larissa Correa (Unicamp)

→ Das 10h às 13h

APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Comunicação Sindical HOJE

- Jornal
- Internet
- Rádio
- Memória
- Apresentação Blogosfero

→ Das 14 às 18h

DEBATE

Indústria Cultural: Rádio / Programas policiais Internet / Novelas

- Kléber Mendonça (UFF)
- Silvío Mieli (PUC-SP)
- Pedrinho Guareschi (PUC-RS)
- Cristian Góes (Jornalista/SE)

→ Das 18h às 19h30

DEBATE

Mulher na mídia / Homofobia

- Nalu Faria (Marcha Mundial de Mulheres)
- Luis Mott (Grupo Gay da Bahia)

→ Das 20h às 21h30

EXIBIÇÃO DE FILME

Carlos Mariguella De Carlos Pronzato

23

NOVEMBRO

SEXTA

DESAFIOS PARA A COMUNICAÇÃO DE ESQUERDA

→ Das 9h15 às 10h

EXPOSIÇÃO

Grandes corporações de Comunicação nas Américas

- Gilberto Maringoni (ilustrador)

→ Das 10 às 13h

DEBATE

Desafios da esquerda na América Latina Hoje

- Nildo Ouriques (UFSC)
- Samuel Pinheiro Guimarães (Embaixador)
- Vânia Bambirra (Cientista Política RJ)
- Miguel Borba de Sá (PACS)

→ Das 14 às 16h

DEBATE

Internet: blogs e twitter

- Aldo Sauda (correspondente Caros Amigos)
- Leandro Fortes (Carta Capital)
- Renato Rovai (Revista Fórum)

PERFORMANCE DE O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

→ Das 16 às 19h

DEBATE

A mídia e o debate sobre a Ditadura de 64

- Cecília Coimbra (Grupo Tortura Nunca Mais)
- Chico Otávio (O Globo)
- José Arbex (Caros Amigos)

→ Das 19 às 20h

EXPOSIÇÃO

Marco Regulatório e Conselho Nacional de Comunicação

- João Brant (Intervozes)
- Renata Mieli (Barão de Itararé)

24

NOVEMBRO

SÁBADO

TVs PÚBLICA COMERCIAL E ESTATAL

→ Das 10 às 13h

DEBATE

TV no Brasil: o conceito de pública, privada e estatal

- Beto Almeida (TV Senado e Telesul)
- Gabriel Mendes (Facha)
- Laurindo Leal Filho (TV Brasil)

→ Das 14 às 16h (OFICINAS OPTATIVAS 1, 2 e 3)

OFICINA 1 (AUDIOVISUAL)

Coletivo Taturaroi (TV Memória Latina)

OFICINA 2 (LINGUAGEM E HEGEMONIA)

- Vito Giannotti(NPC)

OFICINA 3 (O MUNDO DO FACEBOOK)

- Arthur William (TV Brasil - Amarc - NPC)

→ Das 16 às 18h (OFICINAS OPTATIVAS 4, 5 e 6)

OFICINA 4 (EDUCAÇÃO E POLÍTICA)

- Gaudêncio Frigotto (UERJ)

OFICINA 5 (A HERANÇA DE GRAMSCI)

- Rodrigo Castelo (UERJ/Unirio)

OFICINA 6 (RÁDIO COMUNITÁRIA)

- Arthur William (TV Brasil - Amarc - NPC)

25

NOVEMBRO

DOMINGO

CINEMA SINDICATO E IDEOLOGIA

→ Das 9h às 13h

EXIBIÇÃO E DEBATE

Filme: As neves do Kilimanjaro

- Camila do Valle (UFRRJ)
- João Pedro Stédile (MST)
- Vito Giannotti (NPC)

BOM CURSO!

DIA 21 5

MÍDIA: teoria e prática na América Latina

Máquinas midiáticas e poder

Por Dênis de Moraes 6

América Latina: por que no Brasil é diferente?

Por Venício Lima 9

A mídia e a criminalização da pobreza

Perfil Débora Maria da Silva: voz da denúncia dos crimes de Maio

Por Paula Salati 12

"A sociedade enlouqueceu: tudo virou motivo para ações violentas". Entrevista especial com José Cláudio Alves

Por Patrícia Fachin, Rafaela Kley e Stéfanie Telles 15

O Alemão é muito mais complexo

Por Vera Malaguti Batista 20

DIA 22 24

A pesquisa sobre história social do trabalho no Brasil

Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980

Por Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva 25

Comunicação sindical hoje

O papel da imprensa sindical na disputa de hegemonia em sindicatos de frente única

Por Roberto Ponciano e Henri Figueiredo 30

Indústria Cultural: rádio / programas policiais / internet / novelas

Mídia, violência e materialidades discursivas: por uma análise dos efeitos de sentido no telejornalismo contemporâneo

Por Kleber Mendonça 34

Eu – Sociedade anônima

Por Silvio Mielli 40

Sensacionalismo na mídia: exclusão e o controle social de classe

Por José Cristian Góes 43

Temas tabus: machismo / homofobia

Crítica feminista à sociedade de mercado

Por Cadernos Marcha Mundial das Mulheres I 47

Luiz Mott: 'Homofobia deve ser tratada como racismo'

Por Vanda Munhhoz 52

DIA 23 55

Grandes corporações de Comunicação nas Américas

A mudança patrimonial das empresas de mídia na América Latina

Por Gilberto Maringoni 56

ÍNDICE

Desafios da esquerda na América Latina Hoje

Crise mundial e integração latino-americana

Por Nildo Ouriques 62

O desafio sul-americano

Por Samuel Pinheiro Guimarães..... 66

Internet: blogs e twitter

Acabou o Lexotan na SIP

Por Leandro Fortes 70

Nos movimentos 2.0, as formas são múltiplas

Por Renato Rovai 72

A mídia e o debate sobre a Ditadura de 64

Algumas Verdades sobre a Comissão da Verdade

Por Cecília Maria Coimbra 77

Relato dos porões: cobra e jacarés na hora da tortura

Por Chico Otávio, Juliana Dal Piva e Marcelo Remígio 80

Marco regulatório e o Conselho Nacional de Comunicação

Campanha para expressar a liberdade: uma nova lei para um novo tempo

Por Campanha para expressar a liberdade 83

DIA 24 87

TV no Brasil: o conceito de pública, privada e estatal

A Confecom e a soberania informativo-cultural

Por Beto Almeida 88

Laurindo Leal fala sobre TV Cultura1

Por Eliane Parmezani 94

OFICINAS OPTATIVAS

Rádios comunitárias – Sem lenço, mesmo com documento

Por Arthur William 99

Alcance e limites das políticas públicas de educação profissional de emprego e renda

Por Gaudêncio Frigotto 101

Revolução passiva ou contra-reforma?

Por Carlos Nelson Coutinho 108

As lições do Dicionário de Politiquês: pesquisar e traduzir

Por Vito Giannotti 115

Os Trabalhadores e a Comunicação na América Latina



18º CURSO ANUAL DO NPC

DIA 21

Mídia: teoria e prática na América latina

*Máquinas
midiáticas e poder¹*

Por Dênis de Moraes²

¹ Publicado originalmente no blog *Batalha das ideias*, da Editora Expressão Popular.
<http://editora.expressaopopular.com.br/content/batalha-das-ideias>

² Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, pós-doutor pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), e professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense. Autor e organizador de diversos livros, entre eles *Vozes Abertas da América Latina* (Mauad, 2012).

Os meios de comunicação desempenham papel de absoluta centralidade na definição dos discursos sociais e do poder, na medida em que disseminam valores, visões de mundo, juízos, padrões de comportamento, receituários morais e modismos que eles próprios elegem. Valem-se da potência tecnológica planetarizada de suas máquinas discursivas, que detêm a capacidade única de interligar, em tempo real, povos, sociedades, economias e culturas. Os projetos mercadológicos e ênfases editoriais podem variar, menos num ponto-chave: operam, consensualmente, para reproduzir a ordem do consumo, em busca do lucro incontido, e conservar hegemonias constituídas.

Sem delegação social para isso, as máquinas midiáticas selecionam o que pode deve ser visto, lido e ouvido pelo conjunto dos cidadãos. Elaboram e difundem conteúdos, rejeitando qualquer modificação legal ou regulatória que ponha em risco sua autonomia. O que acentua a ilegítima pretensão de colocar-se acima das instituições e até dos poderes representativos eleitos pelo voto popular.

Máquinas de produção de poder, dada a sua presença incisiva e permanente em todos os ramos da vida social. Exercem um poder invisível, cada vez mais desmaterializado, penetrante, invasivo, com o qual nos enredamos muitas vezes. Ora estamos em contatos prolongados com televisão e internet, ora em contradição com as programações hierarquizadas por engrenagens do poder econômico, político e ideológico que, por sutis e dissimuladas, escapam à percepção de amplos setores sociais.

As máquinas discursivas se distinguem por características que tentarei resumir. Em primeiro lugar, evidenciam capacidade de coesão em torno da fixação de sentidos e ideologias, interferindo na formação da opinião pública e em linhas predominantes do imaginário social. Em segundo lugar, revelam impressionante desembaraço na apropriação de diferentes léxicos para tentar colocar dentro de si todos os léxicos, a serviço de suas conveniências particulares. Palavras que pertenciam tradicionalmente ao léxico da esquerda, durante o auge da hegemonia do neoliberalismo, nos anos 1980 e 1990, foram tomadas e ressignificadas pelos discursos pró-mercado. Cito, de imediato, duas: reforma e inclusão. Da noite para o dia, passaram a ser incorporadas aos discursos dominantes e às falas massivas e autolegitimadas da mídia – falas que se projetavam, e ainda se pro-

jetam, como intérpretes e vigas de sustentação do ideário privatista e antissocial do neoliberalismo. No governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, nós tivemos a ideia de “reforma” circundando o tempo inteiro nos meios de comunicação e na retórica do oficialismo. Tratava-se de indiscutível apropriação do léxico progressista, que sempre associou reformas ao imaginário da emancipação social. As “reformas” de FHC diziam respeito a privatizações, desestatizações e desregulamentações, em sintonia com interesses dos agentes do capital (bancos, mercado financeiro, corporações).

O discurso neoliberal - que segue influente no plano ideológico, apesar dos rotundos fracassos econômicos do neoliberalismo - se apressou a redefinir e apossar-se de sentidos e significados, a partir de suas óticas interpretativas. Evidência de sua perfeita compreensão do papel crucial a assumir na batalha das ideias pela hegemonia política e cultural.

Uma terceira e decisiva característica das máquinas midiáticas: a contínua divulgação de um discurso que incute e celebra a vida para o mercado, a supremacia dos apelos consumistas, o individualismo, o egoísmo e a competição. A existência subordinada ao mantra da rentabilidade. A glorificação do mercado torna-se parte indissolúvel das ações ideológico-culturais, que visam consolidar a hegemonia burguesa na moldura antissocial e excludente do capitalismo. Um discurso que procura autorregular-se para dificultar interferências externas em suas atividades. Um discurso que se apresenta como o “único” capaz de traduzir aspirações e anseios da sociedade, como se só o mercado pudesse se converter em instância de organização societária. Nada mais faz senão realçar, ressaltar e aprofundar a visão claramente autoritária de que o mercado é a única esfera de regulação da vida contemporânea.

O discurso das máquinas midiáticas está comprometido com o controle seletivo das informações, da opinião e das medidas de valor que circulam socialmente. Isso se manifesta nas formas de interdição, silenciamento e estigmatização de ideias antagônicas. Um exemplo do que acabo de dizer é a forma como as reivindicações de movimentos sociais e comunitários costumam ser tratadas nas pautas, coberturas e enfoques. Ou são frequentemente subestimadas, quando não ignoradas, ou são combatidas com ferocidade, sob o argumento falacioso de que são “radicais”, “extremistas”, “populistas”. A vida das comunidades subalternizadas e pobres está diminuída ou ausente em boa parte dos principais jornais e telejornais.

Que contradição: no mundo da explosão de mídias digitais, seguem estreitas as margens de diversidade. A mesma sociedade que produz tecnologias avançadas, que gera uma distribuição convulsiva de informações, é, paradoxalmente, a mesma sociedade que cada vez mais vê as fontes de veiculação se concentrarem nas mãos de grupos empresariais e dinastias familiares.

Eduardo Galeano sublinha, lucidamente, que só se pode falar em diversidade se ela puder dar conta da variedade de mundos que o mundo contém. Na prática, acontece o inverso: na era de multiplicação de dados, sons e imagens, a definição dos materiais distribuídos pela mídia se mantém, via de regra, na órbita de poucos centros emissores. Fala-se tanto de canais e plataformas comunicacionais, mas o domínio monopólico (patrimonial, estratégico, logístico, financeiro, tecnológico e ideológico) permanece sólido. Fica claro que a expansão da produção simbólica se processa em estreita relação com a comercialização em grandes quantidades lucrativas. O que denota ausência preponderante de margens adequadas de pluralismo e de acesso e usufruto de conteúdos não mercantilizados e mais sensíveis às demandas da cidadania.

Decerto, seria miopia enxergar apenas facciosismos e manipulações no que a mídia difunde, ou supor que a audiência como um todo submerge na passividade crônica. Existem respostas, interações e assimilações diferenciadas por parte do público

consumidor. Há também formatos e linguagens variados, bem como perspectivas em disputa no campo midiático, ainda que seja imperativo reconhecer a enorme disparidade na correlação de forças entre os que nele atuam e os que detêm a propriedade dos meios de produção. E sabemos que as corporações dispõem de sofisticados radares (pesquisas sistemáticas, rastreamento de gostos, identificação de tendências etc.) para captar, reprocessar e atender algumas sinalizações e reclamos de seus consumidores, a fim de atraí-los e fidelizá-los.

Entretanto, devemos examinar atentamente o outro lado da moeda. Em face da concentração monopólica, a possibilidade de interferência do público (ou de frações dele) nas programações depende não somente das escolhas e preferências dos indivíduos. Uma comunicação mais participativa, plural e cidadã exige legislações antimonopólicas e políticas públicas que estimulem a diversidade informativa e cultural, bem como vontade política e respaldo popular para uma aplicação convincente. Significa empreender uma longa luta pela democratização da comunicação, enfrentando resistências e campanhas hostis dos grupos empresariais do setor e criando as condições objetivas para que o interesse coletivo seja resguardado frente às ambições mercantis. Significa, em última análise, garantir que outras vozes e concepções se manifestem livremente, para muito além dos crivos e idiosincrasias estabelecidos pelas máquinas midiáticas.

Mídia: teoria e prática na América latina

*América Latina:
por que no Brasil
é diferente?¹*

Por Venício Lima²

¹ Texto publicado originalmente no portal *Carta Maior* em 29 de junho de 2011.

Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5105

² Venício Lima é cientista político, pesquisador visitante no Departamento de Ciência Política da UFMG (2012/2013), professor de Ciência Política e Comunicação da UnB (aposentado) e autor de *Liberdade de Expressão X Liberdade de Imprensa* (Publisher, 2010).

Ao contrário do que ocorre em outros países na América Latina, aqui não se conseguiu avançar na regulação do setor da comunicação. Os dois governos do presidente Lula esbarraram nessa barreira histórica e, não há indicações, até agora, de que o governo Dilma conseguirá vencer os “poderosos interesses” mencionados pelo Ministro das Comunicações.

Em conversa recente com o professor da Universidad Torcuato Di Tella, Philip Kitzberger, que realiza pesquisa comparada sobre políticas de comunicações na América Latina, insisti que a grande diferença do Brasil em relação aos outros países que estuda – Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela – é que aqui, no período posterior ao regime militar, apesar da eleição e reeleição de um governo categorizado como “populista de esquerda”, não houve mudanças em relação aos interesses que são atendidos na formulação da política pública do setor. Continuam a prevalecer os grandes empresários privados, aliados a grupos familiares e oligárquicos da velha política regional e local.

Propostas sequer se tornam projetos

No Brasil, antes mesmo de se transformarem em projetos de lei, minutas de propostas que não atendam aos interesses dominantes, têm sido vigorosamente combatidas e logo abandonadas pelo governo. Os exemplos mais conhecidos – mas não os únicos – são o “pré-projeto” [vazado na imprensa] de transformação da ANCINE em ANCINAV, em 2005, e o até agora inédito pré-projeto de novo marco regulatório para a radiodifusão, que teria sido elaborado na SECOM-PR ao final do governo Lula (dezembro de 2010).

Quando, eventualmente, “projetos” são apresentados ao Congresso Nacional, como o de criação de um Conselho Federal de Jornalismo, a reação contrária é tão formidável que nem a tentativa de substituí-lo por outro, de criação de um Conselho Federal de Jornalistas – a exemplo de conselhos existentes para outras profissões como, por exemplo, advogados e engenheiros – se concretizou. O projeto original foi arquivado sem que seu mérito fosse de fato debatido, como seria de praxe nas democracias representativas chamadas de liberais.

Mesmo assim, analistas conceituados argumen-

tam que os dois exemplos acima fazem parte de um “encorpado caldo de cultura contra a mídia” existente no Brasil e foram não só “iniciativas do governo federal na administração de Luiz Inácio Lula da Silva (...) que pretendiam aumentar o controle da mídia”, como “quase [sic] se concretizaram”.

Outra característica que diferencia o Brasil de outros países latino-americanos é que aqui, historicamente, os grupos dominantes têm (a) impedido a regulamentação de normas e princípios constitucionais e/ou, (b) quando regulamentadas, as normas são impedidas de funcionar e/ou (c) até mesmo o debate sobre o tema tem sido interdito publicamente, isto é, só merece a atenção da grande mídia para ser satanizado.

Quais as perspectivas de futuro?

Diante dessas afirmações, a pergunta natural para um observador externo é: quais são as projeções para o futuro? Há alguma perspectiva de alteração desse quadro? Quais são os indicadores mais recentes que apontam para onde o Brasil caminha neste setor?

Registro três exemplos.

1. A Audiência Pública conjunta de cinco comissões, realizada no Senado Federal, no dia 16 de junho, para discutir projeto que tramita no Congresso Nacional desde 2007 e que pretende regulamentar a televisão paga. A audiência confirmou:

(a) as divergências entre as teles e as empresas de radiodifusão, que se tornaram públicas desde a definição do sistema de TV digital, quando os radiodifusores venceram a disputa; (b) as divergências internas entre as próprias empresas de radiodifusão. Representantes da Globo, do SBT e da Record falaram em nome da ABERT e expressaram posições diferentes; (c) a exclusão de representantes da sociedade civil organizada do debate, impedidos de participarem da audiência; (d) o conflito entre o Congresso Nacional e alguns grupos empresariais com a ANATEL, acusada de tentar “legislar” sobre televisão paga; (e) a ameaça de judicialização de uma eventual regulação aprovada pelo Congresso Nacional feita pelo representante da Associação das Programadoras. Em resumo: não se vislumbrou qualquer consenso. De certa forma, fica paralisado o andamento de um projeto de lei que tramita há mais de quatro anos e tenta apenas a regulação parcial do setor.

2. A exposição do Ministro das Comunicações no IIº Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas, Brasília, em 17 de junho.

Falando como se o tema “marco regulatório” fosse uma questão nova, o ministro reafirmou que a regulação do setor “envolve poderosos interesses econômicos” e, indiretamente, deu a entender que entende regulação como sendo a regulamentação de normas que já estão na Constituição de 1988 e, mesmo assim, com muita calma e cautela (23 anos depois!).

3. Apesar de várias constituições estaduais haverem incluído, desde o final da década de 80 do século passado, artigos sobre a criação de conselhos estaduais de comunicação – a exemplo do artigo 224 da Constituição Federal – a exceção da Bahia, nenhum outro estado conseguiu até hoje, regulamentar esses artigos. Apesar do importante apoio de enti-

dades representativas como a CBJP/CNBB, a própria OAB-Nacional, manifestou sua oposição à regulamentação dos artigos que prevêem a criação desses conselhos, em outubro de 2010.

A diferença do Brasil na América Latina

Ao contrário do que ocorre em países nossos vizinhos na América Latina, aqui não se conseguiu avançar na necessária regulação do setor de comunicações. Os dois governos do presidente Lula esbarraram nessa barreira histórica e, não há indicações concretas, até agora, de que o governo Dilma conseguirá vencer os “poderosos interesses” mencionados na fala do Ministro das Comunicações.

A novidade(?) é que organismos internacionais e atores dominantes no Brasil passaram recentemente a defender a “autorregulamentação” como alternativa para a regulação do setor de comunicações. Essa é a diferença brasileira.

A mídia e a criminalização da pobreza

*Perfil Débora Maria
da Silva: Voz da denúncia
dos Crimes de Maio¹*

Por Paula Salati²

¹ Publicado na Revista *Caros Amigos*.

² Paula Salati é jornalista.

“Ter um filho assassinado brutalmente pelo Estado é uma dor que não cicatriza jamais. Sinto um vazio enorme. Mas, pra não deixar essa lacuna tomar conta do meu corpo, caí na luta. A luta é o meu alimento pra viver”, afirma a militante Débora Maria da Silva, mãe de Edson Rogério da Silva dos Santos, morto em maio de 2006 quando, em represália aos ataques da organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), policiais e grupos paramilitares, com o aval da Secretaria de Segurança Pública paulista, iniciaram uma onda de perseguição e matança pelas periferias do estado de São Paulo.

Foram cerca de 493 assassinatos no período de 12 a 20 de maio que, até hoje, não foram esclarecidos. Desses, 47 foram atribuídos ao PCC e 446 a policiais, como apontou o relatório do Conselho Regional de Medicina. Jovens, negros, trabalhadores e moradores da periferia foram as principais vítimas durante aqueles nove sangrentos dias que se sucederam. Edson foi um deles. Trabalhava como gari, tinha 29 anos e, na madrugada do dia 15 de maio, foi morto com quatro tiros em um posto de gasolina na cidade de Santos, quando abastecia sua moto. Edson ia para a casa da mãe buscar um remédio que havia esquecido no dia anterior, data em que fora comemorado o aniversário de Débora.

O episódio, doloroso, marcou uma grande mudança na vida da Mãe de Maio. De dona de casa e vendedora autônoma, Débora se transformou em uma brava militante de Direitos Humanos, direcionando sua indignação para uma atuação política. Hoje, ela coordena e é figura pública do grupo Mães de Maio, organização que reúne familiares de vítimas da violência estatal e policial no Brasil, e que tem como um de seus principais eixos a luta pela memória, verdade e justiça dos Crimes de Maio.

Apesar de uma vida repleta de eventos sofridos, Débora tem uma aparência alegre. É sorridente. Tem o olhar atento. Seu tom de voz é confiante e, ao mesmo tempo, inconformado, de quem clama por justiça. Desde cedo, a vida não lhe deu folga. Nasceu em uma família pobre, no ano de 1959, na cidade de Recife, em Pernambuco. Ainda criança foi morar em São Vicente (SP) junto com seus pais, uma irmã e um irmão. Foi lá que nasceram outros nove irmãos. Seu pai era pedreiro e levava os filhos para ajudar no serviço. “Durante a minha infância e adolescência fui servente de pedreiro. Eu carreguei muita lata d’água na cabeça. Sei fazer calçada, mexer

com eletricidade, tirar prumo do chão, da parede”, conta Débora, que estudou até o ensino fundamental.

Ainda sobre a sua infância, ela relembra os anos que passou ao lado da Irmã Dolores, freira alinhada aos setores de esquerda da Igreja Católica, falecida em 2008, que Débora tem como grande referência em sua formação política e social. “Eu a conheci com 8 anos de idade. Ela me buscava em casa pra me levar aos locais mais carentes da periferia. Ela foi quem me ensinou a percorrer os becos e vielas e a dividir o pão”, rememora.

FORÇA NA MILITÂNCIA

A Mãe de Maio casou-se cedo, com 17 anos e teve três filhos. Após 10 anos, separou-se e algum tempo depois, seu ex-marido foi morto por policiais militares, após ter sido testemunha de um assassinato de um mecânico do qual policiais também haviam participado. Débora já havia passado pela mesma situação no início da década de 1980, quando o seu irmão desapareceu nas mãos do Esquadrão da Morte. “Foi a partir desses acontecimentos que eu comecei a conhecer a violência policial”, aponta.

No dia 15 de maio de 2006, recebeu a notícia do assassinato de seu filho Edson através da rádio. Débora caiu em uma cama de hospital, onde permaneceu durante 40 dias, com depressão e sem se alimentar. Um dia, sentiu Edson pedir a ela que se levantasse. Débora tomou força. “Eu vi o mesmo filme se passar diversas vezes na minha vida. Perdi meu irmão, meu marido, meu filho. Olhei para o futuro e vi que não queria perder um neto. Quando recebi alta, tinha um objetivo maior: convencer as mães de que a gente tinha que ir à luta. Fui atrás delas. Conheci primeiro a Nalva e a Vera e começamos a pesquisar o quê podíamos fazer”.

As mães e familiares foram se juntando e deram origem ao grupo Mães de Maio. Débora diz que foi uma tarefa difícil convencer as famílias, já que o medo da repressão é sempre grande.

As Mães bateram de porta em porta em busca de auxílio. Um dos grandes apoios veio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Há quase cinco anos, é o defensor Antônio Mafezzoli quem as acompanha, travando, junto a elas, uma batalha pelo desarquivamento e federalização dos Crimes de Maio. “O que me chama atenção na Débora é que, de uma cidadã comum, ela se tornou uma militante extremamente ativa, articulada e competente

de direitos humanos. A Débora e as outras mães se apropriaram de debates que transcendem os crimes de maio. Vejo cada vez mais elas se envolverem com temas como, por exemplo, a questão de moradia ou violência contra a mulher. Admiro o fato de elas terem transformado o luto de uma tragédia pessoal em uma luta social”, comenta Mafezzoli.

As Mães cresceram, tornaram-se conhecidas e respeitadas nacionalmente como um movimento da área de direitos humanos. A elas, juntaram-se outras mães, de outros meses, outros anos, mas com a mesma dor. Uma delas é a mãe Flávia que perdeu o filho Marcos Paulo em abril de 2010, morto por grupos de extermínio em uma chacina na Baixada Santista que assassinou 22 pessoas, também no período de nove dias. Nessa época, Flávia conheceu Débora e as Mães. “A Débora dá força e motivação pra todo mundo. Quando a gente fica triste, ela que nos levanta. Para nós, que perdemos filhos, é tudo muito turbulento”, desabafa Flávia. “Confio bastante na Débora. Ela está à frente do grupo e sempre repassa tudo pra gente. Apesar de não ter tido estudo formal, ela sabe de muita coisa, de leis, o que falar, como falar. Tudo isso resultado da vivência na luta”, complementa.

Atualmente, Débora dedica todos os seus dias para o movimento social. “Eu gostava de fazer crochê. Fazia a barra em pano de prato para vender. Mas hoje não consigo nem pegar em uma agulha, porque a cabeça está totalmente voltada para a luta. Quando eu estou em casa, vivo no computador, no telefone, me articulando, me informando”, conta Débora sobre a sua rotina. Ela e as mães têm percorrido constantemente os estados brasileiros, participando de debates, atividades políticas e também de premiações. Tudo para manter viva a luta pelo esclarecimento dos Crimes de Maio.

“A federalização e o desarquivamento dos crimes precisa acontecer. Até hoje o governo federal e o estadual estão omissos nessa questão. Os massacres e as chacinas, feitas por grupos de extermínio, continuam acontecendo nas periferias e seguem impunes. Direitos humanos no estado de São Paulo e no Brasil é luxo”, opina Débora, que também diz convicta: “A minha luta não acaba mais. Vou levar ela para o túmulo. Mesmo que resolverem os crimes de maio, continuarei lutando por democracia e por transformação social”.

A mídia e a criminalização da pobreza

“A sociedade enlouqueceu: tudo virou motivo para ações violentas”. Entrevista especial com José Cláudio Alves¹

*Por Patricia Fachin,
Rafaela Kley e Stéfanie Telles*

¹ Publicado originalmente no portal *IHU Online* em 15.11.11.
Disponível em http://projeto.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29

A “Guerra do Rio” acompanhada por todos os brasileiros através do “show midiático” em novembro de 2010 “faz parte de um projeto que está sendo montado há muito tempo, o qual não desmonta a estrutura da violência, porque ela está dentro do próprio aparelho do Estado”, diz José Cláudio Alves à *IHU On-Line*. Em entrevista concedida por telefone, o sociólogo explica que parte significativa da sociedade civil apoia a repressão e o controle policial nas favelas porque a concepção de segurança pública está relacionada com o combate ao crime. “Para a sociedade, bandido bom é bandido morto. Essa é a ideologia predominante, porque rende dividendos para todos os lados. Quanto mais se matam pobres, negros, favelados de comunidades pobres – isso em uma sociedade segregada como a nossa –, mais se gera um rendimento político, porque a sociedade pensa que o Estado está trabalhando para eliminar o mal, o bandido, o crime organizado”.

A instalação de Unidades da Polícia Pacificadora – UPPs nas favelas tem um impacto pequeno no combate à violência, se comparada à adesão de policiais à “estrutura de corrupção”. “Esta rede rende algo em torno de 11 bilhões de reais ao Rio de Janeiro. (...) A economia formal também se beneficia com o tráfico de armas e de drogas. O jogo do bicho, por exemplo, é uma das formas mais bem estruturadas do crime organizado: uma família pode lucrar, por semana, com o caça níqueis e o jogo do bicho, dois milhões e meio de reais, algo em torno de dez milhões de reais por mês. A violência existe porque muitos lucram com ela”, reitera. De acordo com José Cláudio Alves, por trás da imagem de cidade maravilhosa, configura-se no Rio de Janeiro a cidade segregada, “onde as pessoas sabem claramente qual é o seu espaço, onde devem estar, que locais podem frequentar, que horário devem sair, que horas devem voltar”.

Confira a entrevista.

IHU On-Line: O senhor concorda com a informação de que a polícia carioca é a que mais mata no mundo?

José Cláudio Alves: Sim. Essa informação já vem repercutindo há muitos anos no Rio de Janeiro. Em 2008, foram publicados dados referentes ao número de mortes provocadas pela polícia e, naquele período, ela já era considerada letal. Há uma cultura que, de um lado, é homicida e, de outro, é suicida: a polícia que mais mata é também a que mais morre.

IHU On-Line: Qual é a opinião pública diante

da instalação de Unidades de Polícia Pacificadoras – UPPs nas favelas cariocas?

José Cláudio Alves: Analiso o quadro do crime organizado no Rio de Janeiro, do tráfico de drogas, grupos de extermínio, a construção dos grupos paramilitares, das milícias, etc. e a minha interpretação está voltada para perceber o quanto essa estrutura foi articulada, organizada e montada pelo próprio Estado. Portanto, a instituição estatal está na base, na origem da construção dessa estrutura de violência e de organização do crime.

A lógica da polícia reforça a militarização e o uso da violência extrema nas questões ligadas à segurança. Há também uma lógica de espetacularização, em que os meios de comunicação transformam a questão da segurança pública num grande show midiático. Os atentados que ocorreram em novembro de 2010 e a ocupação do Complexo do Alemão televisionada pela mídia e denominada de “Guerra do Rio” fazem parte de um projeto que está sendo montado há muito tempo, o qual não desmonta a estrutura da violência, porque ela está dentro do próprio aparelho do Estado. É o Estado que dá à estrutura de violência a sua condição mais adequada, mais favorável, mais intransponível e impune, já que não se consegue acessar e punir a própria estrutura do crime, que está dentro dos aparatos policiais.

Opinião pública

Nessas operações policiais, é possível prender pessoas, mas a estrutura é muito mais ampla do que se possa imaginar, porque ela funciona há muito tempo e se mantém. A população apoia a ocupação das comunidades, a execução sumária televisionada, a guerra explícita e aberta com o uso de equipamento bélico, porque o combate ao crime já foi “trabalhado” na concepção social de segurança. Para a sociedade, bandido bom é bandido morto. Essa é a ideologia predominante, porque rende dividendos para todos os lados. Quanto mais se matam pobres, negros, favelados de comunidades pobres – isso em uma sociedade segregada como a nossa –, mais se gera um rendimento político porque a sociedade pensa que o Estado está trabalhando para eliminar o mal, o bandido, o crime organizado. Então, a população, que não tem referenciais em relação à segurança pública – porque nunca teve acesso à segurança pública – acredita neste projeto político-midiático como a melhor forma de resolver o problema.

IHU On-Line: Qual o interesse do Estado na militarização e na espetacularização do crime e em

manter a estrutura de violência cíclica? Percebe diferentes formas de controlar e disciplinar as massas empobrecidas?

José Cláudio Alves: A militarização e a forma violenta de tratar a questão da segurança já têm sido construídas desde a ditadura militar e serve a uma grande rede de interesses. O Estado segrega populações inteiras de comunidades pobres quando controla entradas e saídas das pessoas das favelas e quando controla o que acontece nestas comunidades. Então, quando a milícia ou um grupo paramilitar entram em uma área segregada, eles podem operar em inúmeros serviços e ganhar muito dinheiro. Para se ter uma ideia, eles vendem água pública, terra de barrancos – desmontam barrancos de morros para aterrar áreas pantanosas para que as pessoas possam construir suas barracas –, vendem gás, internet. Como se percebe, um conjunto de serviços urbanos que operam hoje, na cidade do Rio de Janeiro, são oriundos das áreas segregadas.

A polícia até consegue prender alguns traficantes, mas a adesão de policiais à estrutura de corrupção é mais ampla. Essa estrutura se associa a outras estruturas tradicionais do crime como o roubo de carro, de casa, tráfico de armas e de drogas. Portanto, esta rede rende algo em torno de 11 bilhões de reais ao Rio de Janeiro. Um quilo de cocaína custa cerca de sete mil reais. Ao misturar essa quantidade com fermento para bolo, fazem-se 47 mil, o que significa que se têm sete vezes o valor investido inicialmente. Quem faz essas operações de milhões não são os pequenos traficantes que estão presos e, sim, os empresários, banqueiros, pessoas que estão totalmente vinculadas à economia formal. Portanto, a economia formal também se beneficia com o tráfico de armas e de drogas. O jogo do bicho, por exemplo, é uma das formas mais bem estruturadas do crime organizado: uma família pode lucrar, por semana, com o caça níqueis e o jogo do bicho, dois milhões e meio de reais, algo em torno de dez milhões de reais por mês. A violência existe porque muitos lucram com ela.

IHU On-Line: Quais foram os desdobramentos do combate ao tráfico de drogas, da ocupação militar no complexo do Alemão e da implantação de UPPs nas favelas cariocas no ano passado?

José Cláudio Alves: Depois da pacificação de algumas favelas, os traficantes continuaram tendo acesso a armas porque a polícia revendeu o material para eles. Para entendermos o crime no **Rio de Janeiro**, é necessário compreender a história de cada área para poder avaliar este grande tabuleiro. A facção crimino-

sa Comando Vermelho, que é a hegemônica do crime organizado do tráfico de drogas, está sendo empurrada para a periferia, para atuar na **Baixada Fluminense**, na área da **Leopoldina**. O **Comando Vermelho** está tentando impedir essa transferência e por isso acontecem os confrontos a que estamos assistindo.

As **UPPs** estão em aproximadamente 69 comunidades, das mil comunidades existentes na cidade. A partir desses dados, se vê que elas estão concentradas em áreas de interesse do Estado, as quais vão receber investimentos para a **Copa do Mundo**. Além disso, as **UPPs** estão sendo instaladas em áreas que não são as mais violentas. As áreas violentas estão nas periferias da **Baixada Fluminense** e na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Estas, pelo contrário, não receberam nenhum tipo de política que pudesse reduzir a violência. Não posso negar que nos locais em que se instalaram as **UPPs** os confrontos armados, as vitimizações e os tiroteios foram reduzidos. Entretanto, o crime continua sendo organizado nestas comunidades e está operando sem tiroteio. As **UPPs** reintroduziram o debate sobre a remoção de favelas e comunidades, o qual tinha desaparecido. Percebe-se também a politização das políticas públicas, quer dizer, as comunidades recebem políticas através da polícia, e não mais por meio da liderança da comunidade. A pior forma de se resolver a questão da segurança é militarizá-la e colocá-la de cima para baixo. É isso que as **UPPs** fazem.

IHU On-Line: Qual seria a alternativa à ocupação da polícia nas favelas? Em que consistiria uma política de segurança pública eficaz no Rio de Janeiro?

José Cláudio Alves: Seria necessária uma construção social para se discutir o problema da comunidade, compreender quem são aquelas pessoas, que lideranças elas formam, etc.

IHU On-Line: O que favorece o surgimento de milícias nesses ambientes?

José Cláudio Alves: A convivência, ao longo de vinte anos, do aparato policial nas favelas com o crime organizado. Sempre houve uma relação direta entre a polícia e o tráfico de armas e drogas nestas comunidades. Portanto, esta convivência permitiu a construção de um projeto.

Com a introdução das milícias nas favelas, não se precisam mais arregimentar pessoas empobrecidas para instruí-las como se deve usar uma arma; o policial já tem este entendimento. Então, não existem confrontos armados porque não há confrontos

entre milícias e a estrutura policial. As milícias estão encontrando um cenário extremamente favorável de lucratividade, de controle sobre as comunidades, sem nenhuma ação que possa impedi-las de continuar funcionando.

Enquanto as facções criminosas enfrentam dificuldades porque disputam territórios entre si, as milícias possuem um comando mais organizado e hierarquizado por dentro da estrutura do Estado, sem confrontos abertos contra o aparato policial. A sociedade carioca vive uma situação muito dramática e a população não entende o que está acontecendo. Assim, ela apoia aquilo que midiaticamente é mais forte e acaba reforçando esta estrutura da violência. É fundamental qualificar a população e fazê-la compreender esta realidade para agir melhor frente a tudo isto.

IHU On-Line: Qual é a herança da ditadura militar na polícia carioca? Como o senhor vê a utilização das Forças Armadas para assegurar a segurança pública interna no Rio de Janeiro?

José Cláudio Alves: A estrutura militar nunca foi desmontada. Em 1967, concebeu-se a polícia militar da forma que ela atua hoje: repreensiva, ostensiva. Além disso, a polícia nunca foi, de fato, limitada no uso do poder.

Do total de homicídios do Rio de Janeiro, apenas 7,8% são investigados pela polícia. Havia uma meta do **Ministério Público** de solucionar todos os crimes de homicídio cometidos até de 2007. Entretanto, descobriu-se que, no de Rio Janeiro, 96% de todos estes casos foram arquivados pelo Ministério Público.

Um comandante da Polícia Militar quer semanalmente em suas mãos 20 talvez 30 mil reais. Este dinheiro é obtido através de propina de crimes que foram cometidos. Além disso, os policiais sequestram traficantes e cobram para liberá-los. Eles pedem dinheiro dos comerciantes, dos banqueiros, dos empresários. Essa estrutura é corporativa e respaldada em uma lógica de violência crescente. Portanto, achar que uma tropa incorruptível como o **BOPE** está isenta disto é uma ilusão. Em 2005, o **BOPE** alugou o “caveirão” para que traficantes de uma favela sequestrassem oito jovens da comunidade de **Vigário Geral**. Estes jovens nunca foram encontrados.

Forças armadas

As **Forças Armadas** seguem a mesma lógica de que a violência se resolve a partir da militarização. O

Exército é qualificado para uma lógica de confronto sem derrota: a tropa jamais pode voltar derrotada. Então, amplia-se mais ainda a violência. As tropas que ocuparam o **Complexo do Alemão** foram treinadas por anos no **Haiti** e possuem uma concepção de atuação muito mais brutal. Esta é uma prática muito antiga nos Estados Unidos: eles sempre treinaram suas tropas em confrontos exteriores para depois utilizá-las em confrontos internos. Foi assim nos confrontos em 1994 em **Los Angeles** e em **Nova Orleans** depois do Furacão Katrina. O Brasil está ensaiando este modelo, sobretudo por causa dos futuros eventos que acontecerão no **Rio de Janeiro**.

IHU On-Line: Como entender a aceitação da população em relação à atuação da polícia, quando se sabe que existe milícia, corrupção? A aceitação é apenas em função da mídia?

José Cláudio Alves: Outros fatores explicam essa aceitação: há uma ausência de alguma política coerente ou significativa de segurança pública. Nós estamos falando com uma população que não tem acesso a isso, uma população que muitas vezes está entregue à ferocidade. As pessoas nunca perceberam o que seria conviver numa outra realidade. Logo, a sua concepção é essa lógica da execução sumária.

Os traficantes e a polícia, que controlaram a violência nessas comunidades, usam dessa violência para fazer o controle. Vou dar um exemplo: se um traficante cometer algum crime contra a própria população da favela e o líder daquela facção tiver consciência disso, ele punirá violentamente o garoto para que sirva de exemplo para aquela comunidade. Portanto, as pessoas estabelecem uma segurança calcada na violência. Assim, como essas comunidades vão perceber outra forma de segurança? Não há para eles esse universo.

IHU On-Line: Como vê a imbricação entre favelas e grandes centros no Rio de Janeiro? Como se dá essa relação entre a população? Diferentemente de outros estados brasileiros, percebe no Rio de Janeiro uma separação classista? Como essa discriminação contribui para propagar a violência?

José Cláudio Alves: O **Rio de Janeiro** foi constituído assim: é a cidade maravilhosa, mas também é a cidade de chumbo. Para entender essa construção histórica, temos de nos remeter ao início do século 20, às políticas que seguiram nos moldes de remoção, como o **Plano Agache**. Mais tarde, surgiu o projeto populista com **Getúlio Vargas**, que tentou romper com essa modalidade de segregação e de remoção. A partir daí, permitiu-se, através da ló-

gica populista de votação do operariado negro, a construção de espaços de comunidades empobrecidas dentro das áreas de interesse econômico com o objetivo de reconhecer e valorizar o trabalhador urbano pobre. Então, é assim que se consolidam as grandes favelas no Rio de Janeiro em 1940 e 1950. A ditadura militar retoma a ideia das remoções, e aí acontecem as remoções do **Morro da Catacumba** e de áreas do centro do **Rio de Janeiro**.

A lógica segregadora sempre existiu no Rio de Janeiro. Há um discurso de que o carioca é o homem cordial, mas por trás dessa imagem existe uma cidade segregada, em que as pessoas sabem claramente qual é o seu espaço, onde devem estar, que locais podem frequentar, que horário devem sair, que horas devem voltar. O Rio de Janeiro é o maior campo de concentração sem arame farpado do mundo, porque um terço da população extremamente empobrecida é controlado a partir de uma polícia criminosa. É uma estrutura muito eficiente e com baixíssimo custo. Eu moro em **Vigário Geral** e canso de ver as pessoas dizendo que moram no bairro **Jardim América**, que fica próximo. Há essa tentativa de ludibriar. Alguns moram em **Pavão** ou **Pavãozinho**, mas dizem que moram em **Copacabana**. O Rio é uma grande ilusão: permite-se a criação de uma imagem de prazer, da beleza, mas o preço que se paga para manter essa imagem é elevadíssimo e ninguém quer discutir o assunto.

IHU On-Line: Qual a importância de manter uma cultura do medo coletivo para a construção das sociedades urbanas no Brasil? Como esse medo se instaura na sociedade? A polícia é suficiente para apaziguar esse sentimento?

José Cláudio Alves: O medo se transformou na grande chave desse processo de controle. A fronteira dessa estrutura política e econômica de dominação se volta para as próprias periferias que ela construiu em termos espaciais. O Estado e o capital precisam da extração de uma mais-valia cada vez maior e com riscos cada vez menores em cima desses segmentos. E, para conseguir isso, utilizam-se de formas de controle, sobretudo a partir da violência, da execução sumária, de projetos de segregação. Esse modelo nos diz que, para que o novo salto tecnológico e econômico aconteça, é preciso consolidar populações que vão ser efetivamente segregadas, eliminadas, executadas.

O medo é determinante e nos impede de fazer denúncias e questionamentos. Esse medo que nos amedronta todos os dias quando olhamos jovens, pobres, negros, moradores de periferias, moradores de favelas, nos distanciam dessas pessoas. Os ricos e a classe média não frequentam mais os locais onde a população pobre está. Por outro lado, essa parcela da população também não consegue mais se aproximar porque sabem o lugar deles, sabem do risco que é fazer essa aproximação.

A sociedade enlouqueceu

Esse medo vai corroendo toda a possibilidade de solidariedade, compaixão, de alianças no campo político ou econômico, elementos que pudessem construir outro projeto de nação. É difícil de derubá-lo, porque o medo não é algo racional: as pessoas alimentam uma visão sobre o mundo e começam a encaixar tudo o que veem no mundo dentro dessa visão. Então, alguém pode estar vendo algo que não é nada daquilo que acha que está vendo e, mesmo assim, achar que é aquilo. O medo impede de ir além daquela concepção: as pessoas sentem pavor, se isolam, se fecham, reduzem o núcleo de relacionamentos, reduzem a área de expansão, começam a olhar para as populações que são criminalizadas ou criminalizáveis de uma forma absolutamente distinta, sem que tenha o menor interesse em se aproximar delas e até endossando toda essa política de eliminação, de execução sobre elas.

Para mudar esse comportamento, as ações precisam ser conduzidas em várias direções: nas políticas de segurança voltadas para as áreas sociais na educação. Seria necessário construir linhas de comunicação entre as comunidades, para que pudessem interromper essa segregação. E, no campo da subjetividade humana, temos que construir elementos que estão desaparecendo, como a solidariedade, a compaixão, o colocar-se no lugar do outro, o ser capaz de olhar para o próprio medo. A violência está mexendo exatamente com a sobrevivência de todos nós. O medo nos impede de fazer esses movimentos, e aí surgem todas as doenças da modernidade porque a sociedade enlouqueceu. Normalmente, tenho dito isso: nós enlouquecemos porque tudo virou motivo para ações violentas. As pessoas perdem o senso; elas perderam as suas referências.

A mídia e a criminalização da pobreza

*O Alemão é muito
mais complexo¹*

Por Vera Malaguti Batista²

¹ Trecho do artigo “O Alemão é muito mais complexo”. In BATISTA, Vera Malaguti (org.) *Paz Armada*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. pp.55-102.

² Secretária-Geral do Instituto Carioca de Criminologia (ICC) e Diretora da Revista *Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*. É também Professora-Visitante do Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ e Professora Convidada do Curso de Pós-Graduação em Criminologia e Direito Penal do Instituto Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

As UPPs viraram um macabro consenso, através de um intenso bombardeio midiático. Aliás, como peça publicitária é muito bem feita. Como sempre – nasci *gauche* na vida –, vou me dedicar a desconstruí-la a partir de uma reflexão mais lenta, diferente de tantas que as apoiaram tão rápido. Começo então a pensar sobre o conceito de território, usado à esquerda e à direita para a justificação das velozes adesões. Afinal é em nome da “reconquista do território” que se formou o unísono. No Rio de Janeiro existe hoje uma secretaria com o curioso nome de Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Territórios.

Para Milton Santos, o território seria “um conjunto de lugares e o espaço nacional como um conjunto de localizações; temos de estar sempre mudando, não obstante o lugar fique o mesmo, em vista do constante rearranjo de valores atribuídos a cada lugar e às atividades presentes”³.

Falar de lugar é trabalhar a noção do inesquecível Milton Santos de localização, “momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. Não confundir localização e lugar. O lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. E lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar”⁴. Estamos então querendo falar a partir de um local e de uma localização: a cidade do Rio de Janeiro. Aprender esse feixe de forças sociais, essa constante alteração nas significações implica a compreensão da discussão temporal na concepção de espaço. Compreender a cidade “como um espaço privilegiado de construção da memória coletiva”, monumentum, sinal do passado⁵.

Nessa potente vereda Maria Adélia Aparecida de Souza nos ensina que o espaço geográfico

é um “sistema indissociável de objetos e ações”, a geografia seria uma filosofia das técnicas e que o território usado precisa ser adotado como uma categoria de análise social⁷. Na geografia das desigualdades de Milton Santos, a definição de território é política, trata-se de território usado, espaço banal onde se podem propor dois tipos de espaços: “os espaços que mandam e os espaços que obedecem, gerados pelo permanente embate entre o par dialético abundância-escassez”. Isso seria o fundamento maior das “geografias da desigualdade”⁸.

Maria Adélia nos fala de outros dois pares dialéticos para caracterizar o território usado: densidade-rarefação e fluidez-viscosidade. “O espaço, por sua vez, também apresenta duas características que se apresentam dialeticamente: rapidez e lentidão, luminosidade e opacidade. Tais características é que geram as novas lógicas na relação centro-periferia, conceitos caros à geografia e revisitados pela obra miltoniana”⁹. A ideia de densidade nos demonstra, por exemplo, maiores ou menores concentrações de serviços, informações e também “a maior ou menor densidade de leis, normas, regras reguladoras da vida coletiva”, tudo isso “a serviço das forças hegemônicas e do Estado”, definindo realidades espaciais, aprofundando desigualdades. O fato das UPPs estarem restritas ao espaço de favelas, e de algumas favelas, já seria um indício luminoso para desvendar o que o projeto esconde: a ocupação militar e verticalizada das áreas de pobreza que se localizam em regiões estratégicas aos eventos desportivos do capitalismo vídeo-financeiro. É um caso com o qual Souza exemplifica o Estado que “governa mais para o interesse hegemônico do que para a sociedade brasileira”¹⁰. Com isso queremos frisar que as UPPs aprofundam as desigualdades e as segregações socioespaciais no Rio de Janeiro.

Cleonice Dias, líder comunitária da “pacificada” Cidade de Deus, atesta: “Nós, que somos da comunidade, sabemos que a UPP está ligada a uma satisfação pública para o Rio de Janeiro e o Brasil de que o Estado tem o controle das comunidades. Querem dizer que haverá segurança porque nós, pobres, estaremos controlados, e que podem vir todos os investimentos para os megaeventos”¹¹.

³ SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996, p.121.

⁴ _____, *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1992, p. 21-23.

⁵ NEDER, Gizlene. *Cidade, identidade e exclusão social*. In: *Revista Tempo*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: UFF-Relume Dumará, 1997, p. 103.

⁶ BATISTA, Vera Malaguti. Políticas públicas de segurança e convivência: o caso do Rio de Janeiro.

⁷ SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Ed. Territorial, 2003, p.17.

⁸ SOUZA, Op. cit, p.18.

⁹ SOUZA, Op. cit, p.19.

¹⁰ SOUZA, Op. cit, p.20.

¹¹ Democracia Viva, abril 2011, p.37.

É importante esclarecer que o projeto não é nenhuma novidade, faz parte de um arsenal de intervenções urbanas previstas para regiões ocupadas militarmente no mundo a partir de tecnologias, programas e políticas estadunidenses que vão do Iraque à Palestina. No caso, o projeto de Medellín – foi este o paradigma. Governador e prefeito para lá marcharam, sempre com os sociólogos de plantão, trazendo para o Rio de Janeiro um pacote embrulhado na “luta contra o crime”, sem que se percebesse que era um projeto de ocupação territorial apoiado pelo governo estadunidense contra a histórica guerrilha colombiana que chegou a ter 40% do território do país sob seu controle. Em 2010 lá estive, no seminário *El Laberinto de las Violências*, organizado pela Prefeitura e outros parceiros. A avaliação do projeto hoje, em indicadores de ocorrências violentas, já é um rumoso fracasso. Mas o teleférico está lá, igualzinho ao do Complexo do Alemão. Naquele momento, apresentei basicamente dois pontos: primeiro, as violências cotidianas de uma cidade são atravessadas pelos grandes movimentos do capital mundial que incidem sobre uma determinada história e memória que são “do lugar”. Não podem ser transferidas automaticamente em conjunturas absolutamente singulares. Segundo, a segurança pública só existe quando ela decorre de um conjunto de projetos públicos e coletivos que foram capazes de gerar serviços, ações e atividades no sentido de romper com a geografia das desigualdades no território usado. Sem isso não há segurança, mas controle truculento dos pobres e resistentes na cidade.

Foucault, esse filósofo tão difamado pela tropa de elite, trabalhou muito a categoria de território, relacionando-a a segurança e a população¹². Ele revela como, com a ideia de nação, vai aparecer na Europa, a partir do século XVII, uma ideia de polícia que vai se aplicar ao governo das populações como tecnologia de governo. A arte de governar apareceria como um campo relacional de forças. Ele vai citar Turquet de Mayerne: “Tudo o que pode proporcionar ornamento, forma e esplendor à cidade” – é disso que a polícia deve se ocupar, diz Foucault¹³.

Para ele, esplendor seria a beleza visível da ordem e o brilho de uma força que se manifesta e que

se irradia. Manter a ordem num campo de forças naquele território usado, desigual, múltiplo, controlando as populações. Curiosamente, ele nos mostra como as dificuldades políticas de unificação da Alemanha a transformaram em paradigma e em local de experimentações. É por isso que nesse período na Alemanha há um sentido equivalente entre ciência da política e ciência da polícia, *polizeiwissenschaft*. O que está em jogo é a unidade territorial. É obvio que se trata de impor uma ordem imperial ao território banal ou usado. Em nossa história, vimos como a década após a Independência o Brasil explode em rebeliões republicanas e abolicionistas¹⁴. Do Oiapoque ao Chuí o povo brasileiro sonhava com as promessas liberais radicais: liberdade, igualdade, fraternidade. O estabelecimento da centralização do território para o Império brasileiro também foi chamado de pacificação. Só no estado do Grão-Pará foi massacrada quase a metade da população na luta pelo domínio do território dos cabanos.

Ao analisar o movimento revolucionário da Cabanagem no Pará, Renato Guimarães produz o que ele chama de “artesanato de restauração” contra uma visão “catastrófico-bestial” com que as classes dominantes se referem às “coisas de ralé”, para tratar de marcar na história as insurreições populares como explosão de banditismo e anarquia¹⁵. Para ele, a Cabanagem constitui-se num caso único de chegada ao poder de movimento popular e também “marco singular de ferocidade”; a derrota do movimento deu-se através do extermínio de um quinto da população da Amazônia, incluindo aí o massacre dos indígenas que participaram do movimento¹⁶.

Guimarães aponta a conjuntura dos 30 como especial por apresentar uma cisão no interior das classes dominantes, a partir da crise regencial e pelas expectativas das classes trabalhadoras na revolução da independência que pedia passagem. “Os de cima não conseguiam mais governar como antes e os de baixo não conseguiam mais viver como antes”¹⁷. O que Guimarães aponta é que a estrutura de poder militar e policial, herda-

¹² FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹³ FOUCAULT, Op. cit. p.422.

¹⁴ BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

¹⁵ GUIMARÃES, Renato. *Dois estudos para a mão esquerda*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

¹⁶ Cf. GUIMARÃES, Renato. Op. cit. p. 68, ao citar Darcy Ribeiro que relata

o massacre indígena na região do Tapajós: em 1820 havia entre 30 e 40 mil índios, em 1864 apenas 3.000.

¹⁷ GUIMARÃES, Renato. Op. cit. p. 23.

*da pelo Estado independente da colônia, se baseava na unidade política das elites que se esgarçava na deposição de D. Pedro I.*¹⁸

A pacificação tem, então, esse sentido histórico da crueldade na História do Brasil. Foucault vai afirmar que aquela noção misturada de ciência política com ciência de polícia dará lugar na Alemanha à noção de *Polizeistaat*, estado de polícia, fundamental para compreendermos o que se passa hoje no Rio de Janeiro. Tutelar as crianças e os jovens seria uma espécie de primeira missão para os primeiros teóricos de polícia¹⁹. As primeiras casas de correção também eram destinadas a salvar a infância e a juventude, metáforas para a captura de sua potência e força para o trabalho compulsório.

“O que caracteriza um estado de polícia é aquilo que lhe interessa, é o que os homens fazem, é sua ocupação”²⁰. Entre os objetivos desse estado estaria, para o autor, a circulação de mercadorias, mas o fulcro central seria a regulação das formas de coexistência: “um imenso domínio que vai do viver ao mais que viver”²¹. É claro que tudo isso nos evoca a ideia de ocupação de um território em que o capitalismo estabeleceu um espaço criminalizado, dominado pela lógica brutalizante das *commodities* ilícitas, mas muito rentáveis. Regular coexistências nos territórios da desigualdade não é

também uma tarefa fácil, num mundo que já nem deseja transformar-se, já deixou para trás uma utopia de escola onde os jovens possam desfrutar de suas potências, ou de uma sociabilidade prazerosa entre diferentes na construção de redes coletivas de apoio e cuidado. É porque, antes da ocupação territorial, já se tinham ocupado as almas. Passamos muito rapidamente da naturalização da truculência contra os pobres ao aplauso dela. Trataremos dessa adesão subjetiva à barbárie mais adiante. Fechemos pois a reflexão sobre o estado de polícia com a definição de Zaffaroni e Batista: “O estado de direito é concebido como o que submete todos os habitantes à lei e opõe-se ao estado de polícia, onde todos os habitantes estão subordinados ao poder daqueles que mandam”²².

É por isso que me causa indignação ler sociólogos chamarem as UPPs de policiamento comunitário ou de proximidade. Peço que respeitem a memória do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. O Alemão é muito mais complexo. A pacificação e a ocupação de algumas favelas do Rio deram-se em forma de guerra, com o apoio das Forças Armadas nacionais, instituindo uma gestão policial e policialesca da vida cotidiana dos pobres que lá habitam.

[...]

¹⁸ BATISTA, Op. cit, p.133.

¹⁹ FOUCAULT, Op. cit, p.429.

²⁰ FOUCAULT, Op. cit, p.433.

²¹ FOUCAULT, Op. cit, p.439.

²² Cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **Direito Penal Brasileiro I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.41.

Os Trabalhadores e a Comunicação na América Latina



18º CURSO ANUAL DO NPC

DIA 22

A pesquisa sobre história social do trabalho no Brasil

*Sujeitos no imaginário
acadêmico: escravos e
trabalhadores na historiografia
brasileira desde os anos 1980¹*

*Por Sidney Chalhoub
e Fernando Teixeira da Silva²*

¹ Reproduzimos apenas o trecho inicial do artigo. O texto completo está disponível em http://www.ael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/45/47

² Professores doutores do Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Ao se adensar e enriquecer, nas últimas três décadas, a produção acadêmica sobre a história dos trabalhadores no Brasil tem provocado a revisão de algumas interpretações clássicas e sugerido novos caminhos de investigação. Grosso modo, pode-se dizer que tal esforço intelectual e político abalou o que chamaremos aqui de “paradigma da ausência”. Ademais, ameaça derrubar o muro de Berlim historiográfico, decorrente do paradigma mencionado, que ainda emperra o diálogo necessário entre os historiadores da escravidão e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário.

“O Brasil é um país sem povo.” A famosa assertiva de Louis Couty, feita na década de 1880, já foi lida por muitos estudiosos como constatação de um fato ou mesmo tomada como ponto de partida para a elaboração de um paradigma interpretativo da história do Brasil. Independentemente das intenções do autor, logo ligou-se à visão do escravo como um ser coisificado, incapaz de pensamentos e ações próprios: a escravidão teria aniquilado as pessoas e sua cultura, restando a fragmentação e o vazio produzidos por uma dominação inexorável. Tal herança afigurava-se ainda mais relevante no contraste com o suposto modelo de desenvolvimento histórico europeu ocidental, no qual os trabalhadores seriam herdeiros de uma forte tradição artesanal, decisiva na emergência da crítica política e dos modos de atuação do movimento operário em seus primórdios. Lá, costumes e tradições densas haviam fecundado as lutas operárias; aqui, a escravidão legara ausência de cultura política, a ser suprida por cabeças e ideologias importadas do centro do mundo e propulsoras exclusivas do movimento operário brasileiro em sua primeira fase.

Às vezes, o “povo” parecia emergir e tornar-se visível nas narrativas acadêmicas, mas apenas em episódios isolados, aparentemente destituídos de significado social ou político mais amplo: perplexo no episódio da proclamação da República, impotente diante da exclusão política, irracional e violento ao lidar com iniciativas disciplinadoras ou ditas civilizadoras do poder público. O desdobramento historiográfico de semelhante ordem de idéias é claro: o desenvolvimento histórico lacunar, aparente peculiaridade nacional, teria produzido a ausência de classes definidas - ou vice-versa -, abrindo um espaço a ser preenchido pela ação demiúrgica do Estado, sujeito principal da história do país. A narrativa da história torna-se então um exercício

teleológico de explicação de uma Nação que apaga os sujeitos e oculta seus conflitos e diferenças.

A predominância, nas décadas de 1960 e 1970, do paradigma da ausência na produção acadêmica sobre os trabalhadores requer alguma descrição de suas origens e fontes intelectuais mais remotas. Referência clássica é Joaquim Nabuco, em especial sua obra intitulada *O Abolicionismo*, publicada originalmente em 1883. Ao definir o caráter do movimento abolicionista, Nabuco parte da idéia de que tal movimento tinha “o mandato da raça negra”, ou seja, os escravos e seus descendentes nascidos após a Lei de 1871 - os ingênuos - haviam delegado aos abolicionistas a missão de libertá-los. Essa delegação, todavia, era “inconsciente da parte dos que a fazem”, pois que tais pessoas não tinham percepção de seus interesses nem meios de reivindicar os seus direitos. A escravidão nos legara “um povo”, mas “fraco” e “oprimido”, a exigir a sua defesa por abolicionistas humanos e compassivos. Preocupado em angariar simpatias à causa da abolição, Nabuco enfatizava que sua pregação não se dirigia aos escravos. Seria covardia fazê-lo, pois a esperança de liberdade desencadearia energias incontroláveis num contingente numeroso de pessoas despreparado para lidar com as responsabilidades da reivindicação de direitos por dentro da ordem social e jurídica existente. O assunto teria de ser negociado entre os proprietários de escravos e seus pares políticos e sociais, e conduzido pelas vias institucionais e legislativas habituais, nas quais não se concebia qualquer atuação dos escravos. Em suma, a liberdade teria de ser “doada ou concedida” aos negros, por definição incapazes de obtê-la sem implodir a ordem social. Nabuco pretendia defender a classe dos proprietários da “vindita bárbara e selvagem dos escravos”; seu pressuposto sobre os cativos era o de que constituíam “uma população mantida até hoje ao nível dos animais e cujas paixões, quebrado o freio do medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se.”

Vê-se que um dos motes de Nabuco consistia em enfatizar o legado da escravidão para os escravos: vítimas de um sistema que os expropriava de tudo, impossibilitando-os até mesmo de tecer laços de família e comunidade, os cativos encontravam-se não só despreparados para lutar pela liberdade, mas fundamentalmente incapacitados de exercê-la. Ao enfatizar a violência da escravidão e a vitimização dos cativos, Nabuco contrapunha-se a outra visão, ainda em voga e importante na resistência escravocrata, de que no Brasil a escravidão caracterizava-se pela “moderação e doçura de que

se tem revestido sempre, e ainda mais nos últimos tempos” - isso nas palavras do romancista e político conservador José de Alencar, velho adversário de Joaquim Nabuco. Para Alencar, a intervenção do poder público nas relações privadas entre senhores e escravos quebraria a disciplina nas fazendas, desorganizaria a produção e provocaria o caos social, pois os cativos eram dependentes dos “laços morais” que mantinham com seus senhores: “...ides desunir aquilo que Deus criou para viver unido [...]. Semeais o ódio, a inveja, a ingratidão, onde só devia reinar o amor e a ternura.”

Por conseguinte, Alencar achava que a liberdade dos escravos deveria resultar da iniciativa particular dos senhores, e não da intervenção do poder público. Para Nabuco, só o fim da escravidão regeneraria a Nação, ainda que a longo prazo devido às mazelas que deixava, e o modo de obter a abolição era submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei. Em suma, o que temos aqui são versões ou representações sobre a escravidão e o “povo” que ela nos legava, produzidas no calor da luta política pertinente à época. As duas representações têm em comum o fato de tornar os trabalhadores escravos ausentes do processo histórico de sua própria libertação. À época, justificaram também a exclusão dos descendentes de escravos e dos trabalhadores em geral dos direitos de cidadania, da participação na política institucional.

Quase cem anos depois, intelectuais engajados na demolição necessária do mito da democracia racial no Brasil recorreriam às imagens construídas pelos abolicionistas quanto aos efeitos da escravidão sobre os negros. Num artigo que constitui um testemunho precioso sobre as motivações políticas de toda uma geração de cientistas sociais e historiadores ao abordar o tema da escravidão nos anos 1960, Emília Viotti da Costa adota como ponto de partida - e contraponto à sua própria posição - uma série de palestras proferidas por Gilberto Freyre nos Estados Unidos na década de 1940. Nelas, Freyre teria descrito “o idílico cenário da democracia racial brasileira”.⁹ Freyre argumentava que, no Brasil, a distância social resultara de diferenças de classe, mais do que de preconceitos de cor ou raça. Em nosso país, observava, qualquer pessoa que não fosse claramente negra poderia passar por branca. Assim, os negros brasileiros desfrutariam de mobilidade social e oportunidades de expressão cultural que teriam impedido o desenvolvimento de sua “consciência de seres negros”. Finalmente, Costa enfatizava que a conclusão de Freyre nas ditas pa-

lestras fora a de que os negros iam “rapidamente desaparecendo no Brasil e incorporando-se ao grupo branco”; ele via semelhante resultado com otimismo, reafirmando a sua confiança “na capacidade social e intelectual do mulato”.

Para a geração de historiadores e cientistas sociais estudiosos das relações raciais que produziram seus trabalhos nas décadas de 1960 e 1970 - a própria Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso - a coisa parecia muito diferente do quadro pintado por Freyre. Esses autores acumularam evidências sobre o preconceito dos brancos brasileiros, para mostrar que a inexistência de discriminação legal não impedira a segregação de fato da população negra do país.¹⁰ A maior parte da população negra permanecia nos porões da sociedade, sem chance de melhorar suas condições de vida. As possibilidades de ascensão social eram muito limitadas para os negros, sempre discriminados quando competiam com os brancos no mercado de trabalho.

Os “revisionistas” - expressão de Costa - passaram a se referir à “intolerável contradição entre o mito da democracia racial e o real predomínio da discriminação contra negros e mulatos”.¹¹ No Brasil havia o fundamental preconceito de não haver preconceito numa sociedade que reproduzia estrutural e indefinidamente a subordinação das gentes de cor. Inerente ao esforço de contrapor-se à ideologia da harmonia racial estava a reinterpretção dos sentidos e modos de funcionamento da escravidão brasileira, aspecto que também fora crucial às formulações de Gilberto Freyre. É nesse ponto que as visões abolicionistas sobre a escravidão nas últimas décadas do século XIX, fossem as produzidas por viajantes estrangeiros ou militantes brasileiros, passam a ocupar o centro da narrativa acadêmica dos revisionistas. A violência inerente à escravidão havia resultado em anomia ou patologia social entre os negros, destruído quase todo o vestígio de sua herança cultural. Impedidos de constituir famílias no cativeiro, tornara-se impossível criar formas de cooperação e ajuda mútua que lhes pudesse valer na “ordem social competitiva emergente” do mundo pós-emancipação.

Não tinham competência técnica nem estavam imbuídos da ideologia de valorização do trabalho livre necessárias à realização do objetivo de ascender socialmente. Ainda que ordenado pelo objetivo louvável de denunciar a vigência e a abrangência do racismo na sociedade brasileira, tal ordem de idéias, ao incorporar avaliações sobre as conse-

qüências da escravidão para os escravos articuladas no contexto das lutas abolicionistas de final do século XIX, resultou na desqualificação radical dos escravos como sujeitos possíveis de sua própria história. Em certos casos, apesar do verniz erudito e da aparente sofisticação teórica, o que temos é a negação caricatural da relevância da cultura política dos trabalhadores, a fé inabalável na “teoria do escravo-coisa”: A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção.

Por outro lado, o escravo autorepresentava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autonômica. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores. Os homens livres, ao contrário, sendo pessoas, podiam exprimir socialmente a condição de ser humano organizando e orientando a ação através de valores e normas criados por eles próprios. Nesse sentido, a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos. Essas generalizações autoconfiantes sobre os modos de pensar - isto é, de “auto-representar-se” - dos escravos baseavam-se numa leitura perfunctória das fontes oitocentistas, em especial relatos de viajantes cujas descrições e comentários incorporavam-se ao argumento sociológico sem qualquer mediação ou atenção aos preconceitos culturais etnocêntricos, ao racismo e às intenções políticas do observador.

Em contraposição a tal modo de ver as cousas, firmou-se na década de 1980, senão antes, uma agenda alternativa de pesquisa que Rebecca Scott resumiu assim: Talvez a característica mais marcante dos trabalhos acadêmicos sobre a escravidão nas últimas décadas tenha sido a forma pela qual romperam com a associação entre subordinação e paralisia ou passividade. [...] Os estudiosos vêm encontrando numerosas maneiras de examinar as iniciativas dos escravos sem desconsiderar a opressão, de explorar a criação de sistemas alternativos de crenças e valores no contexto da tentativa de dominação ideológica, de aprender a reconhecer a comunidade escrava mesmo constatando o esforço contínuo de repressão a algumas de suas características essenciais. Em estudos sobre sociedades pós-emancipação, há um desenvolvimento similar.

Descrições monolíticas de situações de dependência e marginalização têm sido superadas por relatos que enfatizam a negociação, a iniciativa e a escolha, embora em circunstâncias de coerção extrema e, com frequência, de violência.

Em suma, buscava-se superar as versões contraditórias de abolicionistas e escravocratas, as divergências entre Joaquim Nabuco e José de Alencar, a necessidade de optar entre violência e “doçura” na caracterização das relações escravistas. Principalmente, articulavam-se maneiras de inquirir as experiências dos próprios escravos, entender o sentido que eles mesmos conferiam aos seus labores e lutas cotidianas, resgatá-los enfim da “enorme condescendência da posteridade”. Tudo isso exigia uma nova pauta de problemas de pesquisa e a exploração de outros tipos de fontes históricas, num contexto em que a violência das relações escravistas era ponto de partida da análise, e não modo de arrestar a investigação no momento mesmo em que devia iniciar-se. De fato, passava a importar o desvendamento das políticas de domínio pertinentes à escravidão; ademais, interessava perscrutar as maneiras de os cativos lidarem com o seu lote rotineiro de exploração econômica e coerção senhoriais. Assim, descobriu-se que “costumes em comum”, de fato, formatavam a experiência dos trabalhadores escravos e ajudavam a configurar a arena da luta de classes na escravidão brasileira.

Mais ainda, as visões escravas da escravidão impunham limites claros ao poder senhorial - ao mesmo tempo em que, via de regra, ajudavam a reproduzi-lo. Assentada no pressuposto da inviolabilidade da vontade senhorial, tal política de domínio conferia lógica e sentido a muito da experiência social de senhores, escravos e dependentes. Ela estruturava um conjunto de significados sociais gerais que pautavam as relações entre senhores e escravos. Desses significados sociais, que são historicamente construídos e podem variar bastante em função do tempo e lugar, os que pareciam mais cruciais, no Brasil da segunda metade do século XIX, eram a questão da compra e venda, do castigo físico, da ideologia e prática da alforria e do direito à organização das famílias e comunidades escravas, aspectos que passaram a constituir o estoque comum dos estudos sobre escravidão à época.

Em decorrência desse movimento historiográfico mais geral, emerge como característica importante da produção acadêmica sobre a escravidão brasileira no Oitocentos a ênfase nos modos de par-

ticipação de escravos e libertos numa cultura legal. Tal prioridade analítica desdobra-se em diferentes problemas e estratégias de investigação, que muitas vezes coabitam as mesmas páginas. Primeiro, há a observação dos modos de o Estado imperial articular e disponibilizar meios através dos quais escravos e libertos podiam lutar por objetivos próprios por dentro mesmo dos mecanismos ou instituições que garantiam a continuidade da hegemonia da classe senhorial. Enfatizam-se, por exemplo, as ambiguidades inerentes às leis de emancipação gradual, nas quais há a intenção dos legisladores em abrir - e circunscrever - possibilidades de conflito social a partir de diferentes interpretações ou apropriações de textos legais. Nessa perspectiva, para estabilizar ou procrastinar a escravidão, a legislação escravista da segunda metade do século XIX abriu brechas para que escravos obtivessem a liberdade por via judicial à revelia da vontade senhorial. Ao fim e ao cabo, esse tipo de aproximação concebe o Estado escravista não como sujeito unívoco ou demiurgo da Nação, mas vazado por contradições que permitem a escravos e libertos lutar por objetivos próprios e conquistar direitos.

Além disso, focalizam-se as estratégias de atuação dos trabalhadores negros a partir de suas experiências e concepções políticas historicamente específicas. Assim, havia padrões coletivos de percepção e ação política na atitude de escravos que, para confrontar seus senhores, cometiam crimes e entregavam-se à polícia nas últimas décadas da escravidão. Eles sabiam que parte essencial do processo de desmantelamento da escravidão consistia em submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei, e por isso aprenderam a solapar a autoridade senhorial colocando-se sob a guarda

do poder público, ainda que fosse na condição de réus em processos criminais. Ademais, a busca pelas concepções e modos de atuação política dos escravos, no contexto de uma escravidão marcadamente africana até bem avançado o século XIX, abriu a senda das investigações sobre os sentidos e reapropriações coletivas do legado africano pelos escravizados no Brasil, verdadeira “descoberta da África” no país pelos próprios cativos, segundo a formulação precisa de Robert Slenes.

Ao passo que tudo isso ocorria, desde pelo menos meados da década de 1980, no universo das investigações sobre a escravidão brasileira, algo muito semelhante acontecia, no mesmo período, no interior de uma outra tradição de estudos comum às áreas da História e das Ciências Sociais. Num artigo à guisa de balanço bibliográfico, logo muitíssimo influente, Maria Célia Paoli, Eder Sáder e Vera da Silva Telles abordaram o tema dos “trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. Sem escrever palavra sobre escravidão, contaram história muito semelhante à anterior no que concerne aos estudos sobre a classe operária nos anos 1960 e 1970, assim como quanto às novas tendências analíticas que emergiam naquele momento. Grosso modo, os autores identificavam uma “ruptura”, uma mudança de paradigma no entendimento da classe operária enquanto sujeito político: antes, a classe aparecia como sujeito subordinado, sem dinâmica própria que emergisse de suas práticas, “determinado por condições exteriores à sua existência concreta”; agora (meados dos anos 1980), surgia uma produção acadêmica empenhada em “captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas”.

[...]

Comunicação sindical hoje

O papel da imprensa sindical na disputa de hegemonia em sindicatos de frente única

*Por Roberto Ponciano¹
e Henri Figueiredo²*

¹ Escritor, mestre em Filosofia com especialização na área de Ética, especialista no ensino de espanhol, bacharel em Direito e Licenciado em Letras/Espanhol.

² Graduado em Comunicação Social/Jornalismo, é jornalista do Sisejufe.

Disputar a hegemonia é um conceito que tem que ser dimensionado em sindicatos de frente única. Em primeiro lugar, entender sindicatos de frente única³ como sindicatos que são hegemônicos pelo pensamento de esquerda, mas que não são homogêneos ou monopólio deste pensamento. Este é o primeiro grande problema. A confusão entre o papel do sindicato e o papel do partido político. Alguns militantes e correntes da esquerda não sabem separar sindicato de partido político e aparelham as entidades fazendo delas uma extensão de sua corrente ou partido. Com isto, a imprensa sindical que deveria ser ampla, arejada, aberta ao debate, fica fechada, sectária, dogmática, aparelhada, extensão do partido que hegemônica a entidade. Às vezes, o aparelhamento é tão grande que até os veículos da imprensa sindical levam o mesmo nome do jornal do partido, ou têm nomes que remetem a Revolução Russa (Que Fazer! A Verdade etc.), como se a imprensa sindical fosse exclusiva de herdeiros da Revolução Bolchevique de 1917.

Com isto, a imprensa fica pesada, dogmática, fechada, exclusiva para “iluminados”, pseudo-vanguardistas, falando para dentro da própria direção, sem atingir o objetivo principal de ganhar corações e mentes da categoria, que nos sindicatos de frente única, é de um espectro multidiverso. A base tem pessoas cujo pensamento varia da extrema-esquerda à extrema-direita. Isto não quer dizer que o jornal do sindicato tenha que expressar os preconceitos e as posições mais atrasadas expressas na categoria, o que seria de um atraso atroz, mas sim, que a imprensa sindical tem que ter linguagem, assuntos, matérias, formas diferenciadas de fazer a disputa.

Imprensa sindical não é imprensa partidária, ela não fala para dentro de um partido, ela fala de dentro da representação eleita por uma categoria na qual o convencimento não se dá exatamente através de textos educativo e ideológico. Em outubro, chegou até o Sisejufe um determinado jornal de uma associação que reúne parcela da nossa oposição sindical do Rio de Janeiro. Nele encontramos uma cronologia de eventos da vida de Lenin! Chega a ser um exemplo caricato de como podem se confundir os papéis do jornal sindical com o panfleto partidário ou mesmo com um texto histórico/acadêmico. Biografia de Lenin se encaixa muito bem em jornal partidário de tendência marxista mas pode ser grotesca se dirigida para segmentos de trabalhadores em disputa e quem podem olhar aquele veículo como um mero panfleto que não fala a língua da categoria.

Sob um discurso pseudo-radical (para Marx,

radical é aquele que enfrenta os problemas pela raiz e não aquele que vê o marxismo como um neo-tomismo-marxista) uma imprensa mais arejada e dinâmica é criticada por colegas de extrema-esquerda: dizem que o que estamos tentando fazer é revisionismo, rebaixamento da teoria e outras bobagens defensivas do discurso aparelhista.

Na verdade, a visão da teoria como dogma, do sindicato como aparelho e da imprensa apenas como propaganda, retira das imprensas que seguem este tipo de orientação, qualquer possibilidade de entrar na base do sindicato e disputar hegemonia.

Imprensa sindical é para fazer jornalismo, de esquerda, ideológico, sim, mas jornalismo. Não pode ser aparelhada, dogmatizada ou vista como Departamento de Propaganda. A pauta precisa ser aberta e ter a preocupação de demarcar contexto e opinião – registrando, desse modo, o nexos de causalidade e o lugar de fala das fontes de âmbito sindical. Não adianta falar para a categoria sobre a partida de Lenin da Finlândia e sua chegada em São Petersburgo. Mas dá para falar da crise econômica atual sob o signo da teoria marxista (sem necessariamente fazer uma prédica de apologia a São Marx!), da disputa de hegemonia na América Latina, dos acontecimentos da luta dos sem-terra (a mais temida e combatida nos meios de imprensa tradicionais); é possível sim falar das feministas contemporâneas da Marcha Mundial das Mulheres e da luta pela descriminalização do aborto que traz a questão não só da liberdade de escolha mas da catástrofe que é o aborto clandestino para a saúde pública; há a luta contra a homofobia, a luta contra o racismo.

Quando falamos em focar “a nossa pauta” isso não significa que trataremos só de temas alheios à pauta da mídia de massa ou de confronto à ideologia que a rege. Essas camadas não são separadas na nossa realidade, mas justapostas. Daí começamos a compreender que liberdade de expressão implica disputa constante, frequente, de espaço, ideias, argumentos... enfim, de hegemonia política. Desconfiem de quem quer aniquilar a expressão do outro. É sim “democrático” disputar “corações e mentes” o tempo inteiro. Quem não se dispõe à exposição pública, na livre argumentação da disputa, tem a esconder. O “exercício democrático” é isso mesmo: movimento. O contrário poderíamos chamar de “sedentarismo dogmático”, acomodação teórica, anacronismos ideológicos. Imprensa é a expressão viva da pluralidade e da disputa entre diferentes – nessa arena que são os veículos de comunicação, sejam eles impressos, digitais ou audiovisuais. À desigualdade de recursos entre nós e os donos da

³ Sindicatos em que dentro de sua estrutura caibam todas as linhas de pensamento ainda que haja hegemonia de um pensamento de esquerda.

mídia de massa, e à sua abrangência, nós da mídia de resistência sindical chamamos “monopólio”. Ainda tecnicamente não seja, e seja sim uma hegemonia, a resistência pressupõe clamor por “democratização”. Então queremos “democratizar” a comunicação. Quer dizer, ter tanto poder de disputa de “corações e mentes”, tanta abrangência, tanta velocidade e tanta “credibilidade” quanto os que criticamos. Eis a regra do jogo – como diria Abramo.

Voltamos, então, a olhar para o segmento de trabalhadores ao qual normalmente é dirigida a imprensa sindical – quando é imprensa sindical, ou seja, quando tem produção própria e periódica para além da mera assessoria de imprensa.

A tarefa de Sísifo, renovável a cada dia, é conquistar o leitor. Atender bem àquele que é o objetivo de existirmos. O que folheia o nosso jornal ou revista. O que visita nossa página na internet. Por vezes achamos que não vamos conseguir pauta nova, fresca, interessante, para intensificar esse elo com o leitor. Vemos, então, que compartilhamos também de preocupações parecidas com algumas da mídia hegemônica, ou “monopolista”. Mas não nossa batalha não é no âmbito das massas – ao contrário. Em especial no Judiciário Federal, lidamos com uma elite leitora em que mais de 90% passaram pelos bancos universitários. Se evitamos, para esse público mais letrado do que a grande maioria dos brasileiros, publicar compêndios para iniciados nas artes políticas, imaginem se escrevêssemos para um sindicato de categorias com menor grau de instrução formal.

Já encontramos uma matéria, dirigida a servidores do Judiciário Federal, em que uma determinada associação de classe afirma a luta armada como “solução” para o Brasil. Ora, com todo o respeito, isso é nonsense no Brasil de 2009. Não é possível levar a sério. Entidades de movimento estudantil do ensino médio são mais responsáveis nas suas proposições. Esse é o tipo de discurso que joga no descrédito a luta sindical e faz com que o cidadão sensato não abra mais a tal publicação.

Agora, mesmo quando, em nossos veículos, optamos pela polêmica e publicamos opiniões contrárias as do senso comum e que são reproduzidas na grande mídia, vamos sofrer a natural avalanche de reações – como em várias pautas sobre aborto, homoafetividade, reforma agrária, democratização do Judiciário, Chávez, Lula etc. Sabemos que alcançamos o objetivo ao criar o contraponto, ao provocar reflexão (ou mesmo indignação – que é melhor do que não provocar nada) e sabemos que esse leitor que reage é acostumado à *overdose* de pensamento único cultivado pelos grandes jornais e revista do Brasil; quando se trata de discutir modelo societário, economia, hegemonia, distribuição

de renda, direitos das minorias, igualdade de gênero, enfim... esses temas reservados aos luminares com doutorado na Sorbonne ou livre docentes em Harvard... Nossos pequenos e restritos veículos são como “doses de contraditório”. O contraditório, na mídia de massa, só existe de fato nos filmes publicitários do Globo, da Folha – não no noticiário que eles produzem. Nossos pequenos e restritos veículos são um remedinho amargo para o “sedentarismo dogmático” dos extremos à esquerda e à direita – que, ao final, se parecem muito. Resposta negativa do público leitor é preferível ao um bocejo indiferente de alguém que folheia páginas com cansaço. Há de se ter coragem nesse enfrentamento.

A questão da forma também é crucial. Tanto na questão da linguagem, quanto na visual. Uma linguagem coloquial, direta, objetiva, clara, sem sindicalês, sem termos obscuros aos não-iniciados é condição *sine qua non* para a imprensa sindical falar para além do sindicalismo ou de sua categoria/alvo. A formação política e o estofamento teórico não é só desejável, é central e determinante para o trabalho sindical consequente. Mas a comunicação sindical não pode imaginar em compilar Marx, Lenin, Trotsky ou Rosa Luxemburgo achando que está se “comunicando” com a categoria.

Estamos aqui nos opondo a dois modos de comunicação. O primeiro, o do sindicalismo de extrema-esquerda de tradição marxista, que compreende o sindicato como aparelho para difusão dos preceitos ideológicos pelos quais são dirigidos seus líderes. Fazem portanto, uma imprensa tão burocrática, centralizada e (en)“quadrada” quanto sua prática política e sindical. De outro lado, encontramos a mídia de massa, “representante do grande capital”, da linhagem do liberalismo e com a lógica capitalista internalizada de um modo quase religioso, ou seja, odes aos Deus mercado. Ao fogo, o dispêndio do Estado. Precisamos entender o que de útil na forma há em cada manifestação midiática dessas – para delas extrair o melhor e o que mais comunica. E falamos de forma, porque nosso conteúdo é evidente e necessariamente diverso, como já apontamos antes.

Por vezes ficamos espantados ao lermos certos jornais e pensar que estamos lendo os anais da Terceira ou da Quarta Internacional tantos os termos “bolcheviques”. Alguns jornais se assemelham mais aos textos de uma missa laica. Na parte visual, a coisa piora. A grande maioria das publicações sindicais parecem ainda viver na época dos porões anarquistas, quando heroicos e obstinados militantes faziam jornais históricos em mimeógrafo. (O que pode ter sido excepcional para aquele momento histórico, admitimos. Mas paramos por aqui.)

Hoje, com o refinamento desigual das mídias

patronais que abusam da qualidade visual no papel e em outros suportes, como a internet, fazer imprensa sindical sem investimento em fotografia, ilustração, editoração gráfica e diagramação de qualidade é condenar o jornal e revista a não serem lidos. É preciso ter gosto apurado e boa formação para poder disputar numa sociedade plural e de extrema diversidade. Para não cairmos em armadilhas elitistas, de um lado. E, de outro, para NÃO nivelarmos por baixo os nossos veículos de comunicação “porque, afinal, são de trabalhadores”.

Temos de ter coragem de enfrentar os preconceitos, o “bom senso” (senso comum diluído, como diria Gramsci), a visão hegemônica na sociedade (a consciência de classes de uma sociedade é consciência da classe dominante, já nos avisava Marx). Não é um desafio pequeno, ao contrário. É necessário mais coragem do que para fazer um panfleto de aparelho – que reafirma verdades, já que não há dúvidas de nada. A disputa de hegemonia começa dentro da própria direção do sindicato – no convencimento constante de que os investimentos em comunicação devem ser contínuos e crescentes. E que imprensa é imprensa. E propaganda é propaganda. Ambas áreas importantes da comunicação social de qualquer instituição pública ou entidade

representativa – mas que são compartimentos diferentes e requerem *expertises* distintas.

Então ficamos assim: não focamos a propaganda, ainda que respeitemos a capacidade dela acertar seus “targets”. Focamos jornalismo, o que implica pauta, cobertura, reportagem e suportes de transmissão – e daí equipe, produção constante, equipamentos etc. Não buscamos uma reprodução dogmática de doutrinas e ideologias políticas – mas admiramos a escola do contraponto, da divergência, da disputa de campo e, por isso, pautamos temas incômodos ou escamoteados da mídia de massa. Sabemos do nosso tamanho e não nos auferimos o super-poder de disputar hegemonia com a mídia grande, mas conhecemos o potencial da organização em rede e tentamos extrair o que de melhor há em conhecimento gráfico para produzir veículos atraentes e que conquistem o tempo que o leitor poderia estar investindo num grande jornal ou revista.

Conteúdo diferenciado em forma bem acabada. Não é uma receita, e nem queremos que seja. É apenas um caminho contra a ilusão de que se pode informar melhor ou conquistar credibilidade brandindo palavras de ordem em letras garrafais na capa de um tabloide.

**Indústria Cultural:
rádio / programas policiais / internet / novelas**

*Mídia, violência e materialidades
discursivas: por uma análise
dos efeitos de sentido no
telejornalismo contemporâneo¹*

Por Kleber Mendonça²

¹ No prelo.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Comunicação e coordenador do Núcleo de Estudos em Violência e Comunicação (NevCom/UFF) e autor do livro *A Punição Pela Audiência: um estudo do Linha Direta* (Faperj/Quartet, 2002). klebersm@hotmail.com

No final dos anos 1970, Michel Foucault organizou um dossiê sobre o caso de Pierre Rivière, um jovem camponês francês que, em 1835, degolou a mãe, a irmã e o irmão. Trata-se de um crime que mereceu ser estudado, segundo o filósofo, por ser o primeiro exemplo catalogado do uso da psicopatologia jurídica para definir se o assassino era, ou não, louco (e, portanto, inimputável). Embora o objetivo do dossiê tenha sido mapear a gênese da psiquiatria forense, a publicação oferece aos leitores ainda outro tesouro: o fato de, durante o processo de instrução do crime, o próprio responsável pelo inquérito solicitar a Rivière um memorial descrevendo sua ação.

“Direi como decidi cometer este crime, o que pensava então, e qual era minha intenção, direi também qual era a vida que levava entre as pessoas, direi o que passou no meu espírito depois de cometer esta ação (...). Toda esta obra será escrita em estilo muito grosseiro, já que sei apenas ler e escrever; mas, contanto que se compreenda o que quero dizer, é tudo o que peço.” (Pierre Rivière, apud Foucault, 1984, p. 51)

As palavras do camponês poderiam ser, de modo quase literal, transpostas para o programa *Linha Direta*, exibido entre 1999 a 2007, pela Rede Globo de Televisão. Tratava-se de uma atração que, a partir da mescla da linguagem jornalística e os recursos ficcionais da telenovela, apresentava, semanalmente, a reconstituição de crimes ainda não solucionados pela polícia para que os próprios telespectadores ajudassem a emissora na localização dos foragidos.

A proposta da presente reflexão é, a partir da análise de um exemplo de um produto telejornalístico ímpar como o *Linha Direta*, tornar evidentes alguns aspectos do funcionamento discursivo dos produtos audiovisuais contemporâneos. Para isso, desenvolvemos aqui um aparato analítico, no cruzamento da comunicação com os discursos sobre a violência, dedicado ao entendimento dos múltiplos processos de produção de sentidos no telejornalismo. O objetivo é sugerir aspectos metodológicos que possam colaborar, também, para amplificar os olhares de investigação deste objeto tão complexo como estratégico que é a interface teórica entre a instância informativa e o campo da saúde.

Defende-se, aqui, que, para dar conta do máximo de possibilidades significantes no processo de

produção de sentido, é preciso considerar a multiplicidade de aspectos que compõem as estratégias enunciativas, políticas e interacionais do discurso telejornalístico. Mapear os diferentes modos de funcionamento dos elementos que constroem tal *trama discursiva* talvez possa ser um ponto de partida para esta empreitada analítica.

Desse modo, indicamos alguns Planos de Análise que permitam aos analistas perceber os aspectos constituintes das produções dos discursos telejornalísticos. Seriam eles: *da (pré)Produção; da Recepção; das Interações Discursivas; da Trama Discursiva; dos Efeitos de Sentidos e da Autoridade Discursiva.*

O incômodo metodológico diante da materialidade específica dos conteúdos informativos em meios televisuais foi despertado, no autor deste trabalho, ao desenvolver análise dos processos de produção de sentido do programa *Linha Direta*, da TV Globo (MENDONÇA, 2002). Embora propondo um formato híbrido (entre jornalismo e teledramaturgia), a atração permitia evidenciar os múltiplos elementos disponíveis - a jornalistas e a diretores de novela - para o estabelecimento dos repertórios enunciativos (e informativos).

Às soluções metodológicas propostas naquele trabalho - ancoradas nas possibilidades de interface entre as perspectivas teóricas da Análise do Discurso, da Criminologia Crítica, dos Estudos do Jornalismo, dos Estudos Culturais e da Filosofia Política - buscamos acrescentar, neste momento, ainda outros aportes teóricos. Com isso, estabelece-se, aqui, a tentativa da construção de uma metodologia de análise do telejornalismo que possa contribuir, também, para pensarmos as relações entre o papel contemporâneo da instância informativa e as questões de saúde.

Do ponto de vista metodológico, pretende-se, também, complexificar aqui alguns aspectos do que chamamos, anteriormente, de ‘inversão do olhar analítico’. Ao defendermos, então, ser possível pensar as estratégias de visibilidade midiática de atores contestadores como também *produtoras* dos textos e discursos informativos, tentamos demonstrar de que forma os gestos de ruína das ações contestadoras eram, também, uma ruína da transparência da linguagem jornalística (MENDONÇA, 2010).

Sugerimos, então, focar o debate dos estudos da comunicação em uma perspectiva teórico-metodológica que pense o fenômeno como produto do embate entre interlocutores. Em outras palavras,

buscamos entender a comunicação como um complexo processo de produção de efeitos de sentido entre falantes, constantemente em interação (por sua vez, sempre conflituosa e dialógica).

Diante das características deste objeto, desdobramos, neste trabalho, a necessidade do analista que pretenda dimensionar as especificidades do discurso telejornalístico brasileiro levar em conta uma série de aspectos, denominados aqui como *planos de análise*. A título metodológico, partimos do debate específico de nossa pesquisa para aprofundarmos os aspectos daqueles que consideramos os planos principais, de modo a explorarmos algumas de suas principais características. Em linhas gerais, defendemos, aqui, a necessidade de dimensionar as especificidades do telejornalismo brasileiro de modo a levarmos em conta a complexa relação entre estes múltiplos planos discursivos de análise.

A especificidade discursiva do telejornalismo

A título de mapeamento inicial, podemos indicar seis redes complexas de relações a partir das quais o analista deste tipo de discurso poderia mapear as especificidades dos elementos que compõem a trama narrativa-discursiva telejornalística. São elas: a) *Plano da (pré)Produção*; b) *Plano da Recepção*; c) *Plano das Interações Discursivas*; d) *Plano da Trama Discursiva*; e) *Plano dos Efeitos de Sentidos Pretendidos*; f) *Plano da Autoridade Discursiva*.

Cabe termos em mente, no entanto, que tais eixos de análise não encerram as possibilidades analíticas de um objeto tão rico e múltiplo quanto as questões que podem ser despertadas pelo fenômeno do telejornalismo. Sobretudo se considerarmos o papel estratégico que tal instância desempenha em nossa sociedade. Tais planos de análise pretendem ser um apontamento de subsídio ao analista que deverá, ainda assim, estabelecer premissas, recortes, olhares metodológicos e percepções a serem construídas a partir da observação mesma do corpus escolhido, bem como de suas questões específicas.

Em outras palavras, reitera-se a necessidade de termos em mente que o esboço analítico-metodológico traçado aqui não pretende esgotar as possibilidades de reflexão acerca do telejornalismo. Sabemos, inclusive, que cada objeto de pesquisa irá demandar mecanismos de análise que possam dar conta da complexidade envolvida nas questões a serem investigadas a cada momento. Os planos de análise

discursiva servem, no entanto, como um gesto de tentativa de ordenar alguns dos aspectos principais que, em maior ou menor grau, podem estar presentes nas tentativas de dimensionar as especificidades do discurso telejornalístico de um modo geral.

Entre o acatamento e o conflito: o jogo entre *Produção e Recepção*

Mostramos, em outro, trabalho, de que forma os dados referentes à audiência e às condições sócio-econômica da virada do milênio no Brasil explicam o advento de um programa como o *Linha Direta* (Ribeiro, Sacramento, Roxo, 2010). A articulação de uma linguagem popular e a opção por assuntos ligados à violência doméstica e urbana se mostraram estratégias bem-sucedidas para a Rede Globo reverter, naquele momento, a perda de audiência em um determinado nicho de público. Tal pulverização de audiência foi, naquele momento, uma consequência direta da democratização do acesso a um número cada vez maior de aparelhos de TV e ao surgimento dos canais por assinatura no Brasil.

Em outras palavras, o que tais constatações indicam é que as condições de produção e as múltiplas apropriações de sentido no plano da recepção são dimensões fundamentais para o entendimento da complexidade do telejornalismo no contemporâneo. Defende-se aqui, portanto, que não será possível dar conta deste tipo de produção se não considerarmos o entendimento de discurso como efeito de sentido entre interlocutores (ORLANDI, 2009).

Desta forma, são aspectos essenciais da pesquisa em telejornalismo o mapeamento dos múltiplos elementos da produção dos conteúdos a serem veiculados nos diferentes programas. Situam-se aí o mapeamento das rotinas profissionais, das relações padrão-empregado, das escolhas éticas e das demais etapas que compõem o processo de produção da notícia, da definição da pauta ao estabelecimento das coberturas dos acontecimentos a serem reportados.

De modo análogo, compartilhamos da premissa de Martín-Barbero (2004) de que, ao entendermos a comunicação como um processo a partir do qual as mediações culturais moldam as trocas, os conflitos e as apropriações simbólicas, é necessário ter em conta a circularidade do circuito comunicacional para uma dimensão mais precisa do fenômeno como um todo.

É nesse sentido que se situa a importância da análise do *plano da recepção* para dar conta dos

aspectos que ultrapassam em muito apenas os meros dados estatísticos a respeito dos estratos de audiência em relação a programas específicos. Cabe ao pesquisador, ao situar-se neste plano de análise, tentar mapear os múltiplos processos de apropriação, discursiva e cultural, dos conteúdos, por parte dos telespectadores, bem como de apontar, inclusive na materialidade mesma da emissão, os traços de negociação, recusa, ambiguidades e mediações exercidas pelo complexo encontro entre os dois pólos que, a partir destes embates, constituirão o conjunto discursivo a ser analisado nas pesquisas. Tal esforço analítico remete à necessidade de aprofundarmos, em um plano de análise específico, algumas características relacionadas à interação intersubjetiva como aspecto constituidor dos discursos, em geral, e no telejornalismo, em particular.

O Plano das Interações Discursivas

Pensar a comunicação a partir de uma perspectiva que considere os interlocutores como participantes, em co-autoria, de um processo complexo – ainda assim desigual e impregnado de dominações, recusas e convencimentos – é tratar o fenômeno de modo discursivo. Isto é: para além de arquiteturas estáticas que ‘congelariam’ o fenômeno em pólos opostos e estanques de *emissão* e *recepção*. A preocupação em aprofundar o caráter inerentemente dialógico da palavra já aparecia no cerne da obra de Bakhtin. O foco na capacidade de ‘antecipação’ de todo falante – seja na elaboração do enunciando, como na forma de sua enunciação – pode ser percebido no trabalho do autor desde o esboço de sua teoria dos gêneros. Em suas palavras,

O enunciado daquele a quem respondo (com o qual concordo, ao qual faço objeção, o qual executo, levo em conta etc.) já está presente (...). Ao construir o meu enunciado, procuro defini-lo de maneira ativa; por outro lado, procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado (BAKHTIN, 2003, p. 302).

Orlandi observa que a capacidade do sujeito falante de se colocar no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras é inerente ao caráter relacional do processo de argumentação em busca de efeitos de sentido. Além disso, perceber tal característica é tomar a comunicação menos como uma ‘comunhão’ e mais como fruto de relações de poder, conflitos, convencimentos e tentativas de sujei-

ção e dominação. Tanto assim que o falante ajusta

seu dizer a seus objetivos políticos, trabalhando esse jogo de imagens. Como em um jogo de xadrez, é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de ‘jogadas’, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos (...), esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles ‘querem’ (ou gostariam de, deveriam) ouvir (ORLANDI, 2009, p. 41-42).

No caso da análise dos discursos propostos/produzidos/impostos pelos/nos veículos de comunicação em seus telejornais é preciso levar em conta este caráter (político) relacional e contraditório. As propostas de interação discursiva, em produções jornalísticas audiovisuais, se materializam a partir de níveis distintos e envolvendo sujeitos diferentes.

Há, por um lado, uma série de estratégias de interação discursiva que envolvem a negociação de sentidos entre o veículo enunciador e os múltiplos estratos da audiência. Neste aspecto de interação situamos a relação entre as estratégias de construção de efeitos de sentidos desejáveis pela emissora em relação à “telespectadores ideais” a quem os discursos seriam, preferencialmente, direcionados. As relações de contrato de leitura e de negociação de expectativas ganham evidência ao destacarmos tais elementos do processo.

Um segundo nível de interação discursiva deve ser levado em conta, por sua vez, pelo analista. Trata-se da tensão entre as expectativas dos jornalistas em relação ao que desejam que suas fontes façam (ou falem) e as tentativas destas mesmas fontes de, a partir de artimanhas, táticas ou linhas de fuga criativas, produzir subjetividades outras através da visibilidade momentaneamente conquistada.

No caso específico do Linha Direta, nota-se o domínio do primeiro nível de interação, na medida em que o programa não se limitava a informar o telespectador sobre o crime e o desaparecimento do suspeito – o que poderia ser feito em uma reportagem de três minutos –, mas buscava aprofundar, ampliar, detalhar e esmiuçar os aspectos mais escabrosos dos crimes em suas simulações.

A este respeito, Bakhtin (1993), ao construir uma genealogia sobre o grotesco, aponta a existência fundamental, nas narrativas populares medievais, das cenas de carnificina. Num segundo mo-

mento, logo após o período romântico, na passagem para a versão grotesca moderna, a comicidade é abandonada, mas o gosto pelo exagero das formas é mantido, juntamente com a opção pela veiculação de cenas violentas, e atravessará o tempo – na fronteira entre o circo e o palco – para florescer novamente no advento das culturas de massa, incorporadas pela estética do melodrama adotado pelo rádio e pelo cinema (Martín-Barbero, 1997).

Essa matriz de sensações, articulada pelo *Linha Direta*, se converte na base da proposta de interação discursiva daquele programa. Ao relacionar o caso de Pierre Rivière aos panfletos volantes que narravam crimes espetaculares, bastante comuns na Europa do início do século XIX, Foucault (1984) percebe a mesma ânsia pelos detalhes escabrosos. Para ele, ao mudar de escala, aumentar as proporções, fazer aparecer o grão minúsculo da história, tais narrativas abriam, ao cotidiano, o acesso da nomeação. Para tal deslocamento, é preciso inserir, na narrativa, elementos, personagens, nomes, diálogos, objetos que na maioria das vezes não teriam lugar nos textos por carência de dignidade ou importância social. E, mais importante ainda, é preciso “que todos estes pequenos acontecimentos, apesar de sua frequência e monotonia, surjam como singulares, curiosos, extraordinários, únicos, ou quase, na memória dos homens” (Foucault, 1984, p. 216).

E era justamente esta a capacidade das simulações apresentadas no programa *Linha Direta*. O programa utilizava as imagens dos crimes como um operador discursivo cujo objetivo principal seria o de produzir uma convergência de olhares, de modo que o acontecimento relatado se constituísse como memória social, portanto, no âmbito do histórico. Tal passagem buscava a interação, com os espectadores, que deveriam se colocar, simbolicamente, no lugar das vítimas apresentadas nos esquetes.

Tal constatação nos permite uma aproximação da análise de Richard Sparks, que discute até que ponto os meios de comunicação interferem no aumento da violência social moderna. Em seu livro, *Television and the Drama of Crime*, o criminólogo inglês percebe de que forma os seriados policiais televisivos cumpriam uma função de *Moral Tales*¹ na vida pública

contemporânea. De modo análogo, Foucault percebe, também, como as relações de força recuperam práticas sociais originárias de outras configurações históricas, atribuindo-lhes, por sua vez, outra significação.

Estamos, portanto, diante de uma re-significação contemporânea dessa função discursiva de crônica moral. Não mais buscando afirmar, sobre os corpos, o poder do soberano, mas cumprindo a função, isto sim, de constituição da notícia jornalística. Trata-se de uma forma peculiar de relação de poder, que possui a capacidade de provocar, a partir do gesto discursivo de punição da imagem pela audiência, a interação dos telespectadores e a consequente efetivação da denúncia dos foragidos.

De volta aos objetivos das narrativas do séc XIX, Foucault percebe que os panfletos eram compostos por duas partes: na primeira, o crime é narrado por uma voz anônima. Em geral, há a inclusão de outros elementos fictícios comuns a quase todas as narrativas que, embora não possuam qualquer vínculo com a “verdade” dos fatos, continuam sendo, ainda assim, necessários para a construção narrativa do caráter e do comportamento dos personagens envolvidos nos enredos.

A segunda parte dos panfletos era composta por uma cantiga de lamento do criminoso. Foucault mostra o modo como os assassinos tinham direito à voz naqueles panfletos. Tratava-se de um canto em versos, no qual o assassino narra seu ato sórdido, confessa a culpa, lamenta-se e, tomado pelo remorso, conclama para si, no momento de sua morte, a punição merecida. Já no caso do *Linha Direta*, no entanto, os criminosos apresentados quase não tinham direito à voz. Sua participação era limitada a uma única função: reafirmar sua própria maldade.

A presença obrigatória da fala dos criminosos nas narrativas criminais do séc. XIX desempenhava outro papel. Composta para ser cantada por toda a população, a fala do criminoso acaba ganhando um objetivo moralizante. Este direito à voz, mesmo uma inventada, cumpria a tarefa de fazer com que o ouvinte-cantor se colocasse no lugar do criminoso, percebesse o erro, sofresse o arrependimento e a culpa necessários para o respeito à lei. Além disso, o cantor-assassino compartilhava seu suplício com seus ouvintes.

¹ Optou-se aqui por uma apropriação do significado original de *Moral Tale*. A definição do criminólogo inglês, de ‘fábula’ (ou ‘lenda’) moral, se apresentaria anacronicamente contraditória por defender a idéia de permanência da prática através dos tempos. Defendemos, no entanto, que esta prática está sendo re-significada por um produto dos meios de comunicação. Desta maneira, o vocábulo *crônica*, intimamente ligado ao jornal, aproxima ainda mais aos dias de hoje o significado da função discursiva aqui descrita.

Estes deviam temer o fim narrado pelo bandido. Ao promover a empatia entre o ouvinte e o criminoso, as narrativas criminais reafirmavam o papel da punição e cumpriam a função ideológica de promover o acatamento da lei por parte da população das aldeias francesas. Foucault resume: “o crime é cantado, ele é destinado a circular de boca em boca; todos são considerados capazes de cantá-lo como se fosse seu próprio crime numa ficção lírica” (Foucault, idem, p. 219).

No caso das crônicas morais veiculadas pelo *Linha Direta*, este espaço para a voz do assassino praticamente inexistia, mas o caráter ideológico da produção de sentido ainda assim se fazia presente. O que nos levar a inferir que, no caso do *Linha Direta*, não era necessário promover a subordinação à lei. Aqui, o resultado a ser obtido pela interação proposta, nos moldes de acatamento por parte do espectador, era outro: a indignação.

A identificação simbólica dos espectadores não deveria se dar com o criminoso, mas sim com a vítima e com seus parentes, e, em última e principal instância, com a emissora, pois o objetivo daquela emissão era a punição da imagem pela audiência

e a denúncia a partir da indignação com a impunidade, e não o acatamento da instituição penal pela população, fato já mais do que consumado nos dias de hoje.

A análise feita até aqui permite ilustrar de que modo o aspecto interacional é um plano de análise fundamental em quaisquer conteúdos telejornalísticos contemporâneos. Não podemos esquecer que o objetivo principal do programa *Linha Direta* não era apenas informar ou entreter, mas se colocar no lugar simbólico de ser a instância a partir da qual os crimes apresentados seriam solucionados. E isso graças à parceria do espectador que, indignado com os conteúdos veiculados, efetivaria a denúncia à produção do programa.

[...]

Sugestão de leitura:

MENDONÇA, Kleber. “Em Linha Direta com os novos padrões para o Telejornalismo”. In: GOU-LART, Ana Paula; ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor. *História da Televisão no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010, p. 259-277.

**Indústria Cultural:
rádio / programas policiais / internet / novelas**

Eu – Sociedade Anônima¹

Por Silvio Mielli²

¹ Publicado na revista *História & Cultura*. ANO 7 - Nº 5 - SETEMBRO/2011

² Jornalista e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Também é jornalista responsável pelo site imediate.org

Eu não sou tão inocente”, dizia o refrão repetido pela cantora Britney Spears, durante o Video Music Awards de 2000, enquanto fazia uma espécie de *strip-tease* parcial em público. A garota católica, declaradamente virgem, com oito milhões de cópias vendidas do CD *Oops I Did it Again*, mandava naquela noite uma mensagem clara e direta para o seu público-alvo composto de adolescentes: o corpo é a mercadoria mais valiosa, exponha sem medo a tua sexualidade, ainda que você não saiba exatamente o que isso signifique! A nova embalagem de Britney Spears já vinha sendo preparada desde 1999, quando aos dezessete anos apareceu num ensaio sensual no estilo Lolita na capa da revista *Rolling Stone*.

Guardadas as devidas proporções, foi exatamente o que tentaram fazer com a imagem da brasileira Sandy, só que um pouco mais tarde. Aos 27 anos, a moça recatada e tímida que despontou ainda menina como fenômeno da música pop sertaneja, também ensaiou uma mudança de rótulo. Aceitou ser garota-propaganda de uma cerveja (Devassa), cujo slogan é “Todo mundo tem um lado devassa”. E, recentemente, na mesma toada de repaginação da própria imagem, deu uma entrevista à revista *Playboy* falando sobre *sex shops*, masturbação e sexo anal, dentre outros temas, digamos, íntimos. O assunto, como era de se esperar, explodiu em todas as “redes sociais”, figurando rapidamente na lista dos nomes mais postados no Twitter pelo mundo afora.

Os exemplos citados de hiperexposição da vida pessoal colocam uma pergunta inevitável: o que levaria a sociedade contemporânea a tais níveis de exibição da intimidade? Se antes o ditado recomendava que era preciso “crescer para aparecer”, agora a lógica se inverteu. É necessário aparecer de qualquer forma, submeter-se a um processo contínuo de iluminação midiática para encontrar alguma forma de existência e de sobrevivência.

Para dar conta dessas modalidades de comportamento que se desenvolvem junto às novas práticas de exposição e comunicação, principalmente via internet, a pesquisadora Paula Sibilia – autora do livro *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo* (Editora Nova Fronteira, 2008) – parte de outro exemplo revelador. A revista semanal estadunidense *Time*, que há décadas escolhe a personalidade do ano, surpreendeu os leitores ao eleger o destaque do ano de 2006: “Você: sim, você. Você controla a Era da Informação. Bemvindo ao seu mundo”. Portanto, segundo a

revista, em sua edição de 25 de dezembro de 2006, as celebridades do ano eram eu, você, todos nós.

Estas atitudes de autoexibição seriam impensáveis no século XIX e início do XX, quando havia uma separação rígida entre a esfera pública e a privada. A celebridade era para poucos e a exibição não significava propriamente uma qualidade. Atividades cotidianas como a leitura e a escrita eram práticas silenciosas e individuais. Trocavam-se cartas (os e-mails da época) e redigiam-se os chamados diários íntimos (os bisavós dos blogs), mas num contexto marcado pela disciplina, por uma educação rígida, pelo controle das emoções e dos corpos. Tudo garantido por instituições fortes (estado, igreja, escola, exército), que delimitavam exatamente quem, como e onde as pessoas podiam tomar a palavra – características que o filósofo francês Michel Foucault chamou de Sociedade Disciplinar.

A partir da segunda Grande Guerra ocorre uma guinada, que vai se tornar vertiginosa na virada do século XX para o século XXI. Nós passamos de um modelo disciplinar, tão bem descrito pelo Grande Irmão do escritor George Orwell no romance *1984*, para uma sociedade do controle, onde a vigilância passa a ser consentida e desejada e em que a exposição da privacidade vira um valor e não uma punição. Agora eu, você e todos nós colocamos uma webcam nas nossas casas e abrimos a transmissão para o mundo todo nos ver; criamos um blog e despejamos o nosso mundo interior. Para o bem e para o mal podemos nos subdividir em várias personalidades e distribuir as nossas várias vidas nas “redes sociais”.

O próprio espetáculo passa a ser um ingrediente da nova modalidade de sociedade de controle, que começou a se delinear nas últimas décadas. Um dos formuladores desse conceito de espetacularização da realidade, o pensador e cineasta francês Guy Debord, dizia que o espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que se transforma numa imagem. Exemplos desse processo estão presentes na circulação de capital financeiro, no papel assumido pelas marcas nas sociedades de consumo e na forma como se organiza a indústria do entretenimento. Será que existe alguma indústria onde o capital se acumulou de tal modo como na indústria do audiovisual (cinema, televisão e subprodutos)? E se acumulou tão profundamente que passou a viver da espetacularização dos aspectos mais degradantes da realidade.

Finalmente, e já que a capa da revista *Time* cita da por Paula Sibilia falava de “era da informação”,

é preciso entender que quando “tudo vira informação digital”, fica mais fácil transformar vidas, emoções e comportamentos em pacotes de dados. Tudo pode ser transformado, trocado, re combinado e vendido, inclusive a nossa própria imagem. Um último exemplo é o que fizeram recentemente com a imagem da cantora inglesa Amy Winehouse, que morreu em 23 de julho, supostamente vitimada por overdose. No dia 9 de agosto, na Favela de Mangueiros, no Rio de Janeiro, policiais apreenderam milhares de trouxinhas de maconha e papelotes de cocaína e de crack com fotos de Amy Winehouse.

Cerca de trezentos deles traziam, na embalagem, uma fotografia da cantora e o nome “Amy House”, grafado erroneamente. O escritor Uruguio Eduardo Galeano costuma repetir que nos tempos atuais, o que não tem preço não tem valor. Porém, acrescenta que há valores que estão mais além de qualquer cotização. Não há quem os compre, porque não estão à venda. Estão fora do mercado, e por isso sobreviveram.

Dizem que os papelotes que traziam a foto de Amy Winehouse seriam vendidos entre R\$ 5 e R\$ 25.

**Indústria Cultural:
rádio / programas policiais / internet / novelas**

*Sensacionalismo
na mídia: exclusão e o
controle social de classe¹*

Por José Cristian Góes²

¹ O texto completo está disponível em http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=11341&topico=M%EDdia

² Jornalista e mestrando em Comunicação e Sociedade – UFS/SE (cristiangoes_brasil@yahoo.com.br)

Muitos meios de comunicação se utilizam da cobertura sensacional dos fatos de forma ideológica para criminalizar a pobreza. Esta é uma opção de classe, baseada numa lógica moralizante burguesa e que objetiva punir e controlar as camadas populares.

Uma das técnicas mais empregadas pela imprensa, independente do formato de seus veículos, é a seleção narrativa sensacional. Ela tem entre seus objetivos atrair, ampliar e manter a audiência. No entanto, essa opção pelo sensacionalismo na mídia necessita ser investigada e aprofundada. Seria apenas o emprego de uma simplória técnica de redação? Uma forma de cobertura de temas que estariam mais próximos do público/audiência? Seria apenas uma estratégia mercadológica para aumentar a comercialização dos produtos de informação? É preciso ir além.

Há três aspectos fundamentais que devem ser considerados quando se aborda o sensacionalismo na imprensa: 1) o conteúdo, isto é, a temática que busca dar ênfase à cobertura de casos de violência, sexo, escândalos privados e públicos, eventos bizarros, entre outros; 2) a linguagem, carregada de exagero estilístico em suas expressões, imagens e narrativas para estimular o apelo à sensorialidade; e 3) a estratégia empresarial-mercadológica, em que o meio jornalístico assume aplicar conteúdos e linguagens sensacionalistas supondo que assim se alcançam audiências ampliadas, particularmente vinculadas às classes populares.

No que pese uma avaliação geral mais crítica sobre esse tipo de opção sensacionalista da mídia, caracterizando-a como um jornalismo sem qualidade, de mau gosto, do tipo “espreme que sai sangue” (ANGRIMANI, 1995), esse é um recurso largamente utilizado pelos meios de comunicação, ostensivamente ou não, seja por veículos concebidos para esse fim, como folhas populares e programas de emissoras de rádio e tv policiaescos; seja por organizações jornalísticas reconhecidas como sérias e de referência. No entanto, pode-se avançar nas apurações sobre o sensacionalismo para além das questões narrativas, expressivas e mercadológicas. Há uma tematização de classe, que fere elementos direitos humanos e possui forte carga ideológica.

Estudos sobre sensacionalismo na mídia são, em certa medida, recentes na literatura nacional (AMA-

RAL, 2006; ANGRIMANI, 1995; BARBOSA, 2005; BERNARDES, 2004; ENNE, 2007; PEDROSO, 2001). No entanto, as investigações sobre esse tema não são novas. Autores como Hughes (1940), Emery (1965) e Schudson (2010) têm ampla produção indicando a existência da prática sensacionalista como estratégica empresarial na imprensa nos Estados Unidos no início do século XIX. Antes, porém, Sousa (2008) e Martin-Barbero (2009) lembram da presença das folhas noticiosas sensacionalistas advindas da literatura de cordel e que circulavam a Europa desde o século XVI. Ou seja, desde lá era possível encontrar “as chaves do jornal sensacionalista. Estão lá os grandes títulos chamando a atenção para o principal fato narrado em versos, importância assumida pela parte gráfica, com desenhos ilustrando o texto, a melodramatização de um discurso que parece fascinado pelo sangrento e o macabro, o exagero e até a atração pelos ídolos de massa dos esportes ou dos espetáculos”. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 248).

Antes de fazer as buscas na história, assume-se aqui a perspectiva de que há uma seleção de classe na produção das notícias e de que os “pobres e delinquentes são construídos como objetos do discurso jornalístico” (MAROCCO, 1998), com fins muito específicos. Segundo Marocco, quase nada se sabe sobre as personagens pobres e marginalizadas, sobre o contexto onde estão inseridas, mas o suficiente para enquadrá-las socialmente, principalmente quando a imprensa aborda temas como violência. Só através da violência, os pobres se tornam visíveis. Este aspecto crucial aponta como “o jornalismo ‘disciplinou’ ou ‘sujeitou’ e fixou, pela redundância diária, ao longo da história, determinados ‘tipos’ necessários a uma ‘ordem’ das coisas na sociedade” (MAROCCO, 1998).

A vida mediada pela mídia

Defende Thompson (2004) que o poder na sociedade se manifesta em quatro formas: o econômico, o político, o coercitivo e o cultural ou simbólico. Segundo ele, a mídia se insere entre as instituições sociais que exercem o poder cultural ou simbólico. Este poder faz referência à “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 2004, p. 24).

Por conta dessa condição midiática, isto é, fruto do discurso, o mesmo Thompson (2004, p. 46) acredita que o “indivíduo está implicitamente cons-

truindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde está situado no tempo e no espaço”. O pesquisador é ponta que “este processo de transformação pessoal não é um acontecimento súbito e singular. Ele acontece lentamente, imperceptivelmente, dia após dia, ano após ano. É um processo no qual algumas mensagens são retidas e outras são esquecidas, no qual algumas se tornam fundamento de ação e de reflexão, tópico de conversação entre amigos, enquanto outras deslizam pelo dreno da memória e se perdem no fluxo e refluxo de imagens e ideias (THOMPSON, 2004, p. 46).

A construção da realidade através dos meios de comunicação se faz dentro de cada contexto social a partir de visões de mundo instituídas nas sociedades e nas culturas. Os recortes seletivos das notícias bem como seus enfoques atendem a um padrão médio de aceitação social, o que, na maioria das vezes, compõe uma leitura mais ou menos generalizada dos acontecimentos, ou seja, um padrão ordenador de apreensão da realidade.

No caso dos temas que representam a violência, observando a informação como mercadoria da cultura de consumo, muitas vezes a notícia jornalística expressa apenas a dimensão do horror ao fato, sobretudo as imagens, sem atentar para um olhar crítico das complexidades inseridas em tais fenômenos. Peter Conrad (2004) lembra da capacidade das mídias de transfigurar os acontecimentos em ficções da própria realidade, dado o seu caráter sensacionalista, permeado por excessivas repetições de imagens de noticiários que envolvem violência e morte.

A violência é um tema de amplo interesse social e se configura como fundamental dos meios de comunicação, que procuram “racionalizar situações, enquadrando acontecimentos nos modelos hegemônicos, estereotipados, resultando na maioria das vezes em banalização dos acontecimentos” (TONDATO, 2007, p. 127). É esse aspecto que será melhor aprofundado a seguir.

Sensacionalismo como prática midiática

Amaral (2006, p. 21) afirma que, em geral, “(...) o sensacionalismo está ligado ao exagero; a intensificação, a valorização da emoção; à exploração do extraordinário, à valorização de conteúdos descontextualizados; à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e inversão de conteúdo pela forma”. Na sequência, a mesma autora sustenta que: “O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras

estratégias da mídia em geral, como superposição do interesse público; a exploração do interesse humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e do consumo; a ridicularização das pessoas humildes; o mau gosto; a ocultação de fatos políticos relevantes; a fragmentação e descontextualização do fato; o denunciamento; os prejulgamentos e a invasão de privacidade de tanto de pessoas pobres e como de celebridades, entre tantas outras. (AMARAL, 2006, p. 21)

Nessa mesma linha, Rosa Pedroso, outra pesquisadora que é referência nos estudos do sensacionalismo midiático afirma que essa opção jornalística se caracteriza pelo uso da “(...) intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados ou subtraídos no contexto de representação e construção do real social (...) é exploração do fascínio pelo extraordinário, pelo desvio, pela aberração, pela aventura, que é suposto existir apenas na classe baixa. É no distanciamento entre a leitura e realidade que a informação sensacional se instala como cômica ou trágica, chocante ou atraente. (PEDROSO, 2001, p. 52).

Não de forma diversa, Angrimani (1995, p. 16) lembra que o sensacionalismo é “tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento.” Afirma o autor que essa forma de tratar os eventos valoriza conteúdos ou temáticas isoladas e sem contextualização político-econômico-social-cultural. Para Angrimani, o meio de comunicação que se utiliza do sensacionalismo age como “um educador, proibindo e castigando, mas também com propósitos mais cruéis: há humilhação, domínio, (controle sobre o objeto) e uma perspectiva de quem quer ferir, causar dor.” (ANGRIMANI, 1995, p.78).

Em muitos jornais, por exemplo, as capas são alvos de estudo por conta de sua condição de apresentação dos enunciados. Na capa, a manchete adquire uma importância acentuada: ela deve provocar comoção, chocar. Pode aparecer realçada por recursos gráficos exagerados, como a letra em caixa alta, em tamanho grande, grifada e em cores que conferem destaque. A sua linguagem aproxima-se da linguagem oral e coloquial. Há o uso abusivo de gírias e chavões, além, em alguns casos, do uso de palavras de baixo calão e frases de duplo sentido. É o recurso que vai chamar a atenção do leitor para a matéria. Muitas vezes, o uso abusivo de recursos para tornar a manchete interessante a desvincula do

tema central da matéria. É uma armadilha preparada para capturar a atenção do leitor.

Os autores apresentados tratam de aspectos fundamentais que são constitutivos de um conjunto de valores que formam as representações sociais e que são nascidas da mediação simbólica de aparelhos ideológicos como os da educação e da religião, e no caso desse trabalho, da mídia. Através dessas representações sociais é que se organizam as visões que as pessoas têm de mundo. No entender de Correia (2003) os meios de comunicação são instrumentos fundamentais para a construção da realidade social. De acordo com o estudioso português, a mídia destinada às classes populares – enquanto organização empresarial - contribui para a trivialização da realidade e para a exploração sensacionalista da desgraça alheia. “Produzem consensos fictícios em torno da agenda pública. Privilegiam o espetáculo em detrimento de uma tematização criteriosa. Assentam a sua presença em mensagens facilmente apreensíveis, descurando as abordagens mais complexas” (CORREIA, 2003).

Amaral (2006) assegura que o sensacionalismo está inserido tanto no circuito do capital, quanto no da produção e no da circulação simbólica. Para ela, a prática sensacionalista pode ser o uso de artifícios inaceitáveis para a ética jornalística, mas também pode se configurar numa estratégia de se comunicar melhor com os seus leitores, a partir de uma matriz cultural e estética diferente da que é utilizada pela imprensa de referência. Utilizando-se de estudos de Bourdieu (1987), ela mostra que os bens simbólicos são ao mesmo tempo mercadorias e significações. Assim, no caso da comunicação, também suas relações de poder estão baseadas no capital simbólico, entendido como o capital econômico, cultural e social reconhecidos legitimamente. O poder simbólico é o poder dos discursos de manter ou subverter a ordem, e deve sua intensidade ao fato das relações de força que nele se exprimem só se manifestarem nelas em forma irreconhecível de relações de sentido. As classes disputam esse poder, o poder de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, agir sobre o mundo (Amaral, 2003, p. 137).

E quando o assunto é a representação simbólica da violência sensacionalizada pela mídia, vale inserir a reflexão de Traquina: “O crime é notícia porque seu tratamento evoca ameaças e, ademais, reafirma a moralidade da sociedade, desenvolvendo diante de nós mesmos uma peça de moralidade moderna, na qual o demônio é expulso tanto simbolicamente como fisicamente da sociedade por seus guardiões: a polí-

tica e a magistratura” (TRAQUINA, 1993, p. 226).

Montoro (2002) tem uma visão particular do sensacionalismo e aponta que a polícia, os membros do judiciário e os próprios meios de comunicação conformam a trama discursiva que mais se apresenta nas notícias de violência. Segundo ele, esses discursos produzem um enquadramento noticioso parta a temática com dois eixos: a ruptura da ordem (discurso policial e ilegalidade do ato cometido) e o não-cumprimento da lei (discurso jurídico). Ela entende que “esses vetores discursivos orientam a interpretação dos fatos noticiados a partir de um postulado de controle mais profundo da vida social (aplicação de pena de morte, cadeia elétrica, cadeia perpétua, mais armamentos, mais policiais,). Essa *vetorização* dos discursos oculta também às causas econômicas, sociais, conjunturais que produzem a violência social na sociedade brasileira: escravidão e trabalho infantil, extorsão policial, prostituição de crianças e adolescentes, baixa escolaridade das populações rurais, desemprego juvenil, exclusão e marginalização social, alta taxa de desqualificação profissional, etc. A violência é representada socialmente como um problema de ordem pública, cuja solução depende de medidas e de ações policiais e do Poder Judiciário. (MONTORO, 2002, p. 323).

No entender de Chauí (2007, p. 45) as notícias são apresentadas de maneira a impedir que o ouvinte e o espectador possam localizá-las no espaço e no tempo. Segunda ela, “os acontecimentos são relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros; surgem pontos puramente atuais ou presentes, sem continuidade no tempo, sem origem e sem consequências” (CHAUI, p.2007, p. 46). Para ela, essa condição fugaz da notícia é essencial para o processo de desinformação. A notícia teria apenas a duração de um espetáculo e só receberia atenção da audiência enquanto durasse o espetáculo. A autora pergunta e logo responde: “Que informação transmite a telenovela? Opera reforçando o senso comum social, mantendo suposta clareza da distinção entre o bem e o mal, a naturalização da hierarquia social e da pobreza, o desejo de ‘subir na vida’, a recompensa dos bons e a punição dos maus”, (CHAUI, p.2007, p. 51). Deixa muito claro Chauí, que “a ideologia contemporânea, escreve Lefort, é invisível porque não parece construída nem preferida por um agente determinado, convertendo-se em um discurso anônimo e impessoal, que parece brotar espontaneamente da sociedade como se fosse o discurso do social” (CHAUI, p.2007, p. 75).

[...]

Temas tabus: machismo / homofobia

*Crítica feminista
à sociedade de mercado¹*

¹ Publicado nos Cadernos Marcha Mundial das Mulheres I

Nesse texto analisamos a mercantilização como a principal característica das sociedades baseadas no liberalismo econômico. Nesse modelo as relações entre as pessoas passam a ser mediadas pela relação com a mercadoria. As mercadorias parecem ter um valor em si, o que esconde a enorme quantidade de trabalho das pessoas necessário para produzi-las. Esse sistema não se expande apenas colonizando regiões do planeta, em que as sociedades estavam organizadas de maneira diferente, ele se expande aumentando o ritmo e a intensidade de exploração do trabalho nas fábricas, nos lares, nos escritórios. E ele também se expande ocupando mais dimensões da vida das pessoas.

Hoje, as novas fronteiras do mercado estão avançando sobre nossos direitos, sobre o meio-ambiente, a genética dos seres vivos, sobre os conhecimentos e a criatividade dos seres humanos. Depois de uma forte resistência dos povos, principalmente através das lutas contra a OMC e os Tratados de Livre Comércio, percebe-se que o modelo passa por uma crise. Porém ele ainda mantém sua hegemonia, embora já não seja mais capaz de se apresentar como a única alternativa. A construção de um pensamento crítico e de ações diretas contra a mercantilização é fundamental para reconstruir, em nossa sociedade, a hegemonia de um outro modelo baseado no bem-estar da humanidade.

O lugar das mulheres na sociedade de mercado

O mercado tornou-se organizador da economia e, assim, nos impõe uma forma de organizar nossas vidas e de definir o que é ser mulher. Na vida de mercado, ser mulher é ser flexível e ter paciência para aceitar condições de trabalho cada vez piores e com salários cada vez menores. É sacrificar-se na informalidade sem nenhuma garantia de direitos. É se sentir responsável por cuidar sozinha da casa, das crianças, das pessoas doentes depois de um dia todo de trabalho.

É assim que a sociedade de mercado explora gratuitamente o trabalho doméstico das mulheres, para não ter que disponibilizar serviços públicos de saúde e educação, equipamentos como restaurantes populares, creches, lavanderias públicas, etc. O discurso disseminado é que serviços públicos são coisas do passado, que se queremos hospitais e escolas de qualidade temos que pagar por eles. Na vida de mercado, a mulher que depois de tudo isso se sente cansada, deve comprar numa farmácia as

novas drogas que prometem dar fim às dores do corpo e da alma.

Somos mulheres, e não mercadorias!

Nesse sistema, que é ao mesmo tempo machista e capitalista, as mulheres são transformadas em mercadorias, objetos, seja na indústria da prostituição e da pornografia, seja na forma como são expostas na publicidade, que manipula nossos sonhos e desejos, criando necessidades que antes não existiam apenas para aumentar o consumo. A publicidade expõe as mulheres como um produto para consumo dos homens (e cujo valor é estabelecido pela vontade deles), no sentido literal, como fazem as propagandas de cerveja, ou no sentido indireto, quando afirmam que é comprando um produto X ou Y que elas agradecerão aos olhares masculinos e serão felizes, como se fosse essa a primeira das suas atribuições: ser um objeto acolhedor, atraente, disponível. Também há as campanhas publicitárias que anunciam mil e uma facilidades para as mulheres cumprirem sua intensa jornada de trabalho, como os produtos de limpeza que fazem milagres para que a realização das tarefas domésticas seja mais “eficiente”.

A definição da “feminilidade” é marcada pela dependência em relação às expectativas masculinas, reais ou imaginadas. Basta olhar ao redor para perceber que estamos cercadas de produtos a serviço da “feminilidade”, que se baseiam na exploração e na naturalização dessa dependência. Na publicidade, a mulher é constantemente representada assim: um objeto de consumo, que, para ter valor, tem que seguir um padrão. Para atingir esse padrão, ela deve aceitar as condições do mercado e consumir uma enorme quantidade de produtos e serviços. As mulheres exibidas nessas propagandas viram “modelos de perfeição”, modelo que as mulheres perseguem como se fosse uma condição para sua realização.

Assim, a exposição da imagem e do corpo das mulheres como objeto contribui muito para colocá-las num estado permanente de insegurança com relação ao seu corpo. A magreza das super-modelos é esperada daquelas que “se cuidam” como “boas mulheres”. Hoje, cada vez mais jovens sofrem com transtornos alimentares como bulimia e anorexia. Segundo a Organização Mundial de Saúde, essas doenças estão entre as principais causas de morte de mulheres jovens. As intervenções cirúrgicas para redução de peso – que lembram as cirurgias de retirada de parte do cérebro de pessoas diagnosticadas como doentes mentais no século XIX – estão

se sofisticando. Além da cirurgia de redução do estômago, uma companhia americana patenteou um tratamento para obesos à base de eletro-choques.

As formas do corpo da mulher, historicamente controladas, hoje também podem ser compradas segundo os padrões da moda. Segundo o secretário-geral da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, em entrevista à Folha de São Paulo, a quantidade de adolescentes que colocam prótese de silicone aumentou 300% nos últimos dez anos. Em 2006, foram realizadas 700 mil cirurgias plásticas no país. O crescimento do mercado também se dá por sua expansão para as mulheres do meio popular através de parcelamentos, consórcios ou dívidas com agiotas.

Direito ao nosso corpo

A mercantilização do corpo e da vida das mulheres também se expressa no plano da sexualidade. A determinação de um padrão para o exercício da sexualidade feminina e a constante vigilância e controle sobre ela demonstram que, no plano do sexo, as mulheres também devem ser vistas como disponíveis e pertencentes aos homens. A vivência da sexualidade está marcada pelas relações opressivas que as mulheres vivem na sociedade. É visível que há uma banalização da sexualidade feminina, exposta incansavelmente pela mídia ou abordada de forma pouco respeitosa em diversos âmbitos da sociedade. Dessa forma, a sexualidade também é apresentada como uma mercadoria disponível. Essa banalização traz consigo uma padronização no exercício da sexualidade, impondo um padrão aceitável de como cada um e cada uma deve vivenciar a sua. Tal situação expressa que o controle sobre o corpo da mulher e sobre a sexualidade está muito relacionado com essa realidade de coisificação e mercantilização.

Por exemplo, por mais que haja uma farta exposição da nudez feminina e de exploração da sexualidade, o sexo ainda é altamente atrelado à realização da maternidade. Na sociedade de mercado vivemos um retrocesso: a maternidade como obrigação e condição para que uma mulher seja “completa” é um dos discursos permanentes da propaganda, dos anúncios de pasta de dente aos de seguros de saúde.

O feminismo pôs em debate a função social da maternidade, a responsabilidade do poder público em garantir serviços de saúde de pré-natal e parto, creche e educação, entre outras políticas. Ao mesmo tempo, deve ser garantido às mulheres o direito

de decidir se querem ou não ter filhos e o momento de tê-los. Ser mãe biológica também se tornou uma mercadoria através do mercado da “reprodução assistida”. Cada vez mais mulheres consideram natural procurar médicos, tomar hormônios e submeter-se a processos dolorosos para engravidar a todo custo.

Remédios: mina de ouro das transnacionais

Há remédio para emagrecer, pra moderar apetite, para limpar a pele, para tantas outras coisas. E sempre há os antidepressivos para aquelas que não conseguem atingir seu objetivo de modelar o corpo ao padrão do que é considerado desejável e aceitável. Remédios para emagrecer também podem causar depressão, crises de ansiedade, insônia. As indústrias conhecem bem esse círculo vicioso e lucram a partir dele: a Pfizer, por exemplo, líder entre as farmacêuticas, produz anticoncepcionais, remédios para emagrecer e antidepressivos.

A indústria farmacêutica é a terceira mais lucrativa do mundo. Ganha bilhões por ano à custa da afirmação de que os corpos das mulheres são doentes e devem ser “tratados”. Parte muito significativa dos lucros dessa indústria vem dos remédios chamados comportamentais, como antidepressivos e hormônios sintéticos. Predomina a idéia de que as mulheres têm mais depressão, sem considerar os determinantes sociais: a sobrecarga de trabalho dentro e fora de casa, que aumenta o cansaço e o estresse, e as pressões para responderem ao padrão de mulher ideal.

O poder da ciência, dos médicos e a idéia de eficiência apresentam-se como soluções imediatas, típicas do neoliberalismo. As pessoas procuram o médico e confiam que sairão da consulta com uma solução para seus incômodos. A solução mais fácil é a receita de um remédio. Os laboratórios criam estratégias para que os médicos receitem seus medicamentos, e não o dos concorrentes. Fica difícil para as mulheres terem autonomia para decidir o que é saudável.

A indústria da beleza: falsas promessas

O Brasil é o quarto vendedor de cosméticos no mundo. Por trás da aparente diversidade de produtos nos supermercados existem poucas empresas que controlam várias marcas de produtos, cada uma para atingir um perfil de consumidora diferente. A maior transnacional do mundo neste setor, a L'oreal, da França, tem algumas marcas voltadas para o consumo popular, como a linha de esmaltes e xampus Colorama.

Para as mulheres com renda alta, desenvolve produtos como os cremes Lancôme. A L'oreal em conjunto com uma grande transnacional farmacêutica, a Roche, desenvolve os chamados “cosméticos ativos”, como os creme anti-rugas.

A Avon, outra grande transnacional desse setor, explora o trabalho das mulheres através de um sistema de venda direta, que aparece como complemento à renda ou uma facilidade para as mulheres, pois não precisam ter tempo fixo para o trabalho. Elas não têm nenhum direito garantido e são consideradas “consultoras de beleza”, mas garantem uma grande margem de lucro para estas empresas e são mais da metade da mão-de-obra no setor de cosméticos. As consultoras da Avon e Natura chegam a 1 milhão de mulheres no Brasil.

Empresas controlam a agricultura e alimentação

Além da indústria da beleza, que envolve farmacêuticas, cosméticas e outras, há uma série de transnacionais que ditam padrões de consumo e retiram a autonomia das mulheres nas mais diversas áreas. A indústria da alimentação, por exemplo, define hábitos alimentares, avança sobre a agricultura camponesa (fomentando o latifúndio, a monocultura, expulsando do campo trabalhadores e trabalhadoras rurais), concentra o monopólio das sementes e atua também no mercado, no sentido de controlá-lo integralmente, roubando-nos a possibilidade de escolhermos sobre o que vamos comer.

O advento das “comidas rápidas” dialoga com o dia-a-dia atribulado das mulheres que cumprem sua intensa jornada de trabalho – dentro e fora de casa. Os supermercados que circulam essas mercadorias também são exemplos do impacto que as transnacionais trazem à vida das mulheres. Uma das maiores redes de supermercado do mundo, a Wal-Mart, constantemente é acusada por discriminação de gênero no âmbito trabalhista: as mulheres trabalham sem regulamentação de jornada, sem férias, sem direitos, e vivenciam na pele a desigualdade em relação aos homens, com diferenças salariais e discriminação nas promoções.

Mulheres em ofensiva contra a mercantilização

Ser contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres significa combater a lógica que transforma as mulheres em objetos a serem comprados,

ou mesmo tomados à força. A desconstrução dos mecanismos do mercado, da exploração do trabalho, das pressões da mídia, passando pelas novas e velhas formas de controle do corpo, vai ao coração do sistema capitalista, e nos permite, a partir de experiências cotidianas das mulheres, fazer relações entre as situações de opressão e o funcionamento da ordem econômica.

A MMM tem como um eixo estruturador de sua ação a luta contra o livre comércio ou livre mercado. Atuou na luta contra a OMC, denunciando que essa instituição não serve apenas para a regulação do comércio, mas tem como objetivo a mercantilização de todas as dimensões da vida. Na Campanha contra a Alca, em 2002, a MMM elaborou como consigna “O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!”. Esta consigna se transformou em um grito da batucada feminista: “A nossa luta é todo dia: somos mulheres e não mercadoria!”

A batucada na MMM, como uma expressão de nossa ação feminista, iniciou com as mulheres do Rio Grande do Norte no FSM em 2003. Essa experiência somou e inovou uma linguagem própria da MMM. Possibilitou ocupar plenamente o espaço público desde os nossos sons, que produzimos dos tambores e latas, e de nossas vozes com gritos que fortalecem uma ação feminista irreverente. O ritmo, visual e rebeldia da batucada feminista já apareceu nas manifestações do 8 de março de 2003 em alguns estados.

No Fórum Social Brasileiro realizado em novembro de 2003 em Belo Horizonte, em uma manifestação conjunta com o acampamento da juventude, ocupamos o Carrefour e etiquetamos os produtos transgênicos. Nesta ação a batucada “estourou” dando o ritmo da intervenção com paródias críticas às músicas de propagandas de produtos alimentícios.

Ainda no ano de 2003 foram organizadas várias oficinas de pichação crítica aos cartazes sexistas, principalmente, de cervejas e de beleza. Nessas oficinas, voltadas principalmente para as jovens, se construiu uma reflexão sobre a imposição do padrão de beleza e como ele já está presente na juventude. A proposta de construir uma “Ofensiva contra a Mercantilização do Corpo e da Vida”, com o objetivo de articular e intensificar as ações que já eram realizadas em vários estados, surgiu em uma reunião das jovens na MMM. A ofensiva foi lançada em 2004 como uma ação permanente, e não como uma campanha que tem reivindicação específica. Sua estraté-

gia inclui a reflexão e elaboração de ações feministas contra o machismo na sociedade de mercado e se materializam em colagem de cartazes, intervenção em cartazes publicitários, ações de rua com batucada, debates sobre letras de música, publicidade na TV, revistas e padrões de beleza.

A luta contra a mercantilização foi o eixo orientador das ações do dia 17 de outubro de 2004 no Brasil. Vários estados realizaram ações relacionando a atuação das transnacionais à mercantilização da vida e corpo das mulheres. Dentre estas ações, em São Paulo, foi realizada uma intervenção direta em outdoors, na Av. Paulista, que tratavam a mulher como mercadoria.

A formação de batucadas e o fortalecimento das que já existiam foi importante para afirmar a ofensiva como uma ação feminista onde há uma grande participação das jovens na MMM. No FSM de 2005, várias atividades foram realizadas a partir do acúmulo das ações da ofensiva. A batucada se tornou uma marca de atuação da Marcha. No 1º Encontro Nacional da MMM, realizado em 2006 em Belo Horizonte, houve um avanço na formulação dos conteúdos que trabalhamos na ofensiva, aprofundando a relação com a luta contra o livre comércio e a OMC. Também foram debatidas formas de criar novas refe-

rências culturais, novas práticas e formas de lazer que se combinam com a crítica da indústria cultural, da imposição de padrões de beleza e comportamento, e dos valores da sociedade de mercado.

Em abril de 2008, numa reunião nacional das jovens na MMM, decidiu-se intensificar as nossas atividades, atualizar os conteúdos abordados no tema da mercantilização e ampliar nosso foco de ação nos temas da prostituição, do tráfico de mulheres e das transnacionais. Nossa estratégia para realizar estas tarefas é estabelecer uma dinâmica frequente de troca de informações entre os estados para socializar as atividades realizadas. Para viabilizar esse intercâmbio utilizaremos o sítio eletrônico (blog) e outras formas de comunicação. Outra tarefa desta retomada é a rearticulação das batucadas nos Estados, recuperando e acentuando seu sentido de aglutinador político, além de um espaço permanente de auto-organização.

A luta contra a sociedade de mercado e a resistência à mercantilização do corpo e da vida das mulheres segue como um eixo fundamental para uma ação feminista que incorpore a perspectiva de classe e seja protagonista de uma transformação profunda da ordem social global. Ou seja, para a construção de um feminismo não institucionalizado e militante.

Temas tabus: machismo / homofobia

*Luiz Mott:
‘Homofobia deve ser
tratada como racismo’¹*

Por Vanda Munhhoz

¹ Publicado originalmente em *O Diário*. Disponível em <http://digital.odiario.com/cidades/noticia/562152/homofobia-deve-ser-tratada-como-racismo/>

Luiz Mott, decano do movimento homossexual brasileiro, antropólogo, professor-doutor e fundador do Grupo Gay da Bahia, diz que 90% dos gays brasileiros não assumem a homossexualidade. Um dos motivos é o medo do preconceito e da homofobia. Outro, a violência e crimes de morte que vitimam as minorias sociais, especialmente os homossexuais.

Para o antropólogo é possível acabar com a homofobia no Brasil. Entre as propostas, ele diz que é preciso equiparar a homofobia ao crime de racismo. É preciso também que a comunidade Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transsexuais (GLBT) saia do armário. Defensor da igualdade civil e social para os homossexuais, o professor Mott critica o governo federal por não criar mecanismos de combate aos crimes homofóbicos.

Na avaliação dele, o posicionamento da presidente Dilma Rousseff (PT) é desastroso na questão homossexual. Mott diz ainda que Brasil é um País de contrastes, com um lado cor de rosa e outro vermelho sangue. Mott, 65 anos, é fundador do Grupo Gay da Bahia, licenciado em Ciências Sociais pela USP, com mestrado em Antropologia na Sorbonne University, doutorado na Unicamp, autor de mais de 20 livros e 200 artigos. Na última quarta-feira, ele participou do I Congresso de Diversidade Sexual de Maringá. Em entrevista a *O Diário*, ele fez uma análise da situação dos homossexuais no País.

O DIÁRIO: Como o senhor avalia a situação dos homossexuais em relação a outros grupos?

LUIZ MOTT: Os homossexuais representam aproximadamente 16% da população brasileira: sendo 10% de gays e 6% de lésbicas, de acordo com o Relatório Kinsey. Já que não existem estatísticas oficiais dos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), temos que nos basear em outras pesquisas, como esse relatório.

Apesar de representarmos 32 milhões de habitantes no Brasil, ainda somos o grupo social mais discriminado, porque enquanto as outras minorias, como os negros e deficientes físicos, recebem, dentro de casa, o apoio e a capacitação para enfrentar o preconceito no mundo exterior, os gays, lésbicas e travestis, quando são descobertos, geralmente são expulsos de casa, sofrem discriminação.

Apesar de representarmos um contingente tão importante, ainda considero que 90% das lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais vivem no armário, com medo, vítimas do que chamamos de homofobia

internalizada. Vivem na clandestinidade.

O DIÁRIO: O senhor lançou a campanha “Bandeira Toda Hora: Faça Apologia da Homossexualidade” em janeiro passado. Qual a sua avaliação, quase quatro meses depois do lançamento?

LUIZ MOTT: Essa campanha do Grupo Gay da Bahia, que é o mais antigo com 32 anos de existência no Brasil e do qual sou o fundador, luta contra o preconceito e a homofobia, estimula os gays e lésbicas para que saiam do armário e para que, cada vez mais, a sociedade conviva com a diversidade.

Nós não queremos privilégios: direitos iguais, nem menos, nem mais. Então, essa campanha é uma forma de contrapor toda essa violência, essa homofobia que é fortíssima no Brasil.

O DIÁRIO: Porque fazer apologia e propaganda da homossexualidade?

LUIZ MOTT: Porque não é crime. A homossexualidade não consta em nenhum código penal, nenhuma lei proíbe o exercício da homossexualidade a partir dos 14 anos, que é a idade que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como limite para o exercício da sexualidade. Então, é apenas o preconceito e a ignorância que levam as pessoas a terem tanto medo e a se esconderem no armário.

O DIÁRIO: Como o senhor avalia o Brasil em relação aos homossexuais?

LUIZ MOTT: O grande problema do Brasil é a contradição. Um País ao mesmo tempo tão cor de rosa, que tem a maior parada gay do mundo, a maior associação de gays e lésbicas, um País em que os gays, travestis e lésbicas fazem parte da sociedade em todos os níveis, apesar de até agora haver a proibição de um beijo gay em novela da principal rede de televisão, esse é o lado cor de rosa. Mas temos o lado vermelho sangue, representado pela violência máxima que são os assassinatos. A discriminação contra os homossexuais vai desde insultos, impedindo a entrada em lugares públicos, a proibição de carinho em público e até a violência física, tortura e assassinatos.

O Brasil, em 2011, registrou 266 assassinatos documentados através da mídia, portanto são números incompletos, certamente esses números são maiores. Somente nos três primeiros meses de 2012, o Grupo Gay da Bahia, através de seu banco de dados, já documentou 111 assassinatos, o que dá uma média de uma morte a cada 21 horas. Nunca antes na história do Brasil houve tanta violência, tantos assassinatos como atualmente.

Lastimamos que o governo federal, sobretudo no governo Lula, que teve tantas manifestações verbais, tantos projetos de defesa da igualdade cidadã para a população GLBT, infelizmente esse governo não está acertando em suas políticas públicas, sobretudo nos últimos dois anos em que o número de assassinatos de homossexuais aumentou 113% no Brasil. Metade dos assassinatos de homossexuais em todo o mundo acontece no Brasil.

Mata-se aqui mais do que nos países onde há pena de morte para os homossexuais. E como explicar isso? Lastimavelmente, é o lado vermelho sangue da nossa cultura extremamente violenta em que há um aumento expressivo de assassinatos em geral e que se reflete sobretudo na população mais vulnerável, no caso os homossexuais, negros, etc...

O DIÁRIO: O senhor tem criticado o governo federal. Por quê?

LUIZ MOTT: Existe boa vontade, tanto por parte do Lula quanto do Partido dos Trabalhadores (PT), mas lastimavelmente tem sido desastroso o posicionamento da presidenta Dilma em relação à questão homossexual. Primeiro, por ter proibido o kit anti-homofobia que tinha sido aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia, pela Unesco e seria distribuído em seis mil escolas, capacitando mais de seis milhões de jovens. Por puro preconceito, por pressão de evangélicos fundamentalistas, foi vetado. Recentemente, no carnaval, outro veto ao filme de prevenção da aids destinado a gays, também fruto da homofobia governamental.

Ministros e políticos próximos ao governo têm tomado posicionamentos também homofóbicos. O próprio Aluísio Mercadante criticou o kit anti-homofobia. O senador Lindbergh Farias (PT-RJ), apoiou o pastor Silas Malafaia que vem atacando sistematicamente os direitos humanos dos homossexuais, de modo que o governo atual não está sequer realizando o que foi determinado no Plano Nacional de Direitos Humanos 2, idealizado em 2002,

que obrigava o governo a criar um banco de dados sobre crimes homofóbicos e a fundar um conselho e uma coordenadoria visando à promoção de ações afirmativas para essa população.

Nada disso foi feito. Eu insisto em dizer: o que a população homossexual exige não são privilégios, são direitos iguais. Não queremos nada mais que a equiparação da homofobia ao crime de racismo. Ou seja, se o insulto contra um negro é um crime inafiançável, não há razão para que um insulto ou uma violência contra homossexuais não seja tratado com o mesmo nível de repressão.

O DIÁRIO: Como acabar com o preconceito no Brasil?

LUIZ MOTT: Apesar de ser difícil a mudança de mentalidades, é possível. Há muitos exemplos históricos de países e sociedades que eram extremamente preconceituosos em relação a mulheres, negros, índios, homossexuais e que, através de legislação e de políticas públicas, se modificaram, vieram para o lado do bem.

Quatro medidas são propostas para erradicar a homofobia no Brasil. Primeiro, a aprovação de leis que garantam a igualdade cidadã para os homossexuais. Sobretudo a equiparação da homofobia ao crime de racismo. Em segundo lugar, a educação sexual em todos os níveis escolares para ensinar aos jovens, às novas gerações, a respeitarem a diversidade sexual, a erradicar de seu pensamento atitudes de intolerância, de violência, de homofobia, inclusive a liberação do kit anti-homofobia.

Em terceiro, que a Justiça e a polícia sejam rigorosas na apuração e julgamento de crimes contra os homossexuais, porque a impunidade provoca novos crimes. Em quarto, um apelo para a comunidade GLBT, para que saiam do armário, afirmando sua identidade homossexual e homoafetiva. Para que gays e lésbicas evitem situações de risco, sobretudo gays e travestis que são as principais vítimas da violência.

Os Trabalhadores e a Comunicação na América Latina



18º CURSO ANUAL DO NPC

DIA 23

Grandes corporações de Comunicação nas Américas

*A mudança patrimonial
das empresas de mídia
na América Latina*

*Por Gilberto Maringoni**

* Ilustrador, jornalista e doutor em História Social pela USP. É também professor de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero e colunista do site *Carta Maior*.

O panorama comunicacional da América Latina após o advento das tecnologias digitais tem como pontos de apoio a evolução dos negócios, as transformações políticas das últimas três décadas e o progresso tecnológico. Essas transformações tornaram superadas as legislações nacionais da área e abriram novas frentes de disputa entre Estados, empresas e movimentos sociais em busca de novos marcos institucionais para as comunicações e as telecomunicações. O desafio colocado é: como criar regras nacionais e democráticas sobre corporações com raio de ação supranacional?

A polêmica da regulação

Uma polêmica ronda a América Latina. Ela toca em pontos sensíveis e em várias ordens de interesses. Trata-se das propostas sobre a elaboração de novas legislações para os meios de comunicação em alguns países do continente.

Isso acontece especialmente na Venezuela, Argentina, Equador e Bolívia. No Brasil ainda não há uma decisão de governo a respeito.

O pano de fundo é a mudança no panorama político continental a partir da virada do século. Em certos países houve uma reação eleitoral à matriz liberal adotada na economia nos anos 1980-90, que resultou em aumento na concentração de renda, em crises e em instabilidades econômicas. As disputas em torno da comunicação envolvem concepções políticas mais amplas do que as especificidades do setor.

As empresas de mídia, por lidarem com difusão de idéias, valores e abordagens subjetivas, alegam estarem diante de ameaças de censura e de cerceamento à livre circulação do pensamento. Os defensores das mudanças afirmam o contrário. Dizem que o setor é monopolizado e que um novo pacto legal teria por base a defesa de um pluralismo de opiniões.

Há um fator adicional a ser levado em conta: uma série de progressos técnicos tornou obsoletas algumas características das políticas públicas de comunicação estabelecidas há mais de cinco décadas. Empresas que até os anos 1990 eram caracterizadas como nacionais, nos diversos países da região, agora vivem um processo de aquisições e aberturas societárias que pode ser traduzida em

uma tendência geral: a entrada do capital externo e a internacionalização.

Marcos iniciais

As primeiras legislações sobre meios de comunicação no continente foram criadas no período do nacional-desenvolvimentismo, entre os anos 1930 e 1960, tendo como marca inspiradora a estratégia de substituição de importações. Seus pressupostos básicos eram a definição do espectro radioelétrico como espaço público (que funcionaria em regime de concessão à iniciativa privada) e a proibição da participação do capital estrangeiro em empresas de comunicação. Legislações desse tipo foram aprovadas na Argentina, no Brasil, na Colômbia, no Chile e no México¹.

Nos anos 1980-90, as diretrizes pautadas pelo Consenso de Washington reconfiguraram o papel do Estado na economia. A crise do nacional desenvolvimentismo nos países da periferia deu lugar a políticas de abertura econômica, privatizações e enfraquecimento dos poderes de fiscalização e regulação do poder público. As oscilações e a volatilidade dos mercados financeiros acabaram por influenciar fortemente as diretrizes governamentais em toda a América Latina.

No terreno das políticas de comunicação, os resultados se traduziram em inúmeras situações de hiatos legais. A constituição de agências reguladoras, de composição tripartite – Estado, empresas e sociedade civil -, foi o modelo adotado para a regulação de serviços públicos privatizados no período.

Internacionalização

A marca distintiva do desenvolvimento das indústrias midiáticas na América Latina até a penúltima década do século XX foi o caráter eminentemente nacional de suas empresas.

Seja pela carência de capitais em mercados internos de pequeno porte, seja por força de legislações protecionistas, o fato é que os grandes grupos não se expandiram para além das fronteiras de cada país até o final dos anos 1980.

O jornalista espanhol, Luís Palácio completa esta constatação da seguinte maneira:

¹ Maringoni, Gilberto, *Comunicações na América Latina: progresso tecnológico, difusão e concentração de capital (1870-2008)*, Centro Interdisciplinar de Pesquisa – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2009, pág. 74

Diferentemente do que ocorre na Europa, onde os [grupos] Bertelsmann, Vivendi, Reed ou Pearson começaram há anos uma estratégia de internacionalização que os levou a implantarem-se em um grande número de mercados nacionais, os grupos latino-americanos, na hora de se desenvolverem, ativeram-se aos limites dos Estados nacionais de que são originários. Assim, sólidos grupos de comunicação – como o argentino Clarín, ou os brasileiros Abril e Globo – praticamente circunscreveram suas atividades aos seus mercados originários.²

Quando os governos liberais impuseram as privatizações e abriram caminho para a chegada de empresas estrangeiras de porte global para operarem no segmento de telecomunicações, estabeleceram uma concorrência assimétrica nos mercados domésticos. Por maiores que fossem os empreendimentos nacionais, estes não tinham porte em disputas contra as transnacionais da comunicação.

A exceção ficou por conta dos grupos Cisneros (Venezuela) e Telmex (México), que já haviam, desde os anos 1980, buscado se expandir tanto nos mercados locais, quanto na região, com destaque para o mercado estadunidense, além de contarem com decidido apoio de seus Estados nacionais para realizarem tais operações..

Deslocalização patrimonial

De acordo com o estudioso hispano-colombiano Jesús Martín-Barbero, a partir dos anos 1980, os meios de comunicação passaram a ser considerados protagonistas dos processos de transnacionalização.³

É bem significativo que na “década perdida” [os anos 1980], uma das poucas indústrias que se desenvolveu na América Latina foi precisamente a de comunicação.”⁴

No espaço estrito dos meios de comunicação, a necessidade de modernização tecnológica e de modos de gestão flexíveis casou-se à perfeição com as políticas liberais. Para fazer frente ao crescimento

necessário e à importação de equipamentos desejados, as leis protecionistas vigentes em décadas passadas acabaram por ser alteradas. O objetivo não foi apenas modernizar tecnicamente a imprensa, dotando-a de equipamentos modernos, mas de possibilitar novas composições societárias que permitissem investimentos em tempos curtos, com maciças injeções de capital externo.

Barbero ressalta dois pontos essenciais da transformação estrutural ocorrida nas empresas de mídia, a partir dos anos 1990:

Um, a conversão dos grandes meios em empresas ou corporações multimidiáticos, seja por desenvolvimento ou fusão dos próprios meios de imprensa rádio ou televisão, ou por sua absorção por parte de grandes conglomerados econômicos; e dois, a deslocalização e reconfiguração da propriedade.⁵

Esse segundo fator é assim definido:

A “deslocalização da propriedade” assinala mudanças na concepção e na prática de uma propriedade concebida como algo substancialmente estático e cumulativo, que estaria nos impedindo de perceber a emergência mundial das indústrias culturais e comunicacionais de uma propriedade que trabalha mais por “fusões e alianças móveis” do que por acumulação proprietária, isto é, por vínculos operativos de relativa estabilidade e ampliação dos portfólios rotativos de investimento.⁶

As grandes empresas continentais, a maioria de capital aberto, passam a conhecer modificações por dentro. Isso enseja não apenas alterações societárias ao sabor das oscilações dos mercados de capitais, mas têm suas próprias políticas de gestão alteradas. Martín-Barbero continua e explica o que entende por “deslocalização de propriedade”:

Este é um dos campos onde mais se manifesta o chamado pós-fordismo: a passagem da produção em série a outra mais flexível,

² Palacio, Luis, “Las corporaciones mediáticas”, in Nosty, Bernardo Díaz (org.), *Tendencias 07 – Medios de comunicación – El escenario latinoamericano*, Ariel, Fundación Telefónica, Barcelona 2007, pág. 355

³ Martín-Barbero, Jesús, *Médios y culturas* in Nosty, Bernardo Díaz (org.), *Tendencias 07 – Medios de comunicación – El escenario latinoamericano*, Ariel, Fundación Telefónica, Barcelona 2007, pág. 255

⁴ Martín-Barbero, Jesús, *op cit*, pág. 255

⁵ Martín-Barbero, Jesús, *op cit*, pág. 257

⁶ “Martín-Barbero, Jesús, Rey, Germán, *La formación del campo de estudios de Comunicación en Colombia*” Revista de Estudios Sociales, Universidad de los Andes, Bogotá, Colombia, n.º. 4, agosto de 1999 (<http://res.uniandes.edu.co/view.php/98/view.php>)

*capaz de programar variações quase “personalizadas” para seguir o curso das mudanças no mercado. Um modelo de produção assim, que responde aos ritmos de mudanças tecnológicas e a uma aceleração na variação das demandas, não pode conduzir a menos que formas flexíveis de propriedade. Nos encontramos diante de verdadeiros movimentos de “deslocalização de propriedade” que, abandonando em parte a estabilidade buscada pela acumulação, recorre a alianças e a fusões móveis que possibilitam uma maior capacidade de adaptação às moveleiras formas do mercado comunicativo e cultural.*⁷

Em outro ensaio, Barbero classifica as alterações morfológicas na propriedade dos meios de comunicação. Estaríamos, em seu raciocínio, diante de um processo de acelerada concentração do poder midiático com uma ampla descentralização dos modos de operação e gestão. É o que demonstra, ainda em suas palavras,

*A passagem da propriedade e da gestão familiar da imprensa (...) em uma grande e moderna empresa multimidiática com interesses na telefonia celular, na TV a cabo, no campo editorial de livros e revistas”.*⁸

Ao mesmo tempo, corporações com outros interesses – especialmente do mercado financeiro – passam a investir fortemente em empresas de comunicação e de entretenimento. As razões seriam basicamente duas. A primeira acontece pela rápida expansão dos serviços dessa natureza, tanto no terreno da produção e distribuição de conteúdos de informação (televisão, rádio, jornais, revistas, portais etc.) quanto da de telecomunicações, cujo crescimento se deu notadamente após os processos de privatização. A segunda razão está na importância crescente que tais empreendimentos têm na disputa de hegemonia política na sociedade.

As legislações definidas em períodos de constituição do Estado desenvolvimentista, que asseguravam controles nacionais para a propriedade em setores estratégicos foram mudadas para viabilizar

as novas formas de gestão e posse de empresas.

A deslocalização da propriedade só pode ser compreendida na lógica da livre circulação de capitais. Essa propriedade flexível e fluida – cuja titularidade é constantemente negociada nos mercados de capitais – não anula, antes reforça a apropriação e o controle privado dos meios de produção.

Fluidez e legislação

Até o advento da revolução tecnológica anterior no terreno da informação – a chegada da televisão – as empresas precisavam estar sediadas no país em que operavam. Não se tratava apenas de uma exigência legal, baseada no ideário do nacional-desenvolvimentismo. Toda uma teia de negócios, especialmente aqueles ligados à publicidade e ao financiamento dos meios, estava ancorada em fronteiras nacionais.

Agora, um provedor de internet, um sítio ou portal ou uma emissora de TV a cabo pode emitir conteúdo de qualquer parte do globo para qualquer país, sem necessidade de antenas transmissoras ou equipamentos sofisticados. E a teia de negócios locais também se internacionalizou, como a própria publicidade, sobre a qual já nos referimos.

O problema central é que os provedores de internet e as emissoras de TV a cabo não são classificáveis como empresas produtoras de conteúdo informacional pelas antigas legislações dos países latinoamericanos produzidas no período do nacional desenvolvimentismo.

A privatização das teles na América Latina, nos anos 1980-90, abriu uma caixa de Pandora, que nem seus patrocinadores podiam prever à época. Governos venderam monopólios de telefonia do Estado – em negócios obscuros⁹ –, possivelmente sem perceber que estavam às portas de uma reviravolta tecnológica que possibilitaria a convergência de várias mídias. E que, como já falado, televisão, rádio, telefonia, cinema, literatura, audição musical transmissão de dados, instrumentos de navegação e outros – poderiam ser captadas por um mesmo aparelho. Com isso, provedores de internet apresentam

⁷ Martin- Barbero, Jesús, *Médios y culturas* in Nosty, Bernardo Diaz (org.), *Tendencias 07 – Medios de comunicación – El escenario latinoamericano*, Ariel, Fundación Telefónica, Barcelona 2007, pág. 258

⁸ Martin-Barbero, resenha de *Balsas y medusas: visibilidad comunicativa y narrativas políticas*, de German Rey, in *Revista de Estudios Sociales*, Nº. 4, Agosto de 1999, Págs. 127-130, Bogotá: Fescol – Fundación Socral – Cerec, disponível em <http://res.uniandes.edu.co/view.php/104/index.php?id=104>

⁹ Ver Ribeiro Jr., Amaury, *A privataria Tucana*, Geração Editorial, São Paulo, 2011

tecnologia para produzir e transmitir conteúdos.

Reserva de mercado

Provedores não estão enquadrados nas antigas normas legais. Assim, sua produção de conteúdos pode ser feita em qualquer parte do mundo e enviada, com características locais, a qualquer país. Ao mesmo tempo, como as empresas globais de telefonia – Telefônica de Espanha, Telefonia Itália Móvel e outras – possuem representação nacional também em cada país, uma complicada cadeia de brechas nas antigas legislações foi utilizada para legalizar as novas empresas.

Isso tem suscitado reações por parte das empresas tradicionais de mídia. Um caso ilustrativo é o editorial da *Folha de S. Paulo*, intitulado “Direito à informação”, publicado em 15 de novembro de 2009. O artigo afirma no subtítulo que “Práticas desleais na internet colocam em risco as bases que permitem o exercício do jornalismo independente no país”. Vamos a alguns trechos:

Apesar da revolução tecnológica e do advento de plataformas cooperativas, a produção de conteúdo informativo de interesse público continua, majoritariamente, a cargo de organizações empresariais especializadas. (...)

Quando um país como o Brasil admite um oligopólio irrestrito na banda larga – a via para a qual converge a transmissão de múltiplos conteúdos, como os de TVs, revistas e jornais –, alimenta um Leviatã capaz de bloquear ou dificultar a passagem de dados e atores que não lhe sejam convenientes. A tendência a discriminar concorrentes se acentua no caso brasileiro, pois os mandarin da banda larga são, eles próprios, produtores de algum conteúdo jornalístico.

Quando autoridades se eximem de aplicar a portais de notícias o limite constitucional de 30% de participação de capital estrangeiro, abonam um grave desequilíbrio nas regras de competição. Veículos nacionais, que respeitam a lei, têm de concorrer com conglomerados estrangeiros que acessam fontes colossais e baratas de capital. Tal permissividade ameaça o espírito da norma, comum nas grandes democracias do planeta, de proteger a cultura nacional.

Contra esse triplo assédio, produtores de

conteúdo jornalístico e de entretenimento no Brasil começam a protestar:

Exigem a aplicação, na internet, das leis que protegem o direito autoral. Pressionam as autoridades para que, como ocorre nos EUA, regulamentem a banda larga de modo a impedir as práticas discriminatórias e ampliar a competição. Requerem ao Ministério Público ação decisiva para que empresas produtoras de jornalismo e entretenimento na internet se ajustem à exigência, expressa no artigo 222 da Carta, de que 70% do controle do capital esteja com brasileiros.

Forças contraditórias

Os velhos grupos familiares no continente – Clarín, Edwards, Mesquita, Frias, Marinho, Civita etc. – se defrontam com duas forças contraditórias. De um lado, a ameaça real de serem engolidos por organizações gigantescas, em um ambiente cuja dinâmica não é impulsionada pelos mercados locais, mas pela lógica de investimentos planetários. De outro, a uma pressão política de governos e sociedade, que reivindica direito à informação e democratização das informações. Para alguns, a saída tem sido a abertura de seu capital. Para outros, ronda o espectro de uma concorrência assimétrica, caso não se reestruturarem, e a acusação de serem vítimas de algum tipo de cerceamento à difusão de informações.

No caso brasileiro, o governo federal editou em setembro de 2011 a Lei 12.485, que “dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado”. Ou seja, é uma norma que disciplina a TV paga. A administração pública cedeu às pressões das empresas brasileiras de TV por assinatura e promulgou uma legislação visando impedir a entrada das teles – em sua maior parte estrangeiras – nesse rico mercado. Isso fica claro no seguinte trecho:

Art. 5º § 1º O controle ou a titularidade de participação superior a 30% (trinta por cento) do capital total e votante de concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras com sede no Brasil não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços.

Através desse parágrafo, se impede que empresas de telefonia entrem no mercado de produção de conteúdo, favorecendo aquelas já instaladas no país, com destaque para a Rede Globo.

Mais adiante, a norma se completa:

Art. 6o As prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, bem como suas controladas, controladoras ou coligadas, não poderão, com a finalidade de produzir conteúdo audiovisual para sua veiculação no serviço de acesso condicionado ou no serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens:

I - adquirir ou financiar a aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional; e

II - contratar talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais.

Parágrafo único. As restrições de que trata este artigo não se aplicam quando a aquisição ou a contratação se destinar exclusivamente à produção de peças publicitárias.

Nesse caso, não se procurou proteger o mercado nacional, visando uma maior concorrência ou democratização dos meios de comunicação, mas apenas tomar partido explícito num duelo de monopólios. De um lado estão a Globo, o SBT, a RBS etc. e de outro as gigantes da telefonia.

Hegemonia e democratização

As legislações e os debates sobre meios de comunicação na América Latina têm como matriz essencial a compreensão de que a democratização de várias esferas das sociedades - nos âmbitos político, econômico, social e cultural - só se completarão através da democratização das comunicações. Agregase a isso a idéia de que qualquer projeto de desenvolvimento nacional também não pode ser separado de profundas reformas no ambiente comunicacional.

Contrariadas com a ampliação desses debates, as corporações midiáticas mais uma vez fazem a defesa de seus interesses como se fossem interesses de toda a sociedade.

As disputas estão em curso e vão muito além do âmbito das comunicações. Espalham-se pelo tecido social de forma ampla. Trata-se, no fundo, de uma disputa de idéias e ações no terreno da política. Se formos mais precisos, estamos diante de uma longa e aguda disputa pela hegemonia, na qual Estados, empresas, movimentos sociais e setores organizados buscam espaço de maior participação.

É uma novidade histórica. As demandas sociais latinoamericanas ao longo do século XX dificilmente contemplavam tópicos dessa natureza. As reivindicações eram basicamente materiais: salário, terra e melhores condições de vida. Não era e não é pouco.

O jogo segue e o placar está aberto. A esperança é que com ele a democracia se fortaleça.

Desafios da esquerda na América Latina Hoje

*Crise mundial
e integração
latino-americana¹*

Por Nildo Ouriques²

¹ Publicado originalmente no Le Monde Diplomatique. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1076>

² Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e membro do Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) . Email: nildo@cse.ufsc.br

Para nós não há escolha: ou avançamos na integração latino-americana plena ou sucumbiremos diante da ofensiva norte-americana que considera nossa região espaço vital para sua estratégia de dominação global. Mas afinal, qual integração?

A incapacidade de os países centrais encontrarem uma saída consistente para a crise não somente elimina dúvidas sobre seu caráter estrutural, mas também abre espaço para a atualização de uma velha lição da economia política latino-americana: sempre e quando o centro do sistema entra em crise, inicia-se um período de possibilidades para os países periféricos. Foi assim em 1929, momento em que a região aproveitou os dinamismos do episódio e deu os primeiros passos rumo à industrialização. Novo impulso industrializante ocorreu no período relativo à Segunda Guerra Mundial. Agora, a eclosão da crise global iniciada em setembro de 2007 encontra os países latino-americanos em franco processo de integração com iniciativas que jamais foram tão ousadas em nossa acidentada história. Sem dúvida, estamos diante de um novo período histórico, especialmente importante no que diz respeito à integração latino-americana.

Ademais, a fé no evangelho do livre-comércio, responsável pelo aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento – principais obstáculos à integração latino-americana –, sofreu dois abalos estruturais. A profundidade e a extensão da crise estão sendo consideradas por amplos setores sociais produtos da doutrina liberal que sustenta ideologicamente os tratados de livre-comércio. As classes dominantes na América Latina sempre acreditaram que a subordinação aos países centrais era o caminho mais rápido para o progresso econômico e social, razão pela qual se lançaram avidamente na assinatura de tratados de livre-comércio. De fato, desde 1994, grande parte da atividade diplomática e comercial das classes dominantes na América Latina foi consumida no estabelecimento de tratados comerciais orientados pela doutrina do “livre-comércio”. Contudo, antes mesmo do colapso global, a experiência do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) produziu no México não somente uma grave crise social – aumento sem precedentes da miséria e da violência, e desnacionalização da economia –, mas também a emergência de um “Estado falido”, conceito criado nos Estados Unidos destinado a identificar a debilidade estrutu-

ral do Estado mexicano, incapaz de cumprir funções básicas do Estado moderno na periferia capitalista.

A combinação dos fatores anteriores – a crise global e os resultados produzidos pelo tratado de livre comércio no México – abriram espaço para fortalecer ainda mais a integração latino-americana. O México passou de “exemplo” de modernização capitalista a ser seguido para modelo a ser esquecido. Foi nesse contexto que movimentos originalmente defensivos, como a constituição do Mercosul (Sarney e Alfonsín), foram gradualmente valorizados e, de certa forma, combinados com estratégias ofensivas, como a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba). É também a razão pela qual o próprio Mercosul foi gradualmente evoluindo em seu conceito e mais cedo do que tarde integrará Venezuela, Equador e Bolívia de maneira plena, tornando-se parte de uma estratégia ofensiva, destinada à completa integração dos países latino-americanos e caribenhos.

Contudo, é preciso alertar para o fato de que os Estados Unidos não ficaram de braços cruzados. O recente tratado comercial entre a potência imperialista e a Colômbia revela que eles insistem na linha de “dividir para reinar”. O tratado de livre comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (Cafta-RD), que entrou em vigor em 2006, também se inscreve nessa perspectiva, e o apoio diplomático ao recente Acordo do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia e México) é outra demonstração de que os interesses norte-americanos contam com elites nacionais destinadas a sabotar o espírito bolivariano em curso na América Latina.

Nacionalismo em nações inconclusas

Para nós não há escolha: ou avançamos na integração latino-americana plena ou sucumbiremos diante da ofensiva norte-americana que considera nossa região espaço vital para sua estratégia de dominação global. Mas afinal, qual integração? A emergência de um nacionalismo revolucionário ampliou o horizonte do debate sobre a integração. Não por acaso, as elites não fazem a necessária distinção entre “populismo” e nacionalismo revolucionário, este particularmente forte na Venezuela, Equador e Bolívia. Ao contrário da ideologia dominante, que insiste em considerar o nacionalismo uma peça de museu, a verdade é que nas nações inconclusas da América Latina o nacionalismo cumpre funções construtivas de extraordinária importância. Os três países antes mencionados repre-

sentam precisamente situações em que o nacionalismo é indispensável para o fortalecimento ou a conquista da soberania nacional, o combate à desigualdade social e a democratização do Estado. A integração latino-americana é também um requisito desse nacionalismo, pois eles sabem que não podem superar o subdesenvolvimento e a dependência com estratégias exclusivamente nacionais. Em consequência, são os países que apostam decididamente no latino-americanismo.

O surgimento da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em fevereiro de 2010, é produto necessário desse nacionalismo de novo tipo e espaço de articulação política destinada a substituir a Organização dos Estados Americanos (OEA). Ele revela que, apesar das dificuldades, as condições políticas, econômicas, culturais e sociais nunca foram tão favoráveis à integração. A União de Nações Sul-Americanas (Unasul), criada pouco tempo antes, é outro fórum que representa esforço na constituição de alianças, de construção de consciência comum sobre problemas comuns. Há também instituições como o Banco do Sul e as imensas vantagens de uma moeda como o sucre, imprescindível para um exercício de soberania monetária, que ganharam inédita relevância e eficácia comprovada em várias ações já realizadas. Nenhuma iniciativa das décadas anteriores progrediu tanto como as atuais.

É claro que existem problemas importantes para superar. Há, de fato, a ação permanente dos Estados Unidos destinada a desacreditar e sabotar cada passo na direção da Pátria Grande. As elites nacionais já deram suficiente demonstração de que ainda julgam a aliança prioritária com a potência imperialista um instrumento valioso de estabilidade de seus interesses, que invariavelmente conspiram contra o fortalecimento da nação. Historicamente, os Estados Unidos sabotaram o esforço integracionista e contribuíram decididamente para a balcanização do continente. Bastaria lembrar o Tratado Herran-Hay assinado com a Colômbia em janeiro de 1903, para entender a posterior separação do Panamá da Colômbia, talvez o caso mais evidente de como os interesses estratégicos dos Estados Unidos não podem suportar uma América Latina unida e soberana. É também um exemplo inequívoco de que as elites crioulas não vacilam em fazer da Doutrina Monroe sua bússola no mundo atual. Ainda que os Estados Unidos sabotem a integração latino-americana, é evidente que possuem, em caso de necessidade, uma particular visão do pro-

cesso. Por isso, estimulam propostas que fortaleçam uma economia exportadora, razão pela qual indicam que a integração física (infraestrutura) é indispensável para o futuro da região. A economia política latino-americana revelou que uma economia exportadora requer, necessariamente, salários deprimidos. Nesse contexto, é impossível consolidar um mercado interno de massa calcado nas necessidades elementares da maioria da população. O Brasil é o exemplo mais evidente dessa limitação estrutural do capitalismo periférico, pois a despeito de sua imensa riqueza verificamos um obstáculo insuperável para a plena constituição de um poderoso mercado interno de massa: 76% da população economicamente ativa recebe até três salários mínimos! Segundo dados recentes, os 10% mais ricos detêm 75% da renda e riqueza nacionais. Enfim, o salário mínimo de R\$ 545 está bem distante do salário mínimo necessário calculado pelo Dieese, que é de R\$ 2.194,76. Nessas condições, até mesmo a ampliação do crédito será, necessariamente, limitada, quando não drasticamente reduzida como com frequência ocorre em tempos de crise.

A recorrente tentação subimperialista brasileira se explica, portanto, por essa restrição estrutural do mercado interno, razão pela qual a reprodução do capital tem de buscar novos e permanentes mercados. O ativismo do Itamaraty no segundo mandato do presidente Lula é expressão desse requerimento do desenvolvimento capitalista em nosso país. É por essa via que o discurso da “integração” entrou no universo diplomático e empresarial brasileiro. Da mesma forma, o estímulo de Washington à chamada “liderança natural” do país na América Latina coroa no terreno político-diplomático a necessidade de que existam “potências intermediárias”, sempre muito úteis na política de contenção de uma integração continental destinada a enfrentar os interesses norte-americanos na América Latina. O nacionalismo revolucionário anteriormente indicado é um adversário considerável do subimperialismo brasileiro, fato que não impede que governos mantenham relações amistosas e até mesmo alianças pontuais, especialmente no que diz respeito às relações com os Estados Unidos.

Precisamente quando a concepção bolivariana de integração continental ganhou força, o Brasil deixou para trás sua histórica distância dos temas latino-americanos e se esforça para ganhar um papel de protagonista no processo em curso. Mas é fácil observar que o súbito interesse pela América Latina não incluiu esforço na direção de consoli-

dar o Banco do Sul, a Telesur ou o Sistema Único de Compensação Regional (Sucre), projetos recebidos sempre com desdém ou aberto ceticismo pelo mundo acadêmico, empresarial e grande parte da diplomacia. Em lugar do fortalecimento do Banco do Sul e do estabelecimento das estratégias produtivas e científicas comuns, parte significativa da poupança nacional é convertida em crédito e destinada, via BNDES, para respaldar a conquista de mercados nos países vizinhos. Eis a razão pela qual a tematização da integração em nosso país ainda é cativa dos interesses dominantes. Também por isso aumenta a desconfiança dos povos e Estados latino-americanos em relação às pretensões hegemônicas do Brasil. Contudo, é cada dia maior a percepção de que sem a completa e definitiva integração latino-americana nenhum país poderá superar a dependência e o subdesenvolvimento, características essenciais de nossa formação social. É impossível ocultar que os Estados Unidos tentaram criar a Alca como reserva estratégica na luta pela hegemonia global, assim como a Europa criou seu projeto comunitário com o mesmo objetivo. Por que semelhante operação não resultaria no caso da América Latina?

Integração ou dependência

Os efeitos destrutivos da crise global revelarão, mais cedo do que tarde, não existir alternativa para nós: integração ou aprofundamento da dependência. O lugar reservado para nossos países fora de uma alternativa emancipatória, em que a integração é peça fundamental, é mais do que evidente: basicamente exportadores de produtos agrícolas e minerais. Enfim, para os países latino-americanos – o Brasil entre eles – está reservada uma posição adversa na divisão internacional do trabalho, na qual podemos aspirar tão somente ao desenvolvimento de indústrias tecnologicamente superadas nos países centrais e somar, marginalmente, nas cadeias de valor global. Mas jamais poderemos superar a dependência tecnológica e a condição de uma economia exportadora complementar às exigências de acumulação dos países centrais.

O retorno da estratégia desenvolvimentista em curso encontra, neste contexto, obstáculos formidáveis. Não basta realizar importantes programas sociais se o nó górdio da concentração da renda não for combatido severamente e a superexploração da força de trabalho for mantida como uma exigência do desenvolvimento capitalista. Da mesma forma, é preciso sair da armadilha imposta pelo crescente endividamento estatal e o caráter rentista que este assumiu em vários países da região, especialmente no Brasil. O crescimento exponencial da dívida interna, a retomada do endividamento externo nos últimos anos e a pesadíssima carga financeira que eles implicam indicam que tudo reforça o papel periférico que ocupamos na economia mundial. A despeito do otimismo – ingênuo ou interessado – que observamos no Brasil, a verdade é que, sob o impacto da crise, a velha política de austeridade de extração fundomonetarista já se escuta novamente na região. A ruptura com essa política é uma condição necessária para enfrentar os desafios tradicionais e os novos engendrados pela crise global. Ninguém mais poderá afirmar que estamos imunes a seus efeitos mais perversos ou acreditar que o desempenho dos países periféricos nos limites aqui indicados poderá tirar o mundo capitalista de sua grande crise.

Ao contrário, o que podemos concluir sem margem de erro é que estamos entrando numa fase da crise na qual os países do centro cobrarão dos periféricos de maneira crescente sua inevitável cota de sacrifício. A integração latino-americana – no terreno da cultura, da economia, da ciência e tecnologia e do poder político – é um instrumento que ninguém mais poderá desconsiderar. O tempo em que o Brasil estava de costas para a América Latina acabou. Contudo, o caminho brasileiro da integração latino-americana terá de abandonar as crenças com as quais as elites construíram aquela antiga distância, expressão acabada de um continente balcanizado. Uma das mais arraigadas é a ilusão de que o Brasil, por sua grandeza geográfica e seu desenvolvimento relativo maior, pode salvar-se individualmente num mundo em chamas.

Desafios da esquerda na América Latina Hoje

O desafio sul-americano

*Por Samuel Pinheiro Guimarães¹
Especial para Carta Maior*

¹ Diplomata. Foi ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cargo que deixou em dezembro de 2010, no final do Governo Lula. É autor dos livros *Quinhentos anos de periferia* (UFRGS/Contraponto, 1999) e *Desafios brasileiros na era dos gigantes* (Contraponto, 2006), entre outros.

O principal desafio da política externa brasileira no século XXI será a América do Sul. No processo de construção da integração América do Sul é preciso vencer o pessimismo interessado daqueles que, externa e internamente, não acreditam no potencial nem do Brasil, nem do Mercosul, nem da América do Sul, e que preferem sonhar com a volta ao regaço do colonialismo, até recentemente sob as roupagem tentadoras, agora meio esfrangalhadas, da globalização equânime, do livre comércio e da auto regulação dos mercados.

O artigo é de Samuel Pinheiro Guimarães.

1. O principal desafio da política externa brasileira no século XXI será a América do Sul.

2. A América Central e o Caribe, a América do Norte, a Europa, a África e a Ásia serão áreas de grande interesse, mas nenhuma delas apresenta para a política externa brasileira a mesma complexidade do que a América do Sul.

3. As relações do Brasil com cada país da América do Sul são fundamentais tanto bilateralmente como para a defesa dos interesses do país na esfera multilateral, em suas dimensões política, econômica e militar.

4. A característica essencial dessas relações são as assimetrias de ordem econômica, política e militar entre o Brasil e cada um de seus nove vizinhos de fronteira e os outros dois vizinhos de região, o Chile e o Equador.

5. O território brasileiro é cerca de três vezes o território da Argentina, que é o segundo maior da América do Sul, com seus quase três milhões de Km² o que naturalmente inclui as Ilhas Malvinas, Sandwich e Geórgia do Sul, ocupadas ilegalmente pela Inglaterra. A extraordinária extensão do território brasileiro, o quinto maior do mundo, significa que a possibilidade de o Brasil deter uma gama mais diversificada de recursos minerais assim como a de ter uma produção agrícola maior e mais variada é maior, em princípio, o que, aliás, já ocorre, do que a de seus vizinhos.

6. A população brasileira é quase cinco vezes a da Argentina (41 milhões) ou quatro vezes a da Colômbia (47 milhões), as duas maiores depois do Brasil, mas chega a ser 60 vezes a do Uruguai, com seus 3,3 milhões de habitantes. Quanto maior a população, maior a possibilidade de, superadas

as extraordinárias desigualdades de renda, ter um mercado interno maior e de assim lograr construir uma economia industrial mais sofisticada e com um número de setores mais amplo.

7. Por esta razão, o Brasil, em comparação com seus vizinhos, logrou estruturar uma economia industrial e de serviços muito maior, mais sofisticada e diversificada.

8. No campo político, o Brasil soube nos últimos anos estreitar suas relações com os países africanos da Costa Ocidental, com os países árabes e ainda que em menor escala com os países asiáticos, exceto no caso especial da China, com os países chamados do Sul, no que o Presidente Lula e o Chanceler Celso Amorim chamaram de uma nova geografia econômica e política mundial.

9. No caso da África, o fato de ser o Brasil o segundo maior país do mundo em população negra; de não haver legislação de natureza discriminatória ainda que haja preconceito, porém cada vez menor; de estarem sendo executadas firmes políticas de igualdade racial; de serem implementadas amplas políticas de combate à pobreza; de ter tido relativo êxito em seu processo de industrialização; de existirem semelhanças de desafios sociais, tais como na educação, na saúde, na pobreza, na habitação e do êxito de vários programas brasileiros nessas áreas; de existirem desafios econômicos semelhantes, como na agricultura de cerrado e na construção da infraestrutura; de o Brasil desenvolver políticas de cooperação técnica e financeira sem imposição de condicionalidades, como faziam as potências coloniais e fazem as neocoloniais, tudo isto explica o êxito da política brasileira com a África.

10. Com o Oriente Próximo, o equilíbrio do Brasil em relação à situação na Palestina; a defesa de uma solução pacífica para a questão do Iraque antes da eclosão da Segunda Guerra do Golfo; a cooperação técnica com a Autoridade Palestina; a iniciativa com a Turquia junto ao Irã, para permitir o encaminhamento de uma solução pacífica para as pressões americanas (e dos seus coadjuvantes ocidentais) sobre o programa nuclear iraniano, aliás, nos termos de uma carta do Presidente Obama em que ele detalhava as exigências ocidentais, tudo isto são fatores que tem contribuído para a expansão das relações comerciais e políticas do Brasil com os países do Oriente Próximo.

11. Este esforço de diversificar a política externa brasileira ocorreu sem que fossem abandonados ou

prejudicados os laços tradicionais, especialmente econômicos, com os países da Europa Ocidental e com os Estados Unidos.

12. As políticas domésticas de incorporação de grandes massas da população à economia moderna e ao mercado de consumo, tais como Bolsa Família, o Luz para Todos, o crédito popular, e os programas de construção da infraestrutura e o tratamento correto ao capital estrangeiro tiveram seu papel.

13. Assim, a equidistância e independência serena da política externa brasileira, a estabilidade democrática, o equilíbrio macroeconômico, os superávits do comércio exterior, as condições do mercado interno brasileiro e seu potencial fizeram com que, nos últimos anos, o influxo de capitais estrangeiros, mesmo depois da crise, venha sendo excepcional, em especial aquele proveniente dos Estados Unidos e da Europa, e em tempos mais recentes, da China.

14. Nem as relações com os Estados Unidos e com a Europa, alvejados pela crise que não dá sinais de fim; nem todo o extraordinário potencial das relações com a África; nem a complexidade da situação do Oriente Próximo, com seu potencial explosivo; nem as relações com a Ásia e com o seu centro dinâmico a China, em sua crescente disputa com os Estados Unidos, nada disto poderá trazer para o Brasil os mesmos desafios que traz a América do Sul.

15. O desafio da política externa brasileira estará na América do Sul.

16. Em um mundo crescentemente multipolar, em que a ação americana é onipresente e poderosa, e no qual as negociações internacionais tendem a ter cada vez maior importância não só para definir as relações entre os Estados mas para fixar parâmetros para políticas domésticas, é de grande relevância a constituição de um bloco de Estados na América do Sul, tanto para aqueles de menor como para aqueles de maior dimensão, como a Argentina e o Brasil. Nas negociações internacionais a cada Estado corresponde um voto seja ele um micro Estado do Pacífico seja ele a maior Potência do mundo. A título de exemplo, nas recentes eleições para Diretor Geral da FAO o brasileiro José Graziano da Silva foi eleito por quatro votos... Os Estados de menor dimensão, se isolados, se encontram numa posição de maior fragilidade na defesa de seus interesses ou tendem a ser absorvidos por blocos maiores liderados por países desenvolvidos onde seus interesses se diluem. Mas o mesmo ocorre com os países de

maior dimensão. À própria Alemanha interessa a existência e a participação na União Européia. Para o Brasil a construção de um bloco sul-americano é um objetivo estratégico mais do que fundamental: é essencial. Muitos são os desafios a enfrentar para tornar realidade este projeto.

17. As dimensões da economia brasileira, a variedade de sua produção exportável, a dimensão de suas empresas faz com que o Brasil tenda a ter um superávit comercial significativo e crônico com praticamente cada país da América do Sul. Nossa produção industrial é mais diversificada e nossa produção agrícola é semelhante à dos países vizinhos e, quando menos competitiva, é capaz de articular mecanismos de defesa que impedem ou dificultam a concorrência externa.

18. As dimensões da economia brasileira fazem com que as empresas brasileiras sejam muito maiores do que as empresas dos países vizinhos.

19. Devido às limitações do mercado interno brasileiro, decorrentes da concentração de renda, as empresas brasileiras de capital nacional procuram expandir suas operações para o exterior, natural e inicialmente para os países vizinhos.

20. Essas empresas brasileiras tendem a adquirir empresas locais existentes, o que configura um processo de desnacionalização, ou, quando vem a construir capacidade instalada nova, tendem a ser produtoras concorrentes das empresas locais.

21. À medida que empresas brasileiras assumem um papel relevante em um determinado setor, sua atividade passa a ser vital para a economia do país vizinho onde estão instaladas.

22. Assim, quando o governo local edita leis de regulamentação do setor onde atuam essas empresas e elas consideram, com ou sem razão, que seus interesses (o que significa, em geral, os seus lucros) estão sendo atingidos passam elas a “agir” junto ao governo local e, em caso de insucesso, passam a procurar a ajuda do governo de seu país de origem, isto é do Brasil.

23. Estas situações tenderão naturalmente a ocorrer e, certamente, o Brasil não dispõe dos recursos de poder para impor aos países vizinhos a sua (isto é, dessas empresas) vontade para modificar a legislação do país onde se encontram e assim, não só por razões de princípio como de conveniência, o Brasil

terá de se aferrar ao princípio de não intervenção nos assuntos internos de outros países, como determina sua Constituição, para evitar receber a pecha de imperialista ou, o que é pior, de subimperialista.

24. As relações entre os países vizinhos e o Brasil tenderão a se tornar mais complexas à medida que se ampliem os fluxos migratórios desses países para o Brasil em decorrência da magnitude do mercado brasileiro, de dificuldades econômicas e políticas nos países vizinhos, do diferencial das taxas de crescimento econômico e de maiores oportunidades de emprego.

25. As relações do Brasil com os países vizinhos se tornaram ainda mais complexas devido à política exterior norte americana para a América do Sul, em especial em período de grave e prolongada crise econômica e de primórdios da longa disputa pela hegemonia com a China.

26. Os Estados Unidos, na execução de sua política externa para a região, continuarão a procurar celebrar acordos de livre comércio com os países da região e nesta estratégia desintegrar o Mercosul e desestabilizar os governos da região que se opõem mais frontalmente às políticas americanas tais como a Venezuela, o Equador e a Bolívia. Ademais, estimulam projetos, como a Aliança do Pacífico, de iniciativa mexicana que envolve a Colômbia, o Chile e o Peru, que se propõem a ser um contraponto ao Mercosul.

27. A China, por sua vez, em sua estratégia de controlar o acesso a recursos naturais e em abrir mercados para suas exportações procurava fazer algo semelhante ao propor e negociar acordos de livre comércio com os países da América do Sul como fez agora aos países do Mercosul.

28. Tanto a ação dos Estados Unidos como a da China afetam o que deve ser o principal objetivo estratégico da política exterior brasileira: a construção de um polo econômico e político na América do Sul.

29. Os Estados Unidos, através de sua política de expansão comercial que tem como um de seus instrumentos a desvalorização do dólar pela quantitative easing (ampliação da oferta de dólares) e a China, pela sua política de exportação de manufaturados, afetam a economia brasileira gerando um processo de desindustrialização que, por sua vez, atinge os laços de comércio entre os países do Mer-

cosul e da América do Sul, cuja base é o comércio de manufaturas.

30. Por outro lado, cerca de 90% do comércio intra Mercosul é o comércio entre Brasil e Argentina e cerca de 40 a 50% do comércio entre Brasil e Argentina corresponde a automóveis e autopeças, sendo um comércio entre megaempresas multinacionais, organizado pelos Estados, de acordo com as normas do acordo automotivo

31. Ademais, a participação das megaempresas multinacionais nas economias e no comércio exterior nos países do Mercosul é notável. Mesmo a exportação de produtos agrícolas (commodities) é controlada por megaempresas multinacionais como a Dreyfus, a Cargill, a Bunge. O comércio intra Mercosul é em grande parte um comércio organizado pelas empresas multinacionais, de acordo com seu planejamento global de produção e de comércio.

32. Assim, caberia ao Brasil como maior economia do Mercosul e da América do Sul, em conjunto com a Argentina, fortalecer sua indústria e a dos demais países do Mercosul através de uma política de comércio organizado, sem insistir no mito de um comércio livre que, na realidade, não existe já que é organizado de fato por multinacionais; fortalecer os atrativos do Mercosul para os países menores já integrantes ou candidatos ao Mercosul através da ampliação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM; criar linhas de créditos que estimulasse as empresas brasileiras a fazer investimentos na América do Sul e no Mercosul para ampliar a capacidade instalada nos países e não para adquirir empresas existentes; reforçar de forma significativa os programas de cooperação técnica, inclusive na área militar; instalar unidades de instituições brasileiras de pesquisa como a Embrapa, a Fiocruz, o IPEA e outras nos países da América do Sul; e finalmente fortalecer os centros de pesquisas nacionais desses países.

33. Neste processo, de construção da América do Sul é preciso vencer o pessimismo interessado daqueles que, externa e internamente, não acreditam no potencial nem do Brasil, nem do Mercosul, nem da América do Sul, e que preferem sonhar com a volta ao regaço do colonialismo, até recentemente sob as roupagem tentadoras, agora meio esfrangalhadas, da globalização equânime, do livre comércio e da auto regulação dos mercados.

Internet: blogs e twitter

Acabou o Lexotan na SIP¹

Por Leandro Fortes²

¹ Publicado originalmente em www.cartacapital.com.br/politica/acabou-o-lexotan-na-sip

² **Leandro Fortes** é jornalista da *Carta Capital*, professor e escritor. É criador do curso de jornalismo on line do Senac-DF e professor da Escola Livre de Jornalismo.

Há quase 200 anos, os embaixadores das maiores potências da Europa se reuniram em Viena, na Áustria, com o mesmo objetivo que, por esses dias, juntou em São Paulo os barões da mídia panamericana na 68ª Assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Nos dois casos – no Congresso de Viena e no convescote da SIP – a nobreza presente tinha o mesmíssimo objetivo: restaurar o passado, voltar ao *status quo* e, principalmente, eliminar do futuro o germe da revolução. Em 1814, a intenção era redesenhar a geopolítica europeia após o fim da Era Napoleônica e banir das mentes e dos corações dos cidadãos de então as ideias e ideais da Revolução Francesa.

Em 2012, o baronato da mídia associado à SIP, também em franco desespero, tenta a mesma coisa: resgatar um mundo hegemônico onde a imprensa determinava o perfil e o caráter dos governantes, onde a mídia tinha a exclusividade da intermediação dos fatos, das informações, das notícias, e era, por si só, a própria ideologia da comunicação.

A História, como se sabe, se repete como farsa. A SIP foi criada em 1943, em Havana, Cuba, durante a ditadura-bordel de Fulgencio Batista. Acabou sediada em Miami, nos Estados Unidos e, como tudo o mais durante da Guerra Fria, rapidamente foi transformada em braço funcional da CIA e do Departamento de Estado dos EUA para dar suporte aos movimentos golpistas bancados pelos ianques na América Latina. Os tempos mudaram, mas a SIP, como a maioria de seus associados, ficou estagnada, triste e ultrapassada, exatamente como a mídia que orgulhosamente representa.

Assim como os ventos revoltosos do século XIX surpreenderam os nobres europeus em Viena, perdidos estão, no tempo e na circunstância, os portavozes dos oligopólios de mídia convidados a participar da assembleia da SIP, em São Paulo. Também estão apavorados. Os une o desespero das perdas e a incerteza de um futuro nebuloso sobre o qual não há mais quaisquer garantias de poder e lucro. Buscam na encenação montada sob as bandeiras das liberdades de imprensa e expressão um Napoleão Bonaparte que os justifique e, por isso mesmo, os redima. Encontram, aturdidos, generais do povo, pior, eleitos. Gente a quem sempre consideraram serviços de menor monta: índios, mamelucos, mulatos, negros, caboclos, operários, mulheres.

Como era de se esperar, os dirigentes da SIP tem

se revezado na tribuna para demonizar os napoleões que elegeram como inimigos da liberdade de imprensa: Hugo Chávez, da Venezuela; Cristina Kirchner, da Argentina; Rafael Correa, do Equador; e Evo Morales, da Bolívia.

Dilma Rousseff, do Brasil, esperada para falar no festim da SIP, desistiu de última hora. Enfim, se redimiou de ter participado do aniversário de 90 anos da Folha de S.Paulo, jornal associado da SIP que, em 2010, estampou uma ficha falsa do DOPS da então candidata do PT à Presidência da República a fim de eternizá-la como terrorista e assassina.

Diante da cadeira vazia reservada a Dilma, os 600 participantes da assembleia da SIP sincronizaram um muxoxo generalizado, mas pelo menos se livraram da obrigação protocolar de respeitar a presidenta do País que os acolheu. Em poucos minutos, Dilma foi comparada ao general-ditador Ernesto Geisel e ao ex-presidente Fernando Collor, outros dois mandatários que se negaram a emoldurar, quando no Brasil, a feliz confraternização de empresários midiáticos do continente americano.

Até o final do encontro, espera-se que a presidenta seja igualada a Stalin, Hitler, Mussolini, Gengis Khan e Átila, o huno.

Embalados pelo medo do admirável mundo novo aberto pela internet, mas, sobretudo, unidos por um grau de descolamento da realidade muito próximo do delírio, os próceres da SIP vociferaram em coro contra os governos progressistas aos quais, cada qual em seu canto americano, fazem oposição sistemática, partidária e, não raramente, golpista.

Temem, no detalhe, medidas como a Lei dos Meios, baixada na Argentina, que irá desmembrar, em breve, o império do Clarín, principal apoiador da sangrenta ditadura dos generais argentinos. No todo, se apavoram com a possibilidade de uma combinação capaz de disseminar, sobretudo na América do Sul, a ideia de um novo marco regulatório com poder de romper a hegemonia dos oligopólios de mídia e, enfim, criar mecanismos de democratização da informação – um direito humano imprescindível, mas negado desde sempre ao eleitor latino americano.

A tudo chamam de censura e, deliberadamente, misturam os conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa para que, justamente, não se discuta nem um, nem outro.

Em Viena, pelo menos, a nobreza era genuína.

Internet: blogs e twitter

*Nos movimentos 2.0,
as formas são múltiplas¹*

Por Renato Rovai²

¹ Publicado na *Revista Fórum*. Disponível em <http://revistaforum.com.br/blog/2012/06/nos-movimentos-2-0-as-formas-sao-multiplas/>

² Jornalista, mestre em comunicação, editor da *Revista Fórum*, midialivrista e blogueiro.

***Ocupy Wall Street, 15-M,
Revolução no Egito, jornalismo e ativismo,
crise das representações partidárias.
Há algo novo que não começou agora, mas
que parece estar ficando cada vez mais forte***

Desde janeiro de 1994, quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional divulgou sua Primeira Declaração da Selva Lacondona pela rede mundial de computadores, começou a se constituir uma outra esfera pública. A internet ainda vivia seus primeiros momentos, e os grupos e listas de debates eram os principais mecanismos de divulgação daquele movimento que nasceu no mesmo dia em que EUA, México e Canadá assinavam um acordo de livre comércio, o Nafta. Mesmo assim, foi tamanha a força da rede para tornar os zapatistas conhecidos em várias partes do mundo que a sua principal liderança, o subcomandante Marcos, se tornou, para alguns, o primeiro super herói da internet.

Para que isso acontecesse naqueles primeiros momentos foi fundamental a ação de jornalistas independentes mexicanos e mesmo de outros países da América Latina. Eram colaboradores do La Jornada, do Página 12 e de outros veículos independentes que postavam as mensagens dos zapatistas na rede. E não o próprio subcomandante Marcos, como o folclore político da época fazia crer.

Ainda na década de 1990, mais precisamente em novembro de 1999, outro movimento também atraiu muita a atenção, tanto pela sua força organizativa quanto pela maneira como conseguiu romper o cerco da mídia tradicional comercial. Os protestos durante a cúpula da OMC na cidade de Seattle, nos EUA, se tornaram um marco das manifestações que viriam a ser denominadas pelos veículos tradicionais de comunicação de anti-globalização, mas, na verdade, não questionavam a globalização da sociedade e sim a globalização econômica pelo viés neoliberal.

Aquele movimento que viria a ser conhecido como a A Batalha de Seattle levou às ruas dessa cidade estadunidense aproximadamente cem mil pessoas, desde ativistas de causas ambientais a sindicalistas, e impediu a realização daquela cúpula. Naquele evento surgia o Indymedia (Centro de Mídia Independente), a primeira experiência de construção de cobertura jornalística colaborativa de um evento, que viria a se tornar um site com versões

em mais de uma centena de países.

O Indymedia nasceu da indignação dos ativistas que consideravam as coberturas dos meios comerciais de comunicação distorcidas e contrárias às suas causas. O projeto original consistia num site para a publicação livre, no qual jornalistas e colaboradores de veículos de comunicações alternativos poderiam publicar seus textos, fotos e vídeos durante os protestos. O acordo é que deveriam fazê-lo em copyleft – contraposição ao copyright – e que permite a reprodução de textos desde que citada a fonte. No entanto, durante os protestos, o Indymedia foi utilizado não só por jornalistas. E os relatos dos que participaram do movimento foram fundamentais para que o site tivesse sucesso na cobertura da Batalha de Seattle. Segundo divulgado no próprio site, a iniciativa teve 1,5 milhão de acessos naquele episódio.

Outro importante movimento para o qual a internet foi fundamental, tanto do ponto de vista organizativo como de difusão de informação, foi o Fórum Social Mundial. Em janeiro de 2001, 20 mil pessoas de 117 países se deslocaram para a cidade de Porto Alegre (RS) para discutir alternativas à globalização neoliberal. Ou para debater o Outro Mundo Possível, que viria a se tornar o slogan do movimento.

O Fórum Social Mundial, naquela sua primeira edição, se realizou exatamente na mesma data do Fórum Econômico Mundial. A intenção dos seus promotores era a de se fazer um contraponto às propostas dos que se reuniam nos Alpes suíços, mais especificamente na cidade de Davos. Durante toda a articulação do evento de Porto Alegre, porém, poucos veículos tradicionais deram algum destaque à iniciativa. O único jornal com relevância internacional a tratar do assunto foi o Le Monde Diplomatique. Na imprensa brasileira, apenas notas de rodapé. Quando o evento começou, jornalistas desinformados chegavam a Porto Alegre sem a menor ideia do que aquilo significava. E mesmo durante o evento a cobertura da imprensa comercial tradicional brasileira foi caricata. As reportagens abordavam assuntos como a cachaça Che Guevara ou a manifestação de pelados no acampamento da juventude.

O curioso é que daquele 1º FSM participaram 1.870 jornalistas credenciados, quase todos vinculados a veículos independentes e alternativos que, entre outras iniciativas, criaram a Ciranda da Informação, que permitia a publicação de fotos, matérias e produções jornalísticas, desde que também

associadas à prática do copyleft. Em modelo colaborativo, as reportagens iam sendo traduzidas para outras línguas e republicadas em diversos veículos mundo afora, permitindo não só que informações do Fórum Social Mundial pudessem ser divulgadas com maior visibilidade, como também estimulando a constituição de uma rede informal de veículos independentes e contra-hegemônicos. Foi naquele primeiro FSM que nasceu a Fórum.

Os acontecimentos acima foram fundadores do ativismo jornalístico nas redes digitais. Mas é bom que se diga que o jornalismo ativista não nasceu na rede. Pascoal Serrano, editor e fundador do site Rebellion, acaba de lançar um livro na Espanha cujo título é “Contra la Neutralidad”. Serrano retoma os trabalhos de John Reed, Ryszard Kapúscinski, Rodolfo Walsh, Edgar Snow e Roberto Capa para defender sua tese de que o jornalismo não pode ser indiferente. Que não pode ser um debate sobre formato e formas de apresentação. E que os trabalhos e a história desses jornalistas e do fotógrafo Roberto Capa comprovam o quanto a suposta neutralidade não é algo a ser perseguido do ponto de vista profissional.

O debate sobre jornalismo e ativismo ganhou novos contornos neste 2011 com os movimentos 2.0. Ou seja, com a entrada em cena de um novo tipo de movimento social que saiu da rede para invadir as ruas.

Nos últimos anos, houve uma ampliação significativa da circulação de informação contra-hegemônica. E isso levou a mídia tradicional comercial a diminuir sua capacidade de pautar a sociedade, ao mesmo tempo que modificou o fazer jornalístico. Hoje não é necessário participar de empresas verticalizadas para atuar como produtor de informação. Vive-se um momento de passagem da mídia de massa para um tipo de organização mais horizontal, que permite um jornalismo mais autoral e independente, muito mais transparente e posicionado. O Occupy Wall Street, o 15 M da Espanha e a Revolução no Egito foram três movimentos que certamente entrarão para a história dessa nova fase em que a circulação de informação independente e posicionada é parte do movimento. Ela não produz o movimento. Mas contribui para a sua construção e significação.

A ação dos ativistas digitais no Egito, por exemplo, foi articulada pelo Facebook, rede social que, dadas as suas características, permite a participação de ampla camada da sociedade. Diferentemente do Twitter, mais utilizado por aqueles que estão

em busca de informação, o Facebook se tornou a plataforma de toda a família. É um álbum de fotos, uma agenda de amigos, um lugar de recados e também um espaço para se exercer o voyeurismo. E mesmo quando as pessoas só entram no Facebook para saber o que está acontecendo na vida dos outros, às vezes se deparam com histórias que as levam a uma causa comum. Foi o que aconteceu no Egito quando as fotos de Khaled Said, jovem que foi violentamente torturado e assassinado por postar um vídeo de violência policial no Facebook, vieram à tona no mesmo Facebook.

No caso do movimento Occupy Wall Street o que pouca gente sabe é que as manifestações foram impulsionadas pela revista canadense Adbusters, veículo anticonsumista, mantido por leitores e cuja tiragem é de 120 mil exemplares. Foi uma nota publicada em 13 de julho que lançou o desafio para que ativistas ocupassem Wall Street no dia 17 de setembro:

Chegou a hora de agir contra o maior corruptor da nossa democracia: Wall Street, a Gomorra financeira da América. Em 17 de setembro, nós queremos ver 20 mil pessoas como um tsunami invadindo a baixa de Manhattan, montando tendas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupando Wall Street por alguns meses. Uma vez lá, vamos repetir incessantemente uma demanda simples em uma pluralidade de vozes. (...)

É hora de democracia, não de corporocracia. Estamos condenados sem ela.

A ação do Occupy Wall Street se multiplicou em diversas partes dos EUA e do mundo. E mesmo no Brasil, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro aderiram ao movimento. E em todos os lugares onde barracas ocupam espaços públicos, a informação tem sido a arma principal do movimento. Uma Carta Aberta do Occupy Dallas publicada no blogue do movimento é ilustrativa dessa ação pela informação, por um novo modus operandi do que talvez venha a ser a constituição de um novo jornalismo público, do qual pretendo tratar num texto futuro.

SEGUNDA CARTA ABERTA do Occupy Dallas, à Polícia

7/11/2011, Occupy Dallas

*Ao Departamento de Polícia de Dallas, Texas
Aos cuidados do Tenente Anthony W. Williams
Depois de examinar vídeos e de conversar com*

membros de sua organização policial, vimos que o senhor era o oficial que comandava a operação policial contra nossa passeata de ontem, que começou na praça Bank of America.

Esperávamos que lá estivesse um comandante de operação policial contra cidadãos desarmados capaz de manter o equilíbrio emocional. O que vimos foram vídeos em que o senhor aparece pessoalmente algemando manifestantes. Por isso, essa carta aberta dirigida ao Departamento de Polícia de Dallas vai endereçada ao senhor. Primeiro, oferecemos alguns fatos, para seu conhecimento.

*Não somos uma revolução violenta. Estamos tentando evitar uma revolução violenta.
(...)*

Ontem, vários policiais comandados pelo senhor escolheram nos atacar com violência. Há vídeos gravados em que se veem cidadãos empurrados por policiais, das calçadas públicas onde caminhavam, para o meio da rua. Um policial protegido por escudo anti-tumultos, com um cassetete elétrico, espanca cidadãos que se manifestavam. Empurrados para o meio da rua e cercados por meia dúzia de policiais, muitos manifestantes foram atacados com sprays de pimenta por uma policial feminina que carregava uma câmera. Essa policial pode ser vista na fotografia que acompanha essa carta, em nossa página na internet: vê-se que ela, escondida atrás de um carro, segura a pistola lança-pimenta e a câmera.

Via-se também bem claramente que vários policiais à paisana andavam pela rua, com câmeras, filmando rostos. Estamos solicitando, nos termos do Freedom of Information Act, que os filmes feitos por esses policiais não identificados como policiais nos sejam entregues, para que integrem o dossiê que está sendo preparado, com outras provas da ação ilegal da polícia em outras cidades dos EUA.

Preocupam-nos, de modo especial, as ações da Policial Jay Hollis, crachá de identificação #6896. Em vídeo filmado por manifestantes, essa policial aparece puxando uma pessoa de cima de uma mureta de mais de um metro de altura, e jogando-a ao chão. Questionada mais tarde por manifestantes,

sobre por que atacara um manifestante, a policial Jay Hollis respondeu, dando de ombros: “Ele pediu para descer”. Em vários desses vídeos, pode-se ver que o senhor estava próximo da cena, observando-a.

A carta de Dallas segue com uma série de recomendações à polícia local e em vários outros momentos alerta para o fato de que os manifestantes estavam orientados a produzir informação que seria utilizada contra a repressão policial e contra a manipulação midiática. As ruas nas redes. As redes como parte das ruas. Nos movimentos de protesto 2.0 não se pensa em ruas sem rede. Ambas são a mesmíssima coisa para os militantes. E suas ações são pensadas como combinação da tomada de todos os espaços produzindo o máximo de informação que contribua para o sucesso da ação.

No 15-M da Espanha, que levou milhares de jovens a diferentes praças do país, em especial à do Sol, em Madri, e a da Cataluña, em Barcelona, o papel do ativismo jornalístico também não foi menor. Os indignados espanhóis teriam se inspirado no livro *Indignez Vous*, de Stéphane Hessel, que vendeu alguns milhares de exemplares em toda a Europa. O livro, sem tradução no Brasil, é um manifesto à indignação contra o sistema e se tornou um clássico muito em decorrência da história do seu autor. Hessel, 92 anos, escapou duas vezes dos campos de concentração na Segunda Guerra Mundial, contribuiu para a redação da Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948, foi embaixador de França e hoje é um mundialista-ecologista. O livro se tornou um best-seller por conta da divulgação que teve nos veículos independentes e nas redes.

Os protestos se iniciaram no dia 15 de Maio (por isso 15-M) e como a repressão foi grande, os manifestantes criaram no dia 18 um link para transmissão ao vivo via Ustream com o objetivo de constranger a ação policial. Foi daí em diante que a solidariedade ao movimento se espalhou pelo mundo e os veículos de comunicação tradicional passaram a tratar do assunto com a dimensão aproximada do que ele merecia. Claro que sempre tratando os manifestantes como um bando de rebeldes sem causa. Aliás, neste sentido da crítica, direita e esquerda tradicional se confundem. Ambos desqualificam os movimentos 2.0 pelos mesmos caminhos, a suposta ausência de propostas.

A questão que se coloca é que tanto o fazer po-

lítico quanto o jornalístico estão em plena transformação nesses primeiros anos de uso da internet. A internet e as suas novas possibilidades de interação, em geral mais horizontais, levam o novo cidadão que atua nas redes a não aceitar a centralidade e a verticalidade como algo natural. Essa nova cultura coloca em xeque o sistema de organização dos partidos políticos e a dinâmica dos veículos de comunicação tradicionais.

Não são os novos movimentos e suas formas que não apresentam saídas. São as formas tradicionais de fazer política e de querer organizar a agenda pela comunicação que estão em crise. Os movimentos políticos de 2011 não aconteceram para

apresentar respostas a essas questões. Mas para gritar que não se modificará as estruturas de poder da sociedade fazendo o jogo a partir da lógica tradicional. Mas reinventando o jogo. Que se joga não apenas na disputa dos espaços tradicionais da política partidária e nem só nos veículos comerciais de comunicação.

O ano de 2011 não foi um ano comum. E é muito provável que venha a ser o ano da saída da adolescência de um movimento que mistura política, redes, circulação de informação e outras formas de ativismo, que se iniciou lá em 1994 como zapatistas e foi testando formas até descobrir que suas formas são múltiplas e disformes.

A mídia e o debate sobre a Ditadura de 64

*Algumas
Verdades sobre a
Comissão da Verdade*

Por Cecilia Maria Bouças Coimbra¹

¹ Psicóloga, Professora Adjunta em Psicologia na UFF, Fundadora e atual Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

*“É preciso não ter medo,
é preciso ter a coragem de dizer.”
(Carlos Marighella, Rondó da Liberdade).*

Se acompanharmos as esparsas notícias veiculadas pelos meios de comunicação hegemônicos em nosso país, pouco, muito pouco saberemos do que trata a **Comissão Nacional da Verdade**, sancionada, em novembro de 2011, pela Presidente da República. Estas pequenas notícias midiáticas, vêm produzindo determinados modos hegemônicos de ver, perceber, sentir, pensar, agir sobre a história recente do Brasil. Ou seja, apenas parcelas mais conservadoras, algumas saudosistas da ditadura, empenham-se em criticar e falar da inconstitucionalidade e ilegalidade desta Lei. Os demais, grandes segmentos médios da intelectualidade, os governos federal e estaduais, dentre vários outros apoiam esta Comissão. Assistimos hoje nos grandes meios de comunicação argumentações sobre as “vantagens” de ser esta uma Comissão que não tem poder para remeter à justiça provas para a responsabilização dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar, pois isto poderá estimular alguns agentes da repressão a falar. E por isto mesmo, tem poder para tornar sigilosas as informações e depoimentos, se assim entender necessário.

O que neste pequeno texto pretende-se mostrar é que há uma outra posição que vem se afirmando, forjando outros modos de pensar uma Comissão da Verdade diferente desta Comissão do possível, desta Comissão consentida. Para tal, há que pensar, mesmo que sucintamente, sobre a recente história de nosso país.

Desde a sanção da Lei da Anistia, em 1979, ainda em pleno período de ditadura, já se questionava a interpretação hegemônica que a ela se deu. Ou seja, pelos chamados “crimes conexos”, todos aqueles que cometeram atos contra a humanidade (sequestros, prisões ilegais, torturas, assassinatos e ocultação de restos mortais) estariam anistiados.

Alguns movimentos sociais nunca aceitaram tal interpretação e grandes juristas, como os Drs. Fábio Konder Comparato e Hélio Bicudo, já apontaram, brilhante e competentemente, que não há conexão entre os atos praticados pelos grupos oposicionistas ao regime militar e o terrorismo de Estado que à época se implantou em nosso país.

Apesar disto, a perversa interpretação que ficou

da Lei da Anistia é a de que os torturadores estariam anistiados.

Sabemos que, desde a Anistia até os dias de hoje, acordos foram feitos entre as forças políticas que respaldaram e apoiaram aquele regime de terror, e os diferentes governos civis que se sucederam após 1985.

Estes mesmo acordos — entre forças civis e militares — continuam dos mais diversos modos presentes na história política do Brasil, vigorando até os dias de hoje. Impõem, com isto, uma certa visão da história, mantendo e fortalecendo a chamada “história oficial”: a história narrada pelos “vencedores” que retira de cena as inúmeras memórias oposicionistas daquele tempo.

Neste cenário de acordos e concessões mútuas, em 1995, foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei 9.140, que criou uma Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e concedeu aos desaparecidos um atestado de óbito. Ou seja, apenas os declarou mortos, sem no entanto esclarecer onde, quando e como ocorreram tais crimes e quem os cometeu. Em realidade, apenas um atestado de “morte presumida”. As provas de que esses mortos e desaparecidos estavam sob a guarda do Estado e/ou foram assassinados por agentes desse mesmo Estado deveriam ser demonstradas por seus próprios familiares. Com isto, de modo perverso, colocou-se o ônus das provas nas mãos dos familiares: os arquivos da ditadura continuaram trancados a sete chaves.

Por pressão de vários movimentos, criou-se, nos inícios dos anos 2000, em alguns estados brasileiros, Comissões de Reparação Econômica para familiares de mortos e desaparecidos e ex-presos políticos. Seguindo os acordos já estabelecidos, também essas comissões estaduais de reparação exigiram que os interessados provassem sua prisão, tortura, morte ou desaparecimento, visto os arquivos continuarem inacessíveis.

O próprio conceito de Reparação, enunciado pela ONU e aprovado em 2005, aponta para a necessária investigação, averiguação, publicização e responsabilização desses atos criminosos e para “medidas que possam impedir e, mesmo, garantir a não repetição de tais violações”.

O Brasil, de todos os países latino-americanos que passaram por recentes ditaduras, é o mais atra-

sado neste processo de reparação. Pela Lei 9.140/95 de FHC apenas se fez a reparação econômica, não se investigando, e muito menos publicizando e responsabilizando qualquer agente do Estado violador à época. O Brasil mal iniciou este processo de reparação. Entendemos que a compensação econômica é um direito, mas só tem sentido para a afirmação de algo novo em nossas vidas se for parte integrante e o final de um processo. Sem isto, as reparações meramente financeiras se transformam — e é o que tem ocorrido no Brasil — em um competente “cala-boca”, em uma proposta de esquecimento e silenciamento, em especial para os atingidos e para a sociedade em geral.

Atravessada por todas estas tensões e acordos políticos firmados, a Comissão Nacional da Verdade foi votada como “aquilo que é o possível hoje”, como o que nos permitem e consentem fazer.

Há que lembrar que, em dezembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA condenou o Estado Brasileiro a investigar, esclarecer e responsabilizar seus agentes que participaram do desaparecimento de mais de 70 opositores políticos na repressão contra a Guerrilha do Araguaia². Estendeu esta sentença aos cerca de 500 mortos e desaparecidos políticos, afirmando que a interpretação oficial da Lei da Anistia não é empecilho para tais atos reparatórios. O Brasil deveria responder à OEA no prazo de um ano. Até hoje nada foi feito. E, é no bojo de tais questões que foi votada a “toque de caixa”, em regime de urgência urgentíssima, a Comissão consentida.

Esta proposta de Comissão, em sua 2ª versão³, é bastante limitada. Já no próprio texto do Projeto de Lei estreitava-se a margem de atuação da Comissão, dando-lhe poderes legais diminutos, fixando

um pequeno número de integrantes escolhidos diretamente pela Presidente da República, não tendo orçamento próprio, com duração de apenas 2 anos e desviando o foco de sua atenção ao fixar em 42 anos o período a ser investigado (de 1946 a 1988), minimizando na história do Brasil os anos de ditadura civil-militar (1964 a 1985). Além disso, impede-se que a Comissão investigue as responsabilidades pelas atrocidades cometidas e envie as devidas conclusões às autoridades competentes para que estas promovam a responsabilização dos criminosos. E, para culminar, a publicização de suas conclusões irá depender da própria Comissão. Ou seja, continuamos guardando sigilo, produzindo segredo sobre aquele período de terror. Continuamos produzindo esquecimento e silenciamento.

Os crimes cometidos pela ditadura civil-militar que controlou o Brasil por mais de 20 anos permaneceram, em parte, desconhecidos e os documentos que comprovam essas atrocidades continuam em segredo, assim como os testemunhos daqueles que cometeram tais crimes.

Queremos sim uma Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça onde todos os arquivos da ditadura sejam abertos e publicizados; onde o período de terrorismo de Estado (1964-1985) seja efetivamente investigado, esclarecido, publicizado.

Queremos sim que nossa história recente possa ser conhecida por todos, e que os agentes do Estado terrorista possam ser execrados socialmente e responsabilizados por seus bárbaros atos.

Há muito ainda para dizer, como afirmava Marghella, e há que não ter medo de dizê-lo. Há que não entrar na chantagem do “possível” em nome de uma pseudo governabilidade democrática.

² Movimento de resistência ao regime militar (1966-1974) na região do Bico do Papagaio entre o Pará, Maranhão e Goiás, organizado por militantes do PCdoB.

³ A 1ª versão da Comissão foi apresentada no bojo do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, em dezembro de 2009. Houve forte pressão dos comandantes militares e do Ministro da Defesa à época, Nelson Jobim, que colocaram seus cargos à disposição por serem contrários à Comissão. O Executivo cedeu à chantagem e, em maio de 2010, anunciou a 2ª versão do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, onde a Comissão da Verdade foi totalmente modificada. Forças conservadoras também estiveram presentes questionando vários outros pontos desse 3º Plano. Saíram vitoriosas e o Presidente à época, Luiz Inácio Lula da Silva, voltou atrás em várias questões como a do aborto, das ocupações rurais, da liberdade de imprensa, dentre outras.

A mídia e o debate sobre a Ditadura de 64

*Relato dos porões:
cobra e jacarés
na hora da tortura¹*

*Por Chico Otávio,
Juliana Dal Piva e Marcelo Remígio*

¹ Reportagem publicada no jornal *O Globo*. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/relato-dos-poro-es-cobra-jacares-na-hora-da-tortura-5305890>

RIO — Cinco filhotes de jacaré e uma jiboia foram usados, na primeira metade dos anos 1970, para torturar os presos políticos levados para a carceragem do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) do I Exército, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca, onde também funcionava o Destacamento de Operações de Informações (DOI). O tenente-coronel reformado Paulo Malhães, de 74 anos, na época lotado no DOI, disse que os animais eram dele e foram capturados no Rio Araguaia, na Região Amazônica, durante a campanha militar contra a guerrilha do PCdoB.

Malhães, que usava o codinome “doutor Pablo” na repressão, contou ao GLOBO, em reportagem publicada, como funcionava um aparelho clandestino montado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) em Petrópolis. Na literatura dos anos de chumbo, o lugar ficou conhecido como “Casa da Morte”, de onde só teria saído com vida um dos mais de 20 presos políticos que passaram por lá, a ex-militante da VAR-Palmares e VPR Inês Etienne Romeu. O coordenador da Comissão Nacional da Verdade, ministro Gilson Dipp, anunciou que pretende ouvir Malhães.

— Contamos com a boa vontade da parte dele para reconstruir os fatos. É preciso lembrar que a comissão não tem caráter judicial e nem punitivo. Então, eu lhe ofereço essa garantia. Ele não precisa temer consequências — disse Dipp.

Pata, Peta, Pita, Pota, Joãozinho e Míriam

A trajetória de Malhães no Exército está relacionada com as principais operações deflagradas entre 1969 e 1974 contra a luta armada, incluindo o DOI do Rio e, posteriormente, a Casa da Morte de Petrópolis, já no CIE. Em entrevista de cinco horas ao GLOBO, na terça-feira, ele disse que estava à beira de um rio, na região do Araguaia, quando sentiu a terra mexer e descobriu que era o movimento de filhotes de jacarés. Conseguiu capturar cinco, que batizou de Pata, Peta, Pita, Pota e Joãozinho, além de uma jiboia de seis metros, chamada Míriam. Todos foram levados para a sede do DOI no Rio.

— Os filhotes não mordiam. Só faziam um tec-tec com a boca — disse, reproduzindo com a mão o abrir e fechar da boca dos jacarés.

Pelo menos três ex-presos políticos confirmaram ter sido vítimas de tortura com o uso dos ani-

mais. O jornalista mineiro Danton Godinho Pires, que ficou preso de 1969 a 1973, passando 90 dias no PIC, recorda-se da jiboia Míriam: — Eles chegaram com um isopor enorme, apagaram a luz e ligaram um som altíssimo. Percebi na hora que era uma cobra imensa, que eles chamavam de Míriam. Felizmente, ela não quis nada comigo. Mas, irritada com a música, a cobra não parava de se mexer. O corpo dela, ao se deslocar, arranhou o meu; chegou a sangrar. Mas o maior trauma foi o cheiro que ela exalava, um fedor que custei a esquecer.

Já a cientista social Dulce Pandolfi, que ficou presa no PIC de agosto a novembro de 1970, conta que foi aterrorizada por um jacaré. Mas não sabe se foi o mesmo trazido por Malhães, uma vez que a campanha militar no Araguaia teria começado depois:

— Eles trouxeram um jacaré amarrado e colocaram sobre o meu corpo. É um relato parecido com o da psicóloga Cecília Coimbra, do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio. Ela conta que estava nua e amarrada à cadeira, na cela, quando um filhote de jacaré passou pelo seu corpo.

Malhães, que hoje mora num sítio isolado na Baixada Fluminense e diz que o Exército brasileiro da atualidade não é mais o dele, contou que esteve no Araguaia no começo e na parte final da operação, “quando o CIE assumiu”. Na época, ele pertencia às equipes de busca e apreensão, as EBAs, espécie de embrião dos DOIs. O oficial não se recorda das datas, mas garante que defendeu na ocasião a ideia de que que guerrilheiros do PCdoB não poderiam ser enfrentados com forças regulares e uniformizadas:

— Guerrilha se enfrenta com guerrilha. Quando fui, no começo no Araguaia, com o pessoal fardado, era muito fácil identificar o Exército.

O ministro Gilson Dipp disse que a Comissão da Verdade, inicialmente, pretende colher depoimentos em Brasília, mas está disposto a abrir uma exceção se Malhães quiser falar. Ele garantiu que o único objetivo do trabalho é recompor a verdade histórica. Lembrou também que a comissão não tem caráter judicial nem está subordinada a qualquer órgão governamental: — Como não tem fim jurídico, as pessoas não precisam ter medo de depor. Nosso compromisso é com a História do Brasil.

Malhães revelou que cada equipe levava o seu preso para a casa de Petrópolis. Ele disse que este-

ve no aparelho com seis presos, mas não os identificou. Mencionou apenas os nomes de três oficiais do CIE que também teriam atuado no aparelho clandestino, os então capitães e majores Freddie Perdigão Pereira, Rubens Paim Sampaio e José Brant Teixeira.

— Tem uns caras formadores: eu, Perdigão, Sampaio. O Branzinho (José Brant Teixeira) era dos meus. Cada um tinha sua equipe, e a levava quando subia — contou Malhães, que também admitiu a existência de um outro major e de um “Dr. Guilherme”. Ele, no entanto, se recusou a relevar os nomes dos dois. Rubens Paim Sampaio também foi localizado pelo GLOBO. Ele vive num bairro de classe média alta em Resende, interior do Rio de Janeiro. Procurado, recusou-se a atender a reportagem.

— Ele fez o trabalho que tinha que fazer naquela época. É passado e ficou no passado. Ele não tem nada a declarar — afirmou a mulher do oficial, Jeane Sampaio.

Malhães também confirmou o envolvimento do cabo Félix Freire Dias e do sargento Ubirajara Ribeiro de Souza. Em entrevista à revista “IstoÉ”, em 2004, o sargento Marival Chaves (CIE-DF) disse que Félix era o responsável por esquartejar os cor-

pos dos guerrilheiros assassinados. Entre eles estaria o do deputado federal, Rubens Paiva.

— Félix era um cara engraçado de se conviver — comentou o coronel, ao dizer que o sargento Ubirajara pode ter feito parte de sua equipe, mas negando que Félix pertencesse ao grupo também, embora talvez atuasse com o então major Perdigão.

Ubirajara também se recusou a falar sobre o assunto: — Só com autorização do Exército.

Nos arquivos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, constam os nomes de 26 militares que teriam atuado na casa, dos quais oito ainda não identificados. Também são conhecidos os nomes do coronel Éber Teixeira Pinto, do tenente-coronel Riscala Corbage, do major-médico Ricardo Agnese Fayad, do capitão Aílton Guimarães Jorge (conhecido como capitão Guimarães), do já falecido tenente-médico Amílcar Lobo, do tenente-sargento Jurandyr Ochsendorf e Souza, do cabo Severo Ciríaco, do delegado da Polícia Federal Orlando de Souza Rangel, do comissário da Polícia Federal Luís Cláudio Azeredo Viana, do agente da Polícia Federal Luís Timóteo de Lima, do soldado da PM/RJ Jarbas Fontes e, de patente não identificada, Antônio Freitas da Silva.

Marco regulatório e o Conselho Nacional de Comunicação

*Campanha para
expressar a liberdade:
uma nova lei
para um novo tempo¹*

¹ Texto de apresentação da campanha disponível em <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/>

Neste 27 de agosto, o Código Brasileiro de Telecomunicações completa 50 anos. A lei que regulamenta o funcionamento das rádios e televisões no país é de outro tempo, de outro Brasil. Em 50 anos muita coisa mudou. Superamos uma ditadura e restabelecemos a democracia. Atravessamos uma revolução tecnológica e assistimos a um período de mudanças sociais, políticas e econômicas que têm permitido redução de desigualdades e inclusão.

Mas estas mudanças não se refletiram nas políticas de comunicação do nosso país. São 50 anos de concentração, de negação da pluralidade. Décadas tentando impor um comportamento, um padrão, ditando valores de um grupo que não representa a diversidade do povo brasileiro. Cinco décadas em que a mulher, o trabalhador, o negro, o sertanejo, o índio, o camponês, gays e lésbicas e tantos outros foram e seguem sendo invisibilizados pela mídia.

Temos uma lei velha e que representa valores velhos. São 50 anos de negação da liberdade de expressão e do direito à comunicação para a maior parte da população. Por isso, precisamos de uma nova lei. Uma nova lei para este novo tempo que vivemos. Um tempo de afirmação da pluralidade e da diversidade. De busca do maior número de versões e visões sobre os mesmos fatos.

Um tempo em que não cabem mais discriminações de nenhum tipo. Tempo de reconhecer um Brasil grande, diverso e que tem nas suas diferenças regionais parte importante de sua riqueza. Tempo de convergência tecnológica, de busca da universalização do acesso à internet, de redução da pobreza e da desigualdade. Tempo de buscar igualdade também nas condições para expressar a liberdade. De afirmar o direito à comunicação para todos e todas.

A campanha Para expressar a liberdade é uma iniciativa de dezenas de entidades da sociedade civil que acreditam que uma nova lei geral de comunicações é necessária para mudar essa situação. Não só necessária, mas urgente.

Todas as democracias consolidadas (EUA, França, Portugal, Alemanha, entre outras) têm mecanismos democráticos de regulamentação dos meios de comunicação. Em nenhum desses países, ela é considerada impedimento à liberdade de expressão. Ao contrário, é sua garantia.

Isso, porque sem regulamentação democrática,

a comunicação produz o cenário que conhecemos bem no Brasil: concentração e ausência de pluralidade e diversidade.

Neste novo tempo que vivemos, o Brasil não pode continuar ouvindo apenas os poucos e velhos grupos econômicos que controlam a comunicação. Precisamos de uma nova lei para garantir o direito que todos e todas temos de nos expressar.

Venha se expressar com a gente!

QUESTÕES FREQUENTES

1- O que é liberdade de expressão?

A liberdade de expressão é consagrada na Declaração Universal de Direitos Humanos e garante a todas as pessoas o direito de procurar, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio de comunicação e independentemente de fronteiras, além do direito de poder ter opiniões sem sofrer qualquer interferência.

A Constituição Brasileira também traz a liberdade de expressão no artigo 5º, sobre direitos fundamentais:

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença e no artigo 220, no capítulo da Comunicação Social:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em

que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapia, estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

2- que ela significa na prática? A quem pertence o direito à liberdade de expressão?

O direito à liberdade de expressão pertence a cada um dos cidadãos e cidadãs, não é um direito reservado especialmente para qualquer meio de comunicação.

Na prática, a liberdade de expressão deve garantir duas coisas: em primeiro lugar, que não haja interferência de qualquer parte, pública ou privada, que vise a impedir a expressão dos cidadãos. Em segundo lugar, se plenamente existente, ela deve garantir a todos e todas iguais condições de exercício desta liberdade.

Não pode haver, portanto, qualquer tipo de diferenciação que gere liberdade de expressão «premium», «gold» ou «plus» para quem detém um meio de comunicação.

3- Quais são os principais obstáculos hoje à liberdade de expressão no Brasil?

Há diferentes obstáculos à liberdade de expressão hoje no Brasil. Os principais são:

- formas de censura judicial, em que juízes de primeira instância são pressionados por

pessoas poderosas – sejam elas políticos, empresários ou criminosos – interessadas em calar cidadãos - sejam eles blogueiros, jornalistas ou outros - que divulgam denúncias e notícias contrárias a seus interesses;

- a ausência de pluralismo na mídia, que faz com que um conjunto representativo de atores sociais não tenha as mesmas condições de se expressar que outros, cujos interesses e pontos de vista são similares aos dos donos dos meios de comunicação;

- a censura provocada por pressão dos próprios donos dos meios de comunicação sobre os jornalistas, em virtude da cobertura de certos temas não lhes interessar;

- a censura provocada por pressão de políticos locais sobre os donos dos meios de comunicação, que gera uma chantagem cuja moeda de troca são verbas publicitárias;

- as leis que dão suporte à concentração e restringem a prática de comunicação pública e comunitária, criando condições especiais de liberdade de expressão para grupos com fins comerciais.

4- A liberdade de expressão implica alguma responsabilidade?

Sim, claro. A perspectiva mais interessante em relação à liberdade de expressão é que ela dá espaço para que as diversas opiniões e pontos de vista circulem, mas isso vem acompanhado pela responsabilidade em relação ao que foi dito. A Convenção Americana de Direitos Humanos define essas responsabilidades como ‘ulteriores’, ou seja, como podendo ser cobradas depois de a expressão efetivamente acontecer, especialmente quando estiver em jogo o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas. Assim, a liberdade de se expressar não exime ninguém da responsabilidade pelo que expressou.

É por isso que deve haver previsões de responsabilização dos meios de comunicação no caso de explícitas violações de direitos humanos.

5- A liberdade de expressão é absoluta?

A visão consagrada internacionalmente é de

que nenhum direito humano é absoluto, e todos devem ser entendidos como parte de um conjunto indivisível. Felizmente, há um quadro de ampla proteção à liberdade de expressão, mas há situações de conflitos entre esses direitos em que a liberdade de expressão deve ser considerada junto com outros direitos, como o direito à não discriminação, à proteção de crianças e adolescentes e até em relação à própria liberdade de expressão, quando a liberdade de uma parte mais forte pode impedir a liberdade de outras partes mais fracas.

6- Como a liberdade de expressão se relaciona com a liberdade de imprensa?

A liberdade de imprensa é uma das formas de efetivar a liberdade de expressão, e implica na liberdade de expressão jornalística, como determinado pela nossa Constituição. Essa liberdade pode ser violada por restrições impeditivas externas (como leis ou atos administrativos que proíbam a cobertura sobre determinados temas, ou mesmo internas (quando os donos de meios de comunicações cerceiam o trabalho de seus jornalistas por interesses próprios).

7- O que é o direito de comunicação?

O direito à comunicação é o reconhecimento de que a liberdade de expressão não pode ser entendida apenas como o direito de 'não interferência', mas deve implicar também em garantias para que todas as pessoas tenham iguais condições de produzir, distribuir e acessar informações e cultura. O direito à comunicação reconhece o caráter bilateral das comunicações e avança em relação ao direito à informação, por permitir não apenas o acesso a uma gama diversa de informações, mas também a produção e distribuição das ideias e pontos de vista de todos os cidadãos e cidadãs.

Em suma, o direito à comunicação inclui a liberdade de expressão e o direito à informação, mas vai além deles. Na prática, isso significa que enquanto houver impeditivos técnicos, políticos, econômicos e sociais para que se produza, distribua ou acesse informação, o Estado deve implementar políticas públicas para garantir esse direito.

8- Por que o Brasil precisa de uma nova

lei? Já não temos leis de mais?

O Brasil já tem várias leis que afetam a comunicação, mas a principal delas é de 1962 e não tem mecanismos de garantia do pluralismo e da diversidade. O que precisamos é justamente de uma lei que substitua as várias existentes e venha garantir princípios e mecanismos de regulação [link para os 20 pontos] que não estão contemplados nas leis atuais.

9- Regulação não é uma forma de censura?

Ao contrário. É por meio de processos regulatórios e políticas públicas que se garante a igualdade na condição de exercício da liberdade de expressão e se preserva o direito à informação. Países como Inglaterra, Estados Unidos, França e Portugal tem mecanismos desse tipo e órgãos reguladores desde a década de 30. Nenhum desses órgãos tem qualquer prerrogativa de censura, e seu objetivo é justamente acompanhar o mercado e o sistema público para garantir os objetivos de garantia do interesse público. O que esses países reconhecem é que o mercado, por seus próprios meios, não garante diversidade e pluralidade nem preserva a ampla liberdade de expressão. A tendência «natural» de todos os mercados na comunicação é de concentração dos meios e de restrições da diversidade e do pluralismo.

10- A regulação deve afetar questões de conteúdo?

Na maior parte das democracias, a regulação afeta também questões de conteúdo. Isso pode se dar por obrigações positivas (cotas de conteúdo regional e independente, por exemplo) ou até por obrigações de objetividade e imparcialidade jornalística no rádio e TV, existente em países como a Inglaterra [link para <http://stakeholders.ofcom.org.uk/broadcasting/broadcast-codes/broadcast-code/>]. Quanto mais fortes e concentrados os meios de comunicação, mais necessários são mecanismos de garantia de pluralidade e diversidade interna.

De toda forma, é preciso garantir que quaisquer instrumentos regulatórios sejam usados para ampliar, e não para restringir, a liberdade de expressão.

Os Trabalhadores e a Comunicação na América Latina



18º CURSO ANUAL DO NPC

DIA 24

TV no Brasil: o conceito de pública, privada e estatal

*A Confecom
e a soberania
informativo-cultural¹*

Por Beto Almeida²

¹ Publicado originalmente no *Portal Carta Maior*: <http://www.cartamaior.com.br>

² Beto Almeida é presidente da TV Cidade Livre de Brasília e membro da Junta Diretiva da Telesur

“Uma notícia tá chegando lá do interior não deu no rádio, no jornal, nem na televisão” Notícias do Brasil - Milton Nascimento/ Fernando Brandt

Podemos considerar plenamente soberano um país que tenha o seu setor audiovisual invadido em 95 por cento por produção estrangeira pesadamente em sintonia com interesses e valores destrutivos, imperiais e anti-nacionais? Pode o Brasil pretender e alcançar melhorar seu desempenho no jogo pesado do poder mundial – como está tentando legitimamente - sem dispor de soberania plena sobre seu sistema de satélites, hoje nas mãos de uma empresa desnacionalizada (Embratel) e controlada por um país que está instalando bases militares na América do Sul, além da Quarta Frota?

É admissível um país possuidor de desconhecidas riquezas minerais e de um tesouro de biodiversidade - despertando cobiças igualmente colossais e sinistras num mundo marcado pelo intervencionismo de grandes potências - não dispor de um sistema de comunicação nacional voltado para a defesa da brasilidade, dos interesses nacionais, educativo, informativo e humanizador?

Será aceitável do ponto de vista da soberania-informativa um país como o Brasil possuir salas de cinema em apenas 8 por cento dos seus municípios? É tolerável um país com inequívoco potencial para posições de liderança no cenário internacional registrar taxas tão indigentes de leitura de livros, jornais e revistas, inferior à registrada na Bolívia, sendo tão pobre também no número de bibliotecas e livrarias?

Vulnerabilidade informativo-cultural

Na idade da mídia, na idade do conhecimento, é decisivo que temas tão estratégicos para a emancipação de um povo e de uma nação recebam na Conferência Nacional de Comunicação que se avizinha o tratamento adequado como questão de soberania informativo-cultural. Assim, nesta primeira Confecom - convocada por um presidente que sintetiza em sua própria história de vida a luta de um povo por soberania informativo-cultural - a sociedade brasileira está inapelavelmente desafiada a descobrir, criativamente, caminhos eficazes para libertar seus sistemas de informação e comunicação do controle imposto por interesses rebaixados por

um vale-tudo do mercado cartelizado e controlados por ideologias, modelos e valores de países intervencionistas e expansionistas! Estamos confrontados com a obrigação de construir um modelo de comunicação capaz de enfrentar a imensa vulnerabilidade informativo-cultural que pesa como uma ameaça à Nação Brasileira.

Partindo do princípio que só se pode considerar livre um povo efetivamente culto, constata-se estarmos diante de uma gigantesca tarefa de iniciar nesta I Conferência Nacional de Comunicação, uma caminhada para tentar fazer com que finalmente a comunicação no Brasil cumpra, pelo menos o que define a Constituição Federal. O capítulo da Comunicação Social da Constituição, se cumprido plenamente, já seria uma grande transformação comunicativa, pois prevê a proibição de monopólio e oligopólio, a regionalização, a finalidade educativa e informativa, e, especialmente, a complementaridade entre sistemas público, privado e estatal de comunicação, o que felizmente vemos estar sendo construído por nossos hermanos argentinos, com a aprovação de uma nova lei democrática de comunicação, que democratiza até mesmo a exibição de futebol na TV.

Aqui, as tvs públicas estão proibidas de transmitir futebol. E as partidas se realizam muito tarde para um povo trabalhador, depois das telenovelas..... o que é imposto por uma trama de interesses não públicos.

A Confecom e os dois projetos

As importantes mudanças comunicativas em curso na América Latina, apresentadas falsamente pelos magnatas da mídia e pelo mais intervencionista dos países do mundo como se fossem formas de censura estatal, realmente são o pano de fundo de tudo o que se está discutindo pelo Brasil afora após a realização das Confecons estaduais. Algumas delas exemplarmente televisionadas pelas tvs do campo estatal, como a paranaense, transmitida ao vivo pela TVE do Paraná e a de Minas, transmitida também ao vivo pela TV Assembléia, ambas em sinal aberto. Fica evidente o desafio para que também a TV Brasil e outras, seguindo o feito exemplar das duas tvs estatais, também transmita as conferências que ainda faltam realizar e a própria Confecom Nacional.

Estes singelos, porém importantes exemplos do Paraná e de Minas, estão sincronizados com a disputa de dois projetos em curso na América Latina. De um lado movem-se os poderosos interesses do grande capital pretendendo introduzir maiores

facilidades para as grandes empresas oligopolistas da mídia mundial, demolindo ou flexibilizando os instrumentos de defesa do estado porventura ainda vigentes nos países da periferia.

Aquilo que pretendiam com a Alca, projeto derrotado pelos povos que desenharam um novo mapa geopolítico latino-americano. Mas, continuam tentando fazer de outro modo. Ainda nos querem impor a Doutrina Monroe, agora para a era digital. Historicamente, não pode o império deixar de ser império. Registre-se que Obama é Prêmio Nobel da Paz mas ameaça militarmente o Irã, exige que a China - maior produtor mundial de computadores - renuncie à sua capacidade de concorrência, instala sete bases militares na Colômbia, com evidente capacidade operacional para todo o continente, como adverte, com lucidez, o Ministro Samuel Pinheiro Guimarães. Neste quadro de sombras, o Brasil, nem empresa nacional de satélites possui mais: FHC internacionalizou a Embratel. Os movimentos intervencionistas visando expandir a ocupação de mercados cada vez mais anexados à produção e à ideologia dos EUA, também são parte essencial do quadro de vulnerabilidades ideológicas em que ocorre a Confecom. Ainda que isto ainda não esteja explícito plenamente

Desnacionalização

Empresas transnacionais querem internacionalizar, desnacionalizar e obviamente cartelizar mais e mais a comunicação no Brasil. O Projeto de Lei número 29, em tramitação na Câmara Federal, é um exemplo claro dos movimentos intervencionistas imperiais para retirar qualquer restrição ou defesa para livre operação dos oligopólios internacionais na tv por assinatura e também para que as telefônicas transnacionais - com suas sinistras ramificações de acionistas e anunciantes que conduzem até à indústria bélica - possam atuar na televisão local, em todas as modalidades. Para confundir os distraídos e ingênuos discutiram “cotas de produção nacional”, quando deveria ser o contrário.

É indispensável que o Brasil tenha um instrumento de estado capaz de sustentar a soberania informativo-cultural dos brasileiros, como também restrições a esta deletéria invasão estrangeira de ideologias e valores imperiais, sustentados por grandes empresas estadunidenses, muitas delas localizadas no epicentro da crise financeira internacional e que, impunemente, continuam a beneficiar-se da emissão de dólar sem lastro, papel pintado, com o qual bancam projetos de renovada ingerência na América Latina.

Fazem parte deste projeto, entre outras, ações como a do Usaid, financiando praticamente a fundo perdido, Ongs, jornalistas e intelectuais latino-americanos para a defesa dos valores estratégicos do Departamento de Estado dos EUA sempre entrelaçados com os grandes interesses das empresas norte-americanas, como denunciam a advogada norte-americana Eva Golinger e o jornalista canadense Jean-Guy Allard. Essas operações são ampliadas agora pela recente determinação do programa radiofônico oficial do governo dos EUA, a “Voz da América”, que decidiu fortalecer sua presença na América Latina, convocando jornalistas para cursos e estabelecendo um formato de rede com outras 300 emissoras de rádio na região.

Impedir os câmbios

O objetivo é impedir a transformação comunicativa em curso, cujo significado mais preciso é o da recuperação dos espaços públicos midiáticos. Venezuela recupera o espaço radioelétrico como um bem público antes seqüestrado por oligarcas da comunicação vassallos da ditadura petroleira norte-americana e começa a fortalecer sua tv e rádio públicas, a comunicação comunitária é um fator democrático e soberano tangível na pátria de Bolívia, instala-se uma poderosa indústria de cinema, a “Villa del Cine”, clássicos da literatura internacional como “Dom Quixote”, recebem tiragem na casa dos milhões e são distribuídos gratuitamente. Até “Contos”, de Machado de Assis, mereceu na Venezuela uma tiragem de 350 mil exemplares, quando aqui no Brasil a tiragem padrão de livros é de apenas 3 mil exemplares. E nossa indústria gráfica tem uma capacidade ociosa de 50 por cento....

As mudanças percorrem os Andes, e a Bolívia forma uma Rede de Rádios dos Povos Originários, lança um jornal público, “Cambio” que, em apenas seis meses de vida, já vende tanto quanto o maior jornal privado que tem décadas de privilégios de mercado, nas quais apoiou todos os numerosos golpes de estado no país. No Equador a novidade avança pela TV e Rádio públicos, cria-se um Conselho de Comunicação, há uma revisão dos critérios para novas concessões atacando os privilégios para as oligarquias tradicionais, que se consideravam portadoras de algum “direito divino” para comandar a radiodifusão. A Argentina quebra o monopólio do Grupo Clarim, reestrutura, fortalece e qualifica a TV e Rádio públicos fundados na era peronista, reservando espaços iguais na radiodifusão para o setor privado, o setor público-estatal e também para a sociedade organizada, que terá direito

a um terço do fazer comunicativo. Nicarágua e Uruguai também fortalecem legislações que expandem e qualificam o papel da comunicação pública. Estas mudanças estão na mira do império...

É neste pano de fundo que ocorre a Confecom no Brasil, com a oposição da Sociedade Interamericana de Prensa, entidade fundada pela CIA, e com seus jornais afiliados repetindo, esbaforidos, que “vem aí a censura estatal”, além de publicarem todo e qualquer tipo de ofensas aos governantes eleitos pelo voto das grandes massas pobres, chamando Evo Morales de narcotraficante, Hugo Chávez de psicopata e a Lula de analfabeto e outras baixarias. Se dissessem “cuidado, podemos perder nossos privilégios”, ou “a ditadura de mercado sobre a mídia está em risco”, ou “vamos ter que aceitar o absurdo de dividir a comunicação com o setor público e a sociedade”, talvez estivessem divulgando possibilidades mais realistas sobre o que está verdadeiramente em curso, mesmo que ainda muito embrionariamente. E com barreiras imensas a serem transpostas. Se Cristina Kirchner teve maioria parlamentar suficiente para aprovar uma lei democrática de comunicação, o mesmo não ocorre aqui no Brasil, pois a heterogênea base aliada de Lula possui forte e inconfiável presença de radiodifusores.

Ainda com todas estas evidentes ações de intervenção dos EUA contra as mudanças em curso ou contra aquelas que apenas começam a ser desenhadas, como no Brasil, há quem defenda, inclusive no chamado campo progressista, exemplos de práticas de comunicação norte-americanas, ao invés de buscarmos elaborar as linhas mestras para construir nosso próprio modelo de informação e comunicação, presidiado pelo princípio da soberania informativo-cultural.

Uma voz para o Brasil

Será que um país com a experiência sócio-histórica acumulada que tem o Brasil, com pensadores do porte de um Álvaro Vieira Pinto, Câmara Cascudo, Roquette Pinto, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Anísio Teixeira, Josué de Castro e tantos e tantos outros, não teria também a condição de estruturar um sistema comunicativo livre destes padrões e ingerências nefastas do intervencionismo neocolonial? Não há clareza quanto aos objetivos avassaladores das políticas comunicativas emanadas pela Casa Branca para o mundo e em particular para a América Latina? Não se pratica lá uma das mais sofisticadas ditaduras midiáticas do mundo, capaz até de seduzir e enganar toda uma sociedade para

que apoiasse a invasão do Iraque em base à mentirosa tese das armas de destruição em massa, divulgada criminosa e incessantemente pelo sistema de comunicação dos EUA, inclusive o público, com o que se cometeu um sanguinário massacre?

E ainda há quem apresente o sistema de rádio público de lá como modelar... ...quando estão construindo um consenso interno para atacar nuclearmente o Irã. Basta dizer que todo o sanguinário intervencionismo dos EUA no mundo foi sustentado por sua mídia, inclusive sua comunicação pública, o que nos leva a afirmar que o sistema comunicativo estadunidense está entre os mais anti-democráticos do planeta, sobretudo se considerarmos a capacidade que possui para submeter a voz e os direitos históricos dos povos no mundo.

Carnaval, Rede, Câmara Cascudo, Villa-Lobos...

O povo brasileiro foi capaz de desenvolver inúmeras experiências sócio-culturais altamente comunicativas. Mencionemos a inteligência da invenção da rede lembrada por Câmara Cascudo, ou dos Coros Orfeônicos de massa criados pelo gênio de Villa-Lobos durante a Era Vargas. Ou do Cine-Educativo de Roquette Pinto e Humberto Mauro, nesta mesma fase de nossa história, quando a Rádio Nacional chegou a ser a quarta mais potente emissora do mundo, emitindo em 4 idiomas, alcançando todos os continentes e tendo entre seus cronistas intelectuais como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Nestor de Hollanda, Cecília Meirelles etc. Tão significativa foi aquela experiência comunicativa da emissora estatal que Carmem Miranda chegou a ser das principais cantoras nos EUA e a música “Aquarela do Brasil” a canção mais tocada no mundo em certo momento. Produziu-se importante publicação de integração cultural panamericana como “Pensamento da América”, retratada no interessante livro “América arcnídea”. E nem é preciso discorrer muito sobre esta exuberante expressão de comunicação de alcance planetário que é o Carnaval Brasileiro. Se lembrarmos que tivemos uma Rádio Mauá – a Emissora do Trabalhador - com razoável participação de segmentos sindicais e que fomos capazes de criar o programa como o “Voz do Brasil” quando o país era rural, quando as taxas de leitura eram ainda mais indigentes que as de hoje, um programa que chegava e ainda chega a todos os grotões levando informação relevante dos poderes públicos e que hoje está ameaçado pelos magnatas da comunicação que preferem o Voz da América..... constatamos que podemos aproveitar parte importan-

te da nossa história. A Confecom é a oportunidade para tomar consciência de nossas vulnerabilidades informativo-culturais, dimensionar com realismo nossa imensa dívida e para iniciar a construção de um novo rumo a seguir, um modelo democrático, brasileiro e soberano de informação.

Ousar inventar, romper padrões

Como ensina Álvaro Vieira Pinto: na nossa história, todas as vezes em que os brasileiros tentaram ousar e inovar, quebrando padrões e modelos impostos das metrópoles, como os quebrados pelo gênio de Villa-Lobos, sempre surgiam os “conselheiros”, os “especialistas” dizendo que tudo já estava feito, que não há nada de novo a fazer, que bastava seguir o caminho traçado...por eles. Foi assim que implantamos e desenvolvemos sob as asas sombrias da ditadura e posteriormente da tirania do mercado cartelizado, um sistema comercial de comunicação verdadeiramente embrutecedor, basicamente seguindo o modelo dos EUA.

Se Vargas tivesse dado ouvidos aos “especialistas” dos EUA que juravam que no Brasil não havia petróleo, hoje a Petrobrás não seria o colosso que é e nem teria a mais avançada das tecnologias de prospecção marítima de petróleo! Nem estaríamos a discutir a soberania sobre o petróleo pré-sal!!! Inovamos, ousamos, criamos, inventamos lá atrás! Se fomos capazes de gestar um espírito inovador e criativo como o de Santos Dumont, desdobrado posteriormente na construção de uma indústria aeronáutica própria como a Embraer - embora internacionalizada na Era da Privatária - fica claro que temos sim, como país e como povo, a capacidade de construir um modelo também inovador de comunicação. Aproveitar o que se fez de útil no passado, readaptar para os desafios da contemporaneidade, mas, sobretudo, retomando o caminho de dotar o estado de instrumentos capazes de realizar políticas públicas soberanas e estratégicas, como as praticadas por muitos países que não se avassalam e que por isso avançam na elevação informativo-cultural de seus povos. Venezuela, Equador e Bolívia já derrotaram o analfabetismo. A mídia atuou favoravelmente a esta conquista. Aqui o sistema midiático, com o mais profundo desprezo, expande a dívida informativo-cultural que esmaga o nosso povo.

Rádio Mauá: a Emissora do Trabalhador

Sim, há tudo de novo por ser feito. Desde a recuperação dos espaços públicos midiáticos para sua

verdadeira dimensão e missão públicas, a começar pela própria redistribuição do espectro radioelétrico, conforme prevê a Constituição, na forma tripartite que nunca foi regulamentada, como também para preservar o que é essencial, como o programa Voz do Brasil. Ou ainda a recuperação daquilo que foi importante e que foi demolido, como a experiência da Rádio Mauá. Que tal se a Rádio Mec em Brasília, hoje apenas encarregada de repetir o quase imperceptível sinal da Rádio Mec Rio - portanto, subutilizada - fosse destinada à recuperação da histórica Rádio Mauá, remodelada, potencializada, para que alcançasse todo o território nacional e tendo parte de sua programação elaborada por uma Fundação de Comunicação do Trabalhador, gerida democraticamente e de modo colegiado pelas centrais sindicais? A emissora já existe, hoje está sub-aproveitada, bastaria uma decisão de governo. Seria uma nova emissora do trabalhador, voltada para o mundo do trabalho, para educar profissionalmente, ecologicamente, para o consumo responsável, para a agroecologia, para conceitos cidadãos de saúde, para educação estética, para o trânsito civilizado, podendo sim fazer um grande diferencial.

Recursos para dotá-la de capacidade técnica e de quadros não faltam, já que são fartos, por exemplo, os recursos públicos dirigidos para o Telecurso Segundo Grau, programa escondido de seu público algo em transmissões pela madrugada, desrespeitando os contribuintes que pagam por sua produção.

As propostas aprovadas pelas conferências estaduais de comunicação indicam primeiramente, pelo seu volume e caráter repetitivo, o rompimento, o transbordar de algo que está engasgado, está represado. Mas, indicam também que ainda falta uma política mais realista para que se possa aproveitar a oportunidade da primeira Confecom para avançar naquilo que é indispensável e que, em boa medida, depende da organização das forças políticas progressistas em torno de uma tática eficiente. Que consiste inicialmente em avaliar atentamente que Lula não conta com a maioria parlamentar que Cristina Kirchner, Rafael Correa, Hugo Chávez e Evo Morales possuem para fazer as mudanças que estão operando na comunicação em seus países.

O significado das 59 propostas da Secom

As 59 propostas à Confecom apresentadas pelo governo Lula, por meio da Secom, indicam um importante grau de sintonia entre governo, amplas parcelas do movimento sindical-social e segmentos anti-

-monopolistas do empresariado. Muitas das propostas da Secom podem perfeitamente ser subscritas pelos delegados da Sociedade Civil, são coincidentes. Do gesto de convocação da Confecom por Lula à apresentação destas 59 propostas está a comprovação de que há condições reais para que a Conferência vá além da produção de um documento a ser enviado e posteriormente engavetado pelo Congresso Nacional, que é pressionado pela maioria dos magnatas da mídia. As 59 propostas da Secom também revelam a impropriedade de não se considerar o governo Lula como parte central na aliança do campo popular para democratização da comunicação, incompreensão que ainda permanece em alguns segmentos.

As grandes mudanças na comunicação do Brasil que dependem de mudanças constitucionais ou de sua regulamentação desembocam necessariamente na discussão do cenário que emergirá das urnas de 2010. Teremos uma maioria parlamentar não-capturada pela bancada do coronelismo eletrônico com capacidade para impor mudanças hoje? Essa base de sustentação deverá ser construída a partir da Confecom para assegurar um processo de mudanças, difíceis de ocorrer sem um campo popular organizado, no qual incluem-se governo Lula, movimentos sindical-social, partidos políticos e até segmentos não-monopolistas do empresariado.

A ciência da tática

Mas, há mudanças que podem ser operadas hoje, que estão ao alcance das políticas de estado, de ações de governo. Exemplo disso é a proposta de recuperação da RTVI (Rede de TVs Institucionais). Em 2004, Lula emitiu decreto presidencial criando tal rede que levaria a todos os municípios brasileiros, por meio de um sistema de repetição, o sinal das emissoras institucionais, com a possibilidade de que houvesse a geração de programação própria por um determinado período a cargo de municípios.

Como era esperado, tal proposta encontrou raiosa oposição da Abert. Mas, obteve também a oposição, esta inesperada, da Fenaj, contrariada pela forma do decreto-lei escolhida pelo presidente da república. Como se o presidente eleito com mais 63 milhões de votos não tivesse representatividade para

tal decisão. Perdemos tempo. Mas, com a Confecom a proposta pode ser recuperada já que foi aprovada no Paraná e no Rio de Janeiro. E pode ser atualizada para a tecnologia de TV digital, podendo inclusive incorporar em seu novo formato as TVs Comunitárias, evidentemente, operando em sinal aberto digital. O resultado bem poderia ser a municipalização da TV no Brasil, com forte impulso na indústria de equipamentos, gerando empregos, fortíssimo impulso no audiovisual brasileiro, também ampliando empregos e inovação de linguagem, identidade cultural e elevação estética, além de representar, simultaneamente, a regionalização da produção jornalístico-cultural e a integração informativo-cultural num país rico e continental, cujo vizinho, a Colômbia, está a instalar bases militares dos EUA, provavelmente, não para uma política de boa-vizinhança.....

Portanto, é preciso definir prioridades nesta Confecom e entre elas está a operação de políticas de comunicação e a construção de instrumentos de comunicação pública que nos permitam, como povo cada vez mais organizado, assegurar de fato a soberania informativo-cultural indispensável para que o Brasil possa atuar com legítimo e mais eficiente protagonismo no perigoso e explosivo jogo do poder político internacional. Mesmo que enormes mudanças sejam necessárias no sistema de comunicação do Brasil, devemos nos perguntar, nas condições atuais, na relação de forças atuais, e dentro do arco de alianças indispensável para enfrentar potentes oligopólios estrangeiros e internos, até onde vão as nossas forças e quais são as propostas que mais nos unem agora?

Não será nesta Confecom o ajuste final de contas com a ditadura midiática. Não será ainda o dia do juízo final midiático. Provavelmente, as forças progressistas não tenham a possibilidade de fazer a “virada de mesa” que desejam, inclusive porque muitas delas estavam céticas até mesmo quanto a participar da Confecom. É apenas uma etapa mais elevada desta longa caminhada, que deve ser aproveitada para alinhar a sustentação e implementação de várias propostas, algumas delas emblematicamente defendidas pelo próprio Governo Lula, sustentação que requer uma tática e um campo popular da comunicação pública cada vez mais unido e fortalecido.

TV no Brasil: o conceito de pública, privada e estatal

*Laurindo Leal
fala sobre TV Cultura¹*

Por Eliane Parmezani - Caros Amigos

¹ Publicado originalmente no portal da *Revista Caros Amigos*:
<http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/cultura/noticias/2435-tv-cultura-ex-funcionario-fala-do-desmonte-pelo-tucanato>

O atual ouvidor e apresentador da TV Brasil, Laurindo Leal Filho, o Lalo, que trabalhou por oito anos na Fundação Padre Anchieta e que tem a TV Cultura como tema de vários artigos, fala sobre a decadência contínua e progressiva pela qual tem passado a emissora com a sucessão de governos tucanos no governo do Estado de São Paulo, sobre a entrega de espaço na grade ao jornal “Folha de S. Paulo”, do papel meramente decorativo assumido pelo Conselho Curador da emissora, dos abusos cometidos pela televisão brasileira de modo geral, entre outros aspectos.

Caros Amigos: A TV Cultura passa por ciclos. Houve um momento muito bom, na gestão do Roberto Muylaerte, nos anos 1980 e início dos 1990. Depois o que se tem visto é a queda da qualidade da programação até a decadência atual, na gestão Sayad. Por favor, comente a respeito.

Laurindo Leal Filho: A decadência dos anos 1990 acompanha a política neoliberal do Governo do Estado, a partir do [Mário] Covas, de ir se afastando das instituições públicas. Faz parte de uma política mais geral de privatizações. No caso da Fundação Padre Anchieta, como não é possível privatizar, pois é uma fundação, ela foi sendo abandonada. O investimento em instituições públicas de Rádio e Televisão nunca foi uma prioridade. Em alguns momentos é vista, quando interessa, como um veículo de divulgação política. Não é à toa, portanto, que o último grande momento da TV Cultura foi antes da entrada desses governos neoliberais. No início da década de 1990 ainda se investia na TV Cultura, ela tinha uma independência maior, chegou a 12 pontos de audiência na programação infantil, no final da tarde. Naquele momento, a TV Cultura cumpriu com o papel das TVs públicas, que é não só oferecer uma programação de qualidade para o seu público, mas também de uma forma pedagógica e criando um novo público para a televisão, que passa a exigir da TV comercial os mesmos padrões que vê na pública. O público passou a perceber a qualidade da programação infantil, a dar audiência e começou a exigir das outras emissoras a mesma qualidade ou, no mínimo, ao tirar pontos das outras, as obrigou a mexer na programação. E o exemplo claro foi o SBT, que tinha uma programação infantil também no final da tarde. Ele foi até buscar pessoal da Cultura, o Cao Hamurger, o Sérgio Groissman, mudou os programas da Disney porque começou a sentir a concorrência da TV Cultura. Isso mostra que não é verdade que as televisões públicas são condenadas a não ter audiência, depende da forma como a emissora é gerida.

CA: Um modelo de TV pública totalmente independente do poder estatal é possível?

LLF: Muito difícil. Em última análise sempre a titularidade, a responsabilidade final é do Estado. Ele impulsiona a TV pública. O que varia entre as TVs públicas é o distanciamento na prática entre o Estado e seu controle. Até a BBC presta contas ao Parlamento e ao Ministério da Cultura da Inglaterra. Mas ela tem uma autonomia quase total garantida pelo seu conselho e pelos órgãos que a compõem em relação ao Estado. Algumas têm autonomia maior, outras são como emissoras estatais. A independência se dá na prática, através de instrumentos que a garantam. No caso da FPA, a concepção de fundação de direito privado dá a ela uma autonomia legal em relação ao Estado. Já houve até tentativas de deputados, na Assembleia Legislativa, de querer mudar o estatuto da TV Cultura, mas isso é barrado na Comissão de Constituição e Justiça porque é ilegal. Por outro lado, hoje quase 50% da receita vem do Tesouro, se não me engano. Por aí acaba se dando o controle porque em determinados momentos, quando não interessa ou quando o controle político não é total sobre a emissora, fecha-se a “torneira”, o que acaba inviabilizando o funcionamento da emissora ou a deixando em uma situação frágil. Além disso, a maioria dos conselheiros da Cultura é indicada pelo próprio Conselho, as renovações são feitas por eles mesmos. Entre as três categorias de conselheiros há três vitalícios. Neles ninguém mexe. Depois, há os que representam instituições [Conselheiros Natos] - são reitores de universidades, o Secretário de Educação do município, o Secretário de Educação do Estado, o Presidente da Comissão de Educação da Assembleia. E há os que não representam instituição alguma, são pessoas da sociedade escolhidas e indicadas pelo próprio Conselho [Conselheiros Eletivos]. É aí que se dá o problema porque, aos poucos, vai ficando um clube fechado. São amigos que indicam amigos. Hoje, fora um deputado do PT que é presidente da Comissão de Educação da Assembleia, não há mais nenhuma pessoa ligada a este partido no Conselho da FPA. A grande maioria está ligada ao PSDB e não é ao partido como um todo, são grupos dentro do PSDB que se constituem num verdadeiro clube. Os membros se renovam porque termina um mandato, que é de três anos, e o Conselho escolhe uma pessoa do mesmo perfil. Isso faz com que não haja uma circulação maior de ideias, de propostas, de visões de mundo. Isso engessa a FPA. Não existe uma relação com a sociedade por esse problema que é institucional, do modelo de Conselho adotado. Além disso, a maioria dos conselheiros se enxerga em um cargo honorífico. Não tem a dimensão de que um Conselho de uma emissora de comuni-

cação, no mundo todo, é o interlocutor da sociedade com ela. Portanto, os conselheiros deveriam ter contatos públicos os mais abertos, franqueados possíveis, para que a população tivesse acesso porque representam essa população ou teriam que representá-la, só que, infelizmente, não há essa percepção. O Conselho gestor da TV Cultura parece uma Academia de Letras, com discursos e tal, mas as questões concretas... O papel do Conselho é, a partir dessa intermediação, estabelecer as linhas de funcionamento da Fundação, as linhas diretrizes que serão executadas pela Diretoria Executiva. Mas isso não ocorre. Inclusive, há um dispositivo que dá ao Presidente da Diretoria Executiva um tal poder que ele pode executar uma série de atos sem passar pelo Conselho. Por exemplo, entregar parte de sua grade a uma empresa comercial, como a Folha de S. Paulo. Não passou pelo Conselho e não precisou passar por ele. O Conselho da FPA tem um papel meramente decorativo. E o que garante a autonomia das emissoras públicas em relação ao Estado são os conselhos gestores. Assim como garantem a participação da sociedade. Se o Conselho não se vê assim e é formado a partir de um mecanismo que o engessa, ele é inoperante. Aí a emissora fica cada vez mais dependente dos humores do Estado. O Conselho não tem nem força para, em nome da sociedade, dar a tal da independência, a tal da autonomia. O que acaba ocorrendo é que a gestão da FPA é determinada de um lado pelo Governo do Estado e de outro pela Diretoria Executiva, e o Conselho fica com um papel apenas decorativo. Enquanto o Conselho não representar a sociedade e estabelecer canais pra ela ser representada diante da Diretoria e diante do governo, é inócuo.

CA: Então o oferecimento de espaço na grade da TV Cultura para a Folha de S. Paulo foi uma decisão que partiu direto da Diretoria?

LLF: Pelo que soube, sim. Parece que a Diretoria ofereceu um espaço na grade para alguns veículos comerciais. E desses, pelo menos até o momento, só a Folha de S. Paulo aceitou. É uma incoerência pensar que se faz jornalismo em uma emissora pública a partir dos interesses de uma empresa comercial. O que ocorreu claramente foi a privatização de um espaço público. O canal ocupado pela TV Cultura é público e deve apresentar propostas alternativas às das empresas comerciais. Ao privatizar parte desse espaço público ela abre mão da possibilidade de um olhar jornalístico diferenciado. Acaba se submetendo às regras, aos interesses e olhares das emissoras comerciais. É uma incoerência no momento em que se discute a democratização da comunicação, que é justamente a ideia de se ter cada vez mais gente produzindo comunicação de maneira diversa. A TV Cultura abre mão dessa possibilidade, que é produ-

zir informação, e entrega para uma empresa comercial que já a produz. Reduzem-se ainda mais os atores. Assim, a televisão pública produz informação na mesma lógica da empresa comercial. E pior: fica claro que a Folha, desde o início, tem como objetivo alavancar a venda do jornal porque as matérias chamam para a edição impressa do dia seguinte. É uma propaganda clara de um produto comercial feito em uma emissora pública.

CA: Não há uma contrapartida para a TV Cultura?

LLF: Parece que a única contrapartida é colocar anúncio no jornal [Folha de S. Paulo] da TV Cultura. É uma permuta de anúncio. E, além de fazer propaganda do jornal e de colocar no ar matérias segundo os seus critérios jornalísticos, a Folha ainda comercializa a propaganda e o resultado da publicidade vendida no horário. É uma privatização clara do espaço público. É uma empresa comercial auferindo lucro dentro do espaço público. É curioso porque a Folha sempre teve um olhar crítico em relação à TV Cultura. Há editoriais da Folha que criticam a programação. Pergunto se, com esse acordo, ela mantém essa independência de crítica em relação à TV Cultura.

CA: Quais são as diferenças entre TV Estatal e pública?

LLF: Há televisões que se reconhecem como estatais. Por exemplo, aqui no Brasil você tem um canal do Governo Federal chamado NBR e que se apresenta como "a TV do Governo Federal". É uma TV estatal constituída para dar informações sobre as atividades do governo. A ideia das TVs públicas é que, muito embora sejam mantidas pelo Estado, exerçam um controle da sociedade. Existem conselhos representativos, mas com poder absoluto, sem nenhuma dependência do Estado. Assim, elas garantiriam essa condição de um serviço público. Em suma, uma TV é estatal quando está sob orientação do governo que representa o Estado e pública quando tem o controle da sociedade. Eu poderia dizer que a BBC é uma emissora pública. Vários Estados brasileiros têm emissoras que chamam de públicas, eram chamadas de educativas, como a TV Cultura. Mas, na prática, são muito mais estatais que públicas. Os governos estaduais exercem um poder muito grande sobre elas e acabam sendo porta-vozes do governo. Não existe um controle social. Assim, a emissora pública pode ser definida por dois mecanismos: um é ser fundação de direito privado, o que falei da TV Cultura. Ela tem uma autonomia em relação ao Estado, legal, então é uma fundação de direito privado. O ideal é esse, do ponto de vista jurídico. E segundo: conselhos absolutamente independentes do Estado, com poder de gestão e de ser efetivamente representantes da sociedade.

CA: Você poderia dar sua opinião a respeito do novo formato do Jornal da Cultura?

LLF: É uma tentativa de baixar custos. Jornalismo em televisão é muito caro, você depende de muitas equipes, recursos, gente. Desde a pauta até a exibição existe um processo industrial complicado e caro. Esse formato adotado é claramente para redução de custos porque não custa praticamente nada colocar duas pessoas falando no estúdio. Não sei se os convidados ganham cachê. De qualquer forma, seria infinitamente menor do que se tivesse que produzir 30 ou 40 minutos de matérias, externas, de links, de uma cobertura quente de informação. Pra mim está claro que a decisão por esse formato não é jornalística. É administrativa. Portanto, faz parte de uma política de enxugamento da Fundação. Do ponto de vista da notícia, da informação, é um misto de um programa de debates com jornal. Na verdade, é um formato muito ambíguo. Acho que a discussão dos grandes temas políticos e econômicos é importante na televisão brasileira, ela se recente disso. A televisão brasileira tem 200 programas de debate de futebol, mas não tem um de debate político. Talvez seja uma das poucas democracias no mundo onde não há um programa de debate político diário, várias visões sobre o mesmo tema e deixando para o telespectador a possibilidade de tirar suas conclusões. Esse é o papel da televisão. No caso da TV Cultura, acho que a iniciativa de ter o debate é boa, mas precisaria dar espaço para o debate e não confundi-lo com a notícia. Há um debate precário porque é muito limitado em tempo e são vários assuntos ao longo do programa. O jornalismo também é limitado porque o tempo para as matérias é curto. Portanto, é um formato que resolve apenas o problema de caixa da emissora.

CA: Além disso, há apenas uma meia dúzia de colaboradores se revezando diariamente.

LLF: Também isso. Mas mesmo se houvessem outras pessoas, o formato não facilita o aprofundamento do debate. Um debate de televisão tem que ter pelo menos uma hora de duração para situar o público. O espectro político e cultural não se reduz a duas visões de mundo, a realidade é mais complexa. Então, um debate pra ser sério, aprofundado, precisa de mais visões, de mais tempo e da participação de pessoas com diferentes posições.

CA: E em relação ao Roda Viva com a mediação do Mário Sérgio Conti?

LLF: O Roda Viva é um programa de entrevistas, não um debate. É só ganha algum tipo de consistência quando há entrevistadores que vão a fundo nas questões e com entrevistados que também tenham

o que dizer, além de uma participação na sociedade que atraia o telespectador e que provoque discussão. Acho que o Roda Viva não supre a falta de um programa de debates na televisão brasileira. Ele tem essa aura justamente pela falta de alternativas de um bom debate. Em alguns momentos na história acabou gerando debate porque os entrevistadores o provocaram, às vezes entre eles mesmos ou com os entrevistados, como aquela cena famosa do Quercia que se levantou e quase chegou às vias de fato com o entrevistador; o Brizola, mas são figuras polêmicas, com entrevistadores que, naquele momento, foram à frente na discussão e provocaram aquelas situações. Mas, de uma maneira geral, falta uma dinâmica. E, com relação ao apresentador, eu diria que é inadequado para a televisão. Não é uma pessoa que tem carisma, que tem bom humor. A televisão tem que ter bom humor, sacadas rápidas, tem que interferir na conversa, trazendo informações ou percepções novas do acontecimento pra animar a discussão.

CA: Você está participando de um movimento pela revitalização da TV Cultura, não é? Poderia falar sobre isso?

LLF: O motivo que desencadeou esse movimento foi o susto que tomamos com a privatização do espaço na grade da TV Cultura, o anúncio de que a Folha de S. Paulo iria produzir jornalismo em uma emissora pública. Constatamos que ia contra os princípios de um serviço público. Algumas pessoas e entidades se juntaram e passaram a exigir da FPA explicações sobre o porquê dessa entrega de um espaço público de maneira tão inesperada. Uma das conquistas do movimento foi a realização da audiência pública no dia 30 de maio na Assembleia Legislativa de São Paulo em que o presidente Sayad foi dar explicações. Num primeiro ato havia mais de 200 pessoas, o que mostra a preocupação com relação à TV Cultura. Houve também uma manifestação na frente da FPA no dia da reunião do conselho [16 de abril] tentando levar aos conselheiros essa nossa preocupação com os rumos da emissora, que não se resume à questão da Folha. Paralelamente a isso, ocorreram várias demissões, a retirada de programas tradicionais, com bom retorno de público, da grade de programação. Na verdade, esse conjunto não é formado por coisas pontuais nem aleatórias, são parte de um projeto de enxugamento da emissora. O presidente chegou a dizer que ela não precisava funcionar naquele espaço, que poderia funcionar em algumas salas de um prédio comercial do centro da cidade, tal é a dificuldade que ele tem de percepção do que é, de quais são as necessidades, primeiro de uma televisão qualquer que seja e depois de uma televisão pública. Há uma dificuldade de entendimento

muito grande de qual é o papel de uma TV pública, da sua importância, ainda mais em uma sociedade como a nossa, onde as televisões comerciais praticamente dominam o mercado. Então, a TV pública surge como uma alternativa importante, cultural, social, política. O que levou a gente a fazer esse movimento é o desconhecimento que essa gestão tem do papel de uma TV pública na sociedade brasileira. E, por ter esse desconhecimento, leva à frente um projeto político de desmantelamento, de redução da emissora a uma simples compradora de conteúdo. Como entregou para a Folha um espaço, a tendência talvez seja a de entregar outros para a iniciativa privada e, assim, vai se desobrigando do papel de produtora de conteúdos diferenciados em relação à televisão comercial. Mesmo com todos esses problemas, a TV Cultura é um patrimônio da população do Estado de São Paulo. Nosso movimento, ainda que limitado a alguns ativistas, mostra que há uma preocupação da sociedade com os rumos dessa televisão. É curioso quando a gente fala que ninguém assiste, mas, quando se vai à rua perguntar que tipo de programa ou que tipo de emissora a pessoa mais gosta, fala-se da TV Cultura. Muitas vezes, as pessoas não assistem mas, em algum momento, assistiram alguma coisa que acharam diferente e bom. Acho que foi isso que levou um número razoavelmente grande de pessoas a defender a TV Cultura e evitar que o processo continue nessa decadência.

CA: O que a TV Cultura teria a aprender com a experiência da BBC de Londres?

LLF: Muita coisa. Acho que está na hora de ela voltar a se reciclar com a BBC de Londres.

CA: Nos aspectos mais urgentes, o que você diria?

LLF: Acho que a questão central é a da gestão. É ter, primeiro, conselhos mais enxutos. O conselho da BBC de Londres tem 12 pessoas. O da TV Cultura tem 47. É inviável. Isso gera aqueles conselheiros que se julgam possuidores de título honorífico. Os conselheiros da BBC têm obrigações. Inclusive, parte deles é remunerada. É um trabalho, não é só participar de uma reunião mensal para ouvir ou fazer discurso. É a população que mantém diretamente a BBC, portanto, a TV é a fiadora do público. Aqui é via imposto. Lá, como a população paga diretamente, ela tem o seu representante pra atuar em seu nome. Acho que a primeira lição seria essa: a TV Cultura teria que ter uma reestruturação institucional pra tornar o Conselho efetivamente representante e canal da sociedade. A segunda diz respeito ao financiamento: a TV Cultura não pode ficar submetida aos humores do orçamento do Estado. Ou há dotações orçamentárias fixas, o que não é possível

porque o orçamento se faz a cada ano, ou tem que se buscar receitas fora, mas não da publicidade. Sou contra a publicidade. O Covas, quando começou o processo de enxugamento, chegou a mandar para a Assembleia Legislativa um projeto que fazia com que uma porcentagem das contas de energia elétrica, a partir de um determinado valor, fossem destinadas à TV Cultura. Era uma saída. No caso da TV Brasil, por exemplo, uma das saídas vai ser a utilização de recursos de um fundo de telecomunicações, que as empresas de telefonia são obrigadas a pagar, e parte desse fundo deve ser destinada à manutenção da emissora. Só assim se consegue independência real. Não só política, mas também com formas de planejamento a longo prazo nas programações. Em televisão, tem que ter planejamento a médio prazo, pelo menos. Como é que se vai planejar o que vai fazer o ano que vem se não se sabe se o orçamento está garantido? É muito instável ter uma televisão mantida por orçamentos que podem ser modificados a cada ano.

CA: Você é contra publicidade no sentido de começar a haver uma exigência de audiência?

LLF: Exatamente.

CA: E isso pode intervir na qualidade da programação?

LLF: Há duas razões porque considero a publicidade incompatível com a TV pública. A primeira é a tendência de que, gradativamente, o departamento de marketing se sobreponha ao de produção. Assim, gradativamente os programas se subordinam aos interesses comerciais e, quando entra na disputa pelo mercado, fica igual às TVs comerciais. A segunda justificativa diz respeito à linguagem: a tendência é que o ritmo dos anúncios contamine o dos programas. Cada vez mais se tem programas menos reflexivos e mais sensacionalistas. O ritmo passa a ser mais acelerado. O ritmo da televisão pública é um pouco mais lento, que propicia a reflexão. O da televisão comercial quer te pegar pela emoção porque você tem que comprar aquele produto. Se pensar muito pode ser que desista da compra. E mais que tudo: a propaganda polui a programação. É um prazer você ver a BBC, por exemplo. Ou assistir a TV Cultura nos momentos em que era livre de anúncios. A ideia é que a televisão tem que prestar um serviço público e não te ficar impondo coisas. No limite, se há uma necessidade real de receita, o que as televisões públicas podem ter de relação com o comércio é o que se chama de apoio institucional. Se uma empresa quer patrocinar um programa, talvez se possa colocar no final: esse programa teve o apoio comercial de tal empresa, mas apenas isso. E que não seja para vender produtos.

OFICINAS OPTATIVAS

*Rádios comunitárias -
Sem lenço, mesmo
com documento*

Por Arthur William¹

¹ Arthur William é representante no Brasil da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc)

Há pessoas que reservam algumas horas de seu dia ou de sua semana para prestar um dos mais importantes serviços de utilidade pública existentes: a Rádio Comunitária. Esses pais de família, jovens e mulheres, ajudam na educação das crianças, na construção de identidades, na manutenção de sotaques, na valorização da cultura popular... Mas fazem tudo isso sem contar com apoio do poder público. Pelo contrário, a única ação dos governos é fechar essas emissoras, levando presos os voluntários que estavam exercendo um papel previsto na Constituição Federal e que raras emissoras comerciais cumprem: levar informação, educação e cultura para a população.

Hoje, no Brasil, há mais rádios comunitárias do que comerciais. Porém, isso não quer dizer que estas últimas estão em vantagem. Na verdade, as emissoras comunitárias são sinônimo de rádios pobres, de baixa potência e amadoras por culpa de uma lei, a 9.612, de 1998. Essa lei foi criada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em um momento nada favorável para a comunicação alternativa e popular. A lei diz mais “não” do que “sim”. Segundo o texto vigente, as rádios comunitárias não podem:

- fazer propaganda, nem do pequeno comércio, incentivando a economia local;
- transmitir para além de um quilômetro, mesmo que a comunidade seja maior;
- ter antena em altura maior do que 30 metros, mesmo que isso signifique sofrer interferências de morros e prédios;

- transmitir com mais de 25W de potência, até mil vezes menos do que as rádios privadas;
- ter mais de um canal por região, ou seja, só é possível ouvir uma rádio por local.

Além disso, foram destinadas as piores frequências para as rádios comunitárias, algumas não conseguimos ouvir em aparelhos comuns.

Outro ponto importante é a banalização do crime que a prisão de radialistas comunitários gera. Se a lei vai contra uma característica natural a qualquer ser humano, que é a capacidade de se comunicar, não adianta fechar uma rádio, pois a comunidade se une e cria outra. Assim como na questão dos downloads na internet, a criminalização de quem reivindica o direito humano à comunicação gera uma banalização do senso de crime. É ruim para um país formar uma juventude que, para exercer um direito humano fundamental, deve infringir as leis vigentes.

As rádios comunitárias chegam ao século 21 como um grande pólo que reúne as ações de comunicação de uma comunidade. Hoje, já estão se articulando com outros projetos como pontos de cultura e de mídia livre, telecentros, jornais, cineclubes e blogs: uma verdadeira central pública de comunicação.

Com a crise do velho modelo das emissoras comerciais baseado na publicidade, as emissoras sem fins lucrativos (públicas, comunitárias, educativas, culturais e universitárias) despontam como uma essencial modalidade de comunicação. Mas é preciso que as rádios tenham sustentabilidade, para sair do voluntarismo e do amadorismo, recebendo o merecido apoio do poder público.

OFICINAS OPTATIVAS

*Alcance e limites
das políticas públicas
de educação profissional
de emprego e renda*

Gaudêncio Frigotto¹

¹ Doutor em Ciências Humanas – Educação. Professor titular de economia política da educação aposentado pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ.

As políticas públicas de formação profissional articuladas às políticas de emprego e renda têm tomado cada vez mais visibilidade na sociedade brasileira e têm ocupado as diferentes esferas de gestão pública. Trata-se de políticas que tem como foco ou jovens entre 16 e 29 anos que batem à porta do mundo do trabalho e encontram vários muros e grades ou adultos vítimas do desemprego estrutural e do trabalho precários. As estatísticas, em ambos os casos, nos assinalam um quadro que tem se tornado uma espécie de esfinge de nosso tempo.

Trata-se de políticas que se impõem por diferentes razões. Por um lado, pelas demandas e as lutas dos grupos atingidos pelo desemprego e precarização do trabalho e, por outro, por estratégias de alívio à pobreza como forma de contenção dos conflitos sociais. Neste caso trata-se de políticas de controle social. Por diferentes razões trata-se de políticas públicas de frágil alcance social e com limites de diferentes origens.

Neste breve texto, que tem objetivo de estimular o debate neste Seminário Internacional sobre Tecnologia e Educação, buscarei discutir, inicialmente, o viés teórico que orienta as políticas de educação profissional articuladas a emprego e renda a perspectiva de atacar os efeitos sem alterar as causas. No segundo item tratarei dos condicionamentos sociais e de caráter histórico que torna o alcance destas políticas limitado e precário e, finalmente, apontar alguns desafios e perspectivas de travessia para que tais políticas tenham um novo alcance.

1. O viés teórico; políticas que atacam as consequências da desigualdade sem alterar as determinações que a produzem.

Como nos mostram dois importantes pensadores do século XX. Antônio Gramsci e Karel Kosik, no plano da construção do conhecimento devem-se distinguir de um fenômeno as determinações e mediações que o constituem e que sem as quais o mesmo se altera na sua estrutura e natureza daquelas determinações e mediações que o alteram, mas mantendo sua estrutura e natureza. No plano político, como consequência, cabe distinguir as mudanças e reformas que buscam alterar uma determina-

da ordem ou estrutura social daquelas que a alteram na superfície para reproduzi-la e mantê-la.

Os tempos que vivemos são de profunda regressão social e de debilidade da teoria que reforça e é, em grande medida, expressão desta regressão. No âmbito do pensamento liberal a regressão se expressa nos deslocamento da ideologia neoliberal do foco da sociedade, ainda que desigual, para o indivíduo isolado.

Isto se expressa, no campo da política de formação profissional pelo deslocamento da idéia de qualificação para a de competências. Estas vinculadas ao indivíduo. E no plano das políticas de emprego e renda, a mudança de políticas focadas ao emprego pelo ideário da empregabilidade e empreendedorismo. A consequência é, por um lado a afirmação da flexibilidade das relações de trabalho com o enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores e a perda de direitos e, por outro, a fragmentação e pulverização das políticas e de natureza mais assistências e emergencial.

Outra regressão tem sido a debandada de intelectuais do campo da análise histórica, ou materialista histórica para o refúgio do pós-posmodernismo. Como mostra Frederich Jameson (1996) no livro *Pós-modernismo a cultura do capitalismo tardio*, as análises dos pós-modernos expressam a apreensão fenomênica do capitalismo tardio². Não por intencionalidade, mas por enfoque e debilidade da análise estas análises acabam reforçando o ideário e fragmentação neoliberal.

Um dos mais reconhecidos sociólogos do século XX, Pierre Bourdieu, juntamente com Loïc Vancquant, explicitam de forma muito clara a dominância dos ideários neoliberal e pós-moderno, o que buscam apagar e suas consequências no plano político.

Em todos os países avançados padrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção na mídia e jornalistas de primeiro escalão se puseram em acordo em falar uma estranha novlangue cujo vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas: “globalização”, “flexibilidade”, “governabilidade”, “empregabilidade”, “underclass” e exclusão; nova economia e “tolerân-

² Por capitalismo tardio entende-se a configuração que as relações sociais capitalistas assumem no contexto da mundialização do capital e suas formas predominantemente destrutivas. Trata-se de uma realidade onde a contradição entre o avanço das forças produtivas alcança um exponencial desenvolvimento ao mesmo tempo em que o acesso aos bens produzidos é cada vez mais seletivo e desigual (Jameson, 1998). Ou, em outros termos, como analisa Mészáros (2002), um capitalismo que exauriu a sua capacidade civilizatória e agora, para manter-se, destrói os direitos sociais historicamente conquistados e o meio ambiente.

cia zero”, “comunitarismo”, “multiculturalismo” e seus primos pós-modernos, “etnicidade”, “identidade”, “fragmentação” etc.

A difusão dessa nova vulgata planetária – da qual estão notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tanto vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de presumida impertinência – é produto de um imperialismo apropriadamente simbólico: seus efeitos são tão mais poderosos e perniciosos porque ele é veiculado não apenas pelos partidários da revolução neoliberal que, sob a capa da “modernização”, entende reconstruir o mundo fazendo tábula rasa das conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas, a partir dos novos tempos, como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente, porém também por produtores culturais (pesquisadores, escritores, artistas) e militantes de esquerda que, em sua maioria, ainda se consideram progressistas (BOURDIEU, P.; VACQUANT, L. 2000.p.1).

Por fim, sobre este aspecto da debilidade e regressão teórica de análise das relações sociais, Frederick Jameson (1997) nos mostra que até mesmo o pensamento teórico de tradição marxista, em grande parte, abandonou a análise da materialidade das relações sociais e do contexto históricos e seu terreno contraditório para desembarcar nas análises orientadas pela antinomia.

A antinomia explicita-se por uma forma mais clara de linguagem e afirma “proposições que efetivamente são radical e absolutamente incompatíveis, é pegar ou largar [...] x ou y, e isso de forma tal que faz a questão da situação ou do contexto desaparecer por completo”. De modo totalmente diverso “a contradição é uma questão de parcialidades e aspectos; apenas uma parte dela é incompatível com a proposição que a acompanha”; na verdade, ela pode ter mais que ver com forças, ou com estado de coisas, do que com palavras e implicações lógicas.[...] Nesse caso, é a situação que explica a disparidade, gerando, em sua incompletude, as perspectivas múltiplas que nos fazem pensar que a matéria em questão é agora x ou y, ou, melhor ainda, ao mesmo tempo tem jeito de x, tem jeito de y (...) nossa época é de forma

bem clara, mais propícia à antinomia do que à contradição. Mesmo no próprio marxismo, terra natal desta última, as tendências mais avançadas reclamam da questão da contradição e se aborrecem com ela, como se ela fosse um remanescente inexpugnável do idealismo, capaz de reinfestar o sistema de forma antiquada como os miasmas ou a febre cerebral (Jameson, 1997, p. 18).

Estas breves indicações nos permitem concluir, sob este aspecto, que não é por acaso que as noções de exclusão e inclusão se constituíram nos vocábulos que servem de orientação para políticas centradas na ótica das particularidades – políticas de inclusão relacionadas à educação, formação profissional, emprego, renda, etnia, gênero etc. Também não é por acaso que as mesmas são assumidas por governos liberais, neoliberais e progressistas ou reformistas.

Em diferentes momentos Castel (1997 e 1999) nos dá elementos que nos permitem apreender a debilidade analítica das noções de inclusão e de exclusão e nos oferece um conjunto de razões que nos “deveriam levar a um uso reservado desse termo, e até mesmo a excluí-lo, ou seja, a substituí-lo por uma noção mais apropriada para nomear e analisar os riscos e fraturas sociais atuais” (1997, p. 16).

2. Políticas Públicas no contexto de regressão social e afirmação do capitalismo dependente.

Assinalamos acima de que a debilidade teórica é, em grande, parte expressão da forma que assume a materialidade das relações sociais dominantes do capitalismo realmente existente. Capitalismo tardio no sentido dado por Jameson e Mészáros acima referidos.

A regressão social, no plano fenomênico e ideológico é apresentada, paradoxalmente, noções que sinalizam ao contrário e produzem um imaginário ou uma subjetividade alienada. As noções de globalização, sociedade pos-industrial, pos-classista, sociedade do conhecimento, sociedade tecnológica, ócio produtivo, sociedade do lazer, empreendedorismo, alteridade, diversidade, etc. anunciam um mundo plano de realização de todos.

Trata-se, todavia, de uma vulgata ideológica que esconde um mundo de aumento da desigualdade entre países e internamente. A partir de meados da década de 80, vários processos, de forma veloz, aceleram o processo de mundialização os mercados e do capital. Destaca-se a hipertrofia do capi-

tal financeiro, a consolidação de uma nova base científico-técnica, qualitativamente diversa, de base digital-molecular cada vez mais privatizada e novas formas de gestão empresarial que redefinem o processo produtivo. A economia pode aumentar a produtividade diminuindo (enxugando) o número de trabalhadores. A crise estrutural do desemprego, que se alastra por quase há várias décadas, sem sinais de reversão e o colapso do socialismo real, que permite o surgimento do discurso único, operam a derradeira *vingança do capital contra o trabalho*.

O crescente desemprego destas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltaria jamais (...). A tragédia histórica das Décadas de crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que - direta ou indiretamente - eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 80, pela então predominante teologia do livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outros interesses além do seu próprio, pecuniário. Isso significou, entre outras coisas, que governos e outras entidades públicas deixaram de ser o que se chamou de empregadores de último recurso (Hobsbawm, 1995, p.403- 4).

É sob a teologia do livre mercado que se elaborou a cartilha do *Consenso de Washington* cuja receita, para os países de capitalismo dependente é do ajuste fiscal, desregulamentação dos mercados, flexibilização das leis trabalhistas e privatização do patrimônio público. Trata-se de apagar a herança das políticas sociais distributivistas e dos mecanismos de regulação do mercado e do capital. As bases *institucionais* que regulamentam o direito internacional e na esfera nacional, deslocam-se para as organizações genuínas do mercado. A Organização Mundial do Comércio passa a se constituir no fórum que decide, por cima das nações, as regras do livre mercado. O neoconservadorismo monetarista e de ajuste fiscal reassume

o protagonismo. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial elaboram o receituário do ajuste da política econômica e social e em cada país das nações de capitalismo dependente.

Outro aspecto, decorrente do exposto acima, diz respeito à análise das especificidades das sociedades dentro do capitalismo realmente existente. As análises sob o enfoque da modernização situam as sociedades como um contínuo de subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos. A educação se constituiria num dos determinantes centrais para mover-se neste contínuo. Mas, como analisam, noutra perspectiva, Celso Furtado (1968), Florestan Fernandes (1975), Rui Mauro Marini (1991) e Francisco de Oliveira (2003), escapa a esta visão a compreensão as relações de poder assimétricas onde subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas uma forma específica de sê-lo. Por outro lado, sociedades de capitalismo dependente é uma compreensão em cujo foco não está a relação entre nações, mas entre grupos e classes sociais.³

O Brasil ao longo do século XX protagonizou um intenso embate entre forças sociais defensoras de um capitalismo dependente e associado e as que buscavam construir uma nação vinculada com o mundo, mas de forma soberana. Duas ditaduras que tomaram um terço do século e vários golpes institucionais expressam a forma da classe burguesa brasileira tentar impor seu projeto de burguesia associada de forma dependente e subordinada às custas da nação. Foi, todavia, dentro do vagão neoliberal da década de 1990, sob os auspícios do governo de Fernando Henrique Cardoso que esta disputa se definiu de forma mais clara.

Trata-se de uma sociedade onde a classe burguesa brasileira aceita, com ganhos imediatos a grupos restritos a associar-se de forma subordinada às burguesias das nações centros hegemônicos do sistema capital e transformam nosso país, na metáfora de Francisco de Oliveira (2003) num ornitorrinco. Uma impossibilidade de efetivo desenvolvimento social. *Uma sociedade que produz a miséria e se alimenta dela.*

Esta associação subordinada efetivou a venda do país mediante as privatizações, aceitou que o país se transformasse em plataforma de valorização criminosa do capital especulativo e condena à inovação tecnologia e não à produção de uma base científica e tecnológica de marca original. Com re-

³ Por certo esta é uma das grandes contribuições do pensamento social crítico latino-americano às ciências sociais no mundo.

sultado define-se, na divisão internacional do trabalho ao trabalho, às atividades neuromusculares ou ao trabalho simples e de pouco valor agregado.

Neste contexto o fundo público que poderia efetivar políticas econômicas e sociais, mesmo nos limites do capitalismo, que diminuíssem a desigualdade, o mesmo vem sendo capturado na valorização do capital na recuperação de suas taxas de lucro e garantir a recuperação dos estragos de suas crises, como estamos observando atualmente. Neste quadro o horizonte de políticas sociais que garantam direitos transforma-se e mecanismos e programas de alívio à pobreza.

O atual governo, mesmo que tenha ampliado as políticas públicas e efetivado uma tênue distribuição de renda, por não ter-se disposto ou não ter podido avançar em mudanças estruturais, apenas ampliou as políticas de alívio à pobreza. Para avançar, da mesma forma que para fazer omelete é preciso quebrar ovos, a condição enfrentar mudanças estruturais. Políticas de assistência como travessia de emergência, num projeto alternativo de país que não repetisse o passado, teriam outro sentido e alcance.

3. Alguns desafios para políticas públicas de novo alcance social

Um dos primeiros desafios para não entrar numa lógica estreita de políticas, mais de governos que públicas, reside no fato de entender que o capitalismo tardio tem cada vez menos necessidade de incorporação de trabalho vivo na produção de mercadorias e serviços. Incorpora a hipertrofia do capital morto em forma de ciência e tecnologia cada vez mais privatizadas. Disto resulta não só na ampliação do desemprego estrutural ou a sua extrema precarização, mas produz, como já assinalava Gramsci nos anos 1930, formas de trabalhos fantasmagóricos. Por outro lado, atrofia-se e impede-se o tempo de trabalho livre – reino da liberdade, da escolha e do desenvolvimento humano.

É este horizonte que conduz o historiador Eric Hobsbawm a colocar como questão central do século XXI não a produção de mercadorias, mas a distribuição da riqueza por uma esfera pública que para ele continua sendo o Estado, ainda que não sob a forma atual.

O que, na minha opinião, temos de buscar é uma outra maneira de distribuir a riqueza produzida por uma quantidade cada vez menor de pessoas, que no futuro pode chegar a ser na verdade a uma quantidade ínfima. [...]

não se trata de aumentar a produção, pois isto conseguimos resolver de forma satisfatória. A verdadeira dificuldade está na forma de distribuir a riqueza (Hobsbawm, 2000, p. 98).

É neste particular ganha centralidade o controle e manejo do fundo público, condição de poder fazer políticas sociais e direcionar o desenvolvimento numa ótica de garantir direitos sociais e subjetivos. Isto implica, como assinalamos acima, quebra ovos ara fazer o omelete de rupturas estruturais.

Uma primeira condição que orienta e determina as demais é a constituição de forças e movimentos sociais que quebre com a cultura da classe dominante brasileira cujo projeto até aqui afirmado 'foi de capitalismo dependente. Trata-se de uma mudança que implica uma ruptura com todas as formas de colonização e subalternidade na relação com os organismos internacionais e os com países centrais. Sem uma mudança profunda com o pagamento da dívida externa e, sobretudo, com a lógica dos juros da dívida externa e interna não se sairá do ciclo vicioso e as políticas públicas serão apenas de alívio à pobreza e às tensões sociais.

Não se trata aqui de apenas ver as imposições externas, que são profundamente predatórias e injustas, mas, sobretudo, de combater a postura de subalternidade, consentida e associada da classe dominante no âmbito econômico, jurídico, políticas e intelectual de nossa sociedade. Esta relação subalterna e associada é exemplar em nossa sociedade tem sido mantida por ditaduras e golpes e/ ou políticas monetaristas e de ajuste em nome do capital.

No caso brasileiro destacam-se como necessidade inadiável: a reforma agrária e a taxação das grandes fortunas, com o intuito de acabar com o latifúndio e a altíssima concentração da propriedade da terra; a reforma tributária, com o objetivo de inverter a lógica regressiva dos impostos em que os assalariados e os mais pobres pagam mais, para corrigir, assim, a enorme e injustificável desigualdade de renda; a reforma social e jurídica, estatuinto uma esfera pública de garantia dos direitos sociais e subjetivos.

Estas condições, aliadas ao fortalecimento de uma democracia ativa e a uma nova concepção de desenvolvimento – socialmente justo, economicamente viável, solidário e participativo – podem fornecer as condições financeiras, políticas e culturais para romper com o ciclo vicioso de pobreza: baixo investimento em educação e em ciência e tecnolo-

gia, e para superar a condenação ao exercício das atividades “neoromculares” (Arrighi, 1998) na divisão internacional do trabalho.

No plano conjuntural, há problemas cruciais a serem resolvidos cuja dramaticidade implica políticas distributivas imediatas. Neste contexto é que se situam as políticas de renda mínima, bolsa família, etc. que devem estar vinculadas à educação dos beneficiários. Estas políticas, além de terem um controle social público para não se transformarem em clientelismo e paternalismo (traços fortes de nossa cultura política), não podem ser permanentes. Por isso, o esforço é no sentido de instaurar políticas emancipatórias que garantam emprego ou trabalho e renda que elevem a escolaridade da população que, pelas condições de miséria, tendem a se contentar com muito pouco.

Na definição das políticas públicas que articulam formação profissional, emprego e renda um desafio, que não é menor, é de romper com a tradição do pensamento liberal e neoliberal que orienta esta relação. Trata-se de uma relação linear e circular. Cabe ressaltar que tanto a situação da desigualdade entre regiões (Norte/Sul) ou entre países centrais e periféricos e semiperiféricos ou entre grupos sociais no interior de cada país não se explica, primeira e fundamentalmente, pela educação ou formação profissional, mas pelas relações de poder e de força historicamente construídas. *Ao contrário do que pretendem os mandamentos e as lengalengas do pensamento único, a maioria não é pobre porque não conseguiu boa educação, mas, na realidade, não conseguiu boa educação porque é pobre. (Beluzzo, 2001, P.2).*

É, pois, fundamental que se tenha claro que o caminho percorrido na relação entre educação e desenvolvimento nos marcos da teoria do capital humano, da sociedade do conhecimento e da pedagogia das competências e da empregabilidade não

nos ajuda a entender o processo histórico da produção da desigualdade entre nações e no interior delas. Pelo contrário, trata-se de concepções que nos afastam deste entendimento e do papel da educação básica e profissional enquanto práticas sociais mediadoras das relações sociais, econômicas e culturais.

Isso nos conduz a reafirmar que o ideário pedagógico das reformas educativas das ditaduras militares na América Latina, sob a noção de capital humano e, atualmente, sob a ditadura do mercado, com as noções de sociedade do conhecimento, pedagogia das competências, e empregabilidade, necessitam ser superadas. O escopo destas concepções é da formação de um “cidadão produtivo alienado” (Frigotto e Ciavatta, 2006), cidadão mínimo que acabe introjetando a culpabilização de sua pouca escolaridade e de sua situação de desempregado ou subempregado.

A educação profissional que se vincula, pois, a uma outra perspectiva de desenvolvimento e de políticas públicas demanda uma dupla articulação: com a educação básica e com políticas de geração de emprego e renda. A expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica unitária e, portanto não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas. Uma educação de sujeitos cultural, política e cientificamente preparados para as mudanças aqui sinalizadas. Sobretudo que tenham a inegociável convicção de que, como nos lembra o historiador Hobsbawm (2000) “*as pessoas vêm em primeiro lugar e não podem ser sacrificadas*” em nome apenas de “compromissos econômicos”. O grande desafio do século XXI não é o da produção, mas a capacidade social do acesso democrático ao que é produzido. A condição para isso é, para este historiado, uma direção oposta às teses do mercado sem controles. Essa tarefa ético-política não pode ser postergada e ela nos cabe.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BELUZZO, L. G. de Mello. *Jornal Valor*, 1º Caderno, 16/18 de fevereiro de 2001, A. 13
- BOURDIEU, P.; VACQUANT, L. A nova bíblia do Tio Sam. *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira, ano 1, n. 4, ago. 2000.
- CARDOSO, M. L. A ideologia da globalização e descaminhos da ciência social. In: GENTILI, P. (org.). *Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CASTELS, Robert. *As metamorfoses da questão social - uma crônica do salário*. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: Vários. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1999.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Scrita, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org.) A formação do cidadão produtivo. A cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília, INEP, 2006.
- FURTADO, Celso, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O Breve Século XX (1914-1991)* São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, E. *O novo século*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- JAMESIN, F. *Espaço e imagem – teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- JAMESON, F. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*, Ediciones Era, México, decimoprimerá reimpression, 1991. FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MÉSZÁROS, I.B. *Para além do capital*. Campinas: Boitempo, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OFICINAS OPTATIVAS

*A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?**

*Por Carlos Nelson Coutinho***

* Disponível na página *Gramsci e o Brasil*. <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=790>

** Professor emérito da UFRJ, é reconhecido internacionalmente como um dos maiores especialistas no pensamento do filósofo húngaro György Lukács e do italiano Antonio Gramsci. Faleceu em setembro deste ano.

Uma caracterização sistemática de nossa época — ou seja, a época da globalização ou mundialização do capital, caracterizada pelo predomínio de políticas neoliberais — é uma tarefa ainda não concluída por parte dos marxistas. Para levá-la a cabo, é necessária uma ampla análise de natureza teórica e empírica, que traga até nosso tempo, atualizando-as e revisando-as quando preciso, as categorias da crítica da economia política iniciada por Marx e continuada por muitos de seus principais seguidores. Uma tal análise certamente já começou a dar os seus primeiros frutos; mas, em minha opinião, eles são ainda insuficientes para fornecer uma visão marxista global — que se me permita o jogo de palavras — da globalização.

Por me saber incompetente para tanto, não tenho a menor intenção de fazer, nem aqui nem alhures, sequer um breve esboço desta análise; nem mesmo tenho a pretensão de apresentar um balanço da já extensa literatura marxista sobre este tema. Contudo, creio que pode contribuir para esta obra ainda em gestação uma discussão — de resto, já em curso na literatura gramsciana — sobre a possibilidade de compreender características essenciais da contemporaneidade à luz do conceito gramsciano de revolução passiva. Antecipo minha conclusão, certamente provisória e, portanto, sujeita a correções: sou cético em face desta possibilidade. Creio que, antes de falar em revolução passiva, seria útil tentar compreender muitos fenômenos da época neoliberal através do conceito de contra-reforma, que — como veremos — também faz parte, ainda que só marginalmente, do aparato categorial de Gramsci.

1. Revolução passiva

Antes de mais nada, recordemos brevemente as principais características da revolução passiva, termo que Gramsci recolhe do historiador napolitano Vincenzo Cuoco, mas atribuindo-lhe um novo conteúdo. Trata-se de um instrumento-chave de que Gramsci se serve para analisar inicialmente os eventos do *Risorgimento*, ou seja, da formação do Estado burguês moderno na Itália. Mas o conceito

é também utilizado por Gramsci como critério de interpretação de fatos sociais complexos e até mesmo de inteiras épocas históricas, bastante diversas entre si, como, por exemplo, a Restauração pós-napoleônica, o fascismo e o americanismo.

Essa possibilidade de generalização foi assumida mais tarde por autores que se inspiraram nas reflexões gramscianas. Recordo aqui só poucos exemplos. Christine Buci-Glucksmann e Göran Therborn realizaram uma análise da ação da socialdemocracia europeia e da construção do *Welfare State* com base no conceito de revolução passiva¹. Dora Kanoussi, após transformá-lo no conceito central da reflexão gramsciana², afirma até mesmo a possibilidade de compreender toda a modernidade como revolução passiva³. E, mais recentemente, Giuseppe Chiarante valeu-se do conceito para definir a democracia pós-fascista na Itália como um caso particular de revolução passiva⁴. A noção de revolução passiva foi também utilizada entre nós para tentar conceituar momentos fundamentais da história brasileira⁵. Sem discutir aqui a justeza (ou não) destes e de outros usos do conceito, devemos admitir que eles são metodologicamente autorizados pelo próprio Gramsci, já que foi ele mesmo o primeiro a estender a noção de revolução passiva para inteiras e diferentes épocas históricas.

Mas quais são, segundo Gramsci, os traços principais de uma revolução passiva? Ao contrário de uma revolução popular, “jacobina”, realizada a partir de baixo — e que, por isso, rompe radicalmente com a velha ordem política e social —, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente “de baixo”) e da “renovação” (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto”, através de “concessões” das camadas dominantes). Neste sentido, falando da Itália mas expressando características universais de toda revolução passiva, Gramsci afirma que uma revolução deste tipo manifesta.

o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da his-

¹ C. Buci-Glucksmann e G. Therborn. *Le défi social-démocrate*. Paris: Maspero, 1981, p. 138 s., 180 s., etc.

² D. Kanoussi e Javier Mena. *La revolución pasiva. Una lectura de los Cuadernos de la cárcel*. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

³ D. Kanoussi. *Uma introducción a los Cuadernos de la cárcel de Antonio Gramsci*. Puebla-México: BUAP-Plaza y Valdez, 2000, p. 141.

⁴ G. Chiarante. *Da Togliatti a D'Alema*. Roma-Bari: Laterza, 1997, p. 38 s.

⁵ Cf., entre outros, C. N. Coutinho. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In: Id. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 191-219; Luiz Werneck Vianna. “Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira”. In: Id. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 12-27. Muitos outros autores brasileiros usaram o conceito de revolução passiva; recordo, em particular, Marco Aurélio Nogueira, Alberto Aggio, Marcos Del Roio, Milton Lahuerta e Ruy Braga.

*tória italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de 'restaurações' que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de 'restaurações progressistas' ou 'revoluções-restaurações', ou, ainda, 'revoluções passivas'*⁶

O aspecto restaurador, portanto, não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas. A revolução passiva, portanto, não é sinônimo de contra-revolução e nem mesmo de contra-reforma; na verdade, numa revolução passiva, estamos diante de um reformismo “pelo alto”⁷.

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações (CC, 5, 317).

Mais tarde, sobretudo em sua polêmica com o Croce de *Storia d'Europa nel secolo XIX*, Gramsci amplia o seu conceito e afirma que o *Risorgimento* se insere numa revolução passiva mais ampla, de alcance europeu, que caracteriza toda uma época histórica, iniciada com a Restauração pós-napoleônica. Nesta época, as novas classes dominantes, formadas agora na sequência do compromisso entre os vários segmentos da burguesia e as velhas camadas de grandes proprietários fundiários, reagem contra as conseqüências mais radicais da Revolução Francesa, mas ao mesmo tempo introduzem pelo alto — ainda que contra as massas populares — muitas das conquistas desta revolução (cf., p. ex., CC, 1, 298-300). Trata-se da época na qual o liberalismo se consolida e se expande, mas em aberta oposição à democracia. Gramsci não hesita em dizer que o liberalismo antidemocrático de Croce não é mais do que uma ideologia que busca legitimar e justificar a revolução passiva.

Uma outra época de revolução passiva, sempre segundo Gramsci, seria aquela na qual a burguesia reage contra a Revolução de Outubro,

buscando adotar, na tentativa de neutralizá-la, algumas de suas conquistas, como, por exemplo, elementos de economia programática. Esta nova época se manifestaria em dois dos principais fenômenos do primeiro pós-guerra, ou seja, o fascismo e o americanismo. Sobre o fascismo, considerado como uma mescla de conservação e mudança, Gramsci é claro:

Ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro (CC, 1, 299; grifos meus).

Com relação ao americanismo, Gramsci é mais cauteloso:

Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática [...]. Questão de saber se o americanismo pode constituir uma “época” histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo [...] das “revoluções passivas” [...], ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma “explosão”, ou seja, uma revolução de tipo francês (CC, 4, 241-2).

No caso do americanismo, portanto, Gramsci fala de revolução passiva, mas expressa uma dúvida; parece-me, porém, que o desdobramento subsequente de sua argumentação se dirige no sentido de conceber o americanismo precisamente como uma “época histórica” de revolução passiva. Uma época, de resto, que — como o demonstraram de modo convincente Buci-Glucksmann e Therborn — atinge seu ponto mais elevado no *Welfare State*, no qual se expandem características que Gramsci já havia indicado no americanismo, como, por exemplo, o crescimento do consumo de massa e a intervenção direta do Estado na economia (cf. CC, 4, 272 s.).

⁶ A. Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Edição em 6 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v. 1, p. 393 (grifo meu). Esta edição será a seguir citada, no corpo do texto, como CC, seguido do número do volume e da respectiva página; por exemplo, no caso em questão, CC, 1, 393.

⁷ Buci-Glucksmann e Therborn, op. cit., caracterizam o *Welfare* como “reformismo de Estado”.

Podemos resumir do seguinte modo algumas das características principais de uma revolução passiva: 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) esta reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução*, de *conservação e modernização*.

2. Contra-reforma

Ao contrário de “revolução passiva”, Gramsci emprega muito pouco nos *Cadernos do cárcere* o termo “contra-reforma”. Além do mais, na esmagadora maioria dos casos, o termo se refere diretamente ao movimento através do qual a Igreja Católica, no Concílio de Trento, reagiu contra a Reforma protestante e algumas de suas conseqüências políticas e culturais. Mas pode-se também registrar que Gramsci não apenas estende o termo a outros contextos históricos, mas busca ainda extrair dele algumas características que nos permitem, ainda que só aproximativamente, falar da criação por ele de um conceito.

Sobre a possibilidade de estender historicamente o termo, pode-se constatar que Gramsci, num parágrafo onde fala do Humanismo, refere-se a uma “contra-reforma antecipada”. Resta assim claro que, para ele, pode ocorrer uma contra-reforma também diante de fenômenos históricos outros que não a Reforma protestante: no caso, diante do florescimento das comunas na Itália pré-renascentista. Diz Gramsci:

Assim, não lhe agrada [a Arezio] que Toffanin considere todo o Humanismo como fiel ao cristianismo, embora reconheça que até os cétricos ostentavam religiosidade. A verdade é que se tratou do primeiro fenômeno “clerical” no sentido moderno, uma Contra-Reforma por antecipação (de resto, era Contra-Reforma em relação à época comunal). Eles se opunham à ruptura do universalismo medieval e feudal que estava implícita nas Comunas e que foi sufocada no nascedouro, etc. (CC, 2, 157).

Em outro parágrafo, no qual caracteriza as utopias como reações “modernas” e “populares” à Contra-Reforma, Gramsci apresenta um dos traços definidores desta última como sendo próprio de todas as restaurações:

A Contra-Reforma, [...] de resto, como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo (CC, 5, 143; grifos meus).

Parece-me importante sublinhar que, nesta passagem, Gramsci caracteriza a contra-reforma como uma pura e simples “restauração”, diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em uma “revolução-restauração”. Apesar disso, porém, ele admite que até mesmo neste caso tem lugar uma “combinação entre o velho e o novo”. Podemos supor assim que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contra-reforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem “restaurações”, mas que “acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo”, como diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado.

Uma outra importante observação de Gramsci refere-se ao fato de que a contra-reforma não se define como tal, como um movimento restaurador, mas — tal como o faz o neoliberalismo de nossos dias — busca apresentar-se também ela como uma “reforma”. Lembremos o que diz ele:

Os católicos (e especialmente os jesuítas, que são mais cuidadosos e conseqüentes inclusive na terminologia) não querem admitir que o Concílio de Trento tenha apenas reagido ao luteranismo e a todo o conjunto das tendências protestantes, mas sustentam que se tratou de uma “Reforma católica” autônoma, positiva, que se teria verificado em qualquer caso. A pesquisa da história destes termos tem um significado cultural não desprezível (CC, 4, 90; grifo meu).

3. O Welfare State como revolução passiva

Uma vez esboçadas as principais determinações que as duas noções assumem em Gramsci, podemos retornar à questão formulada no início desta intervenção: a época neoliberal, iniciada nas últi-

mas décadas do século XX, aproxima-se mais de uma revolução passiva ou de uma contra-reforma?

A pergunta, evidentemente, não tem nenhum sentido para a própria ideologia neoliberal. Nem mesmo os seus primeiros defensores — doutrinários duros e puros, mas que tinham pelo menos o mérito da sinceridade — diziam-se “conservadores”⁸. Hoje, os ideólogos do neoliberalismo gostam de se apresentar como defensores de uma suposta “terceira via” entre o liberalismo puro e a socialdemocracia “estatista”, apresentando-se assim como representantes de uma posição essencialmente ligada às exigências da modernidade (ou, mais precisamente, da chamada pós-modernidade) e, portanto, ao progresso⁹. A versão atual da ideologia neoliberal faz assim da reforma (ou mesmo da revolução, já que alguns gostam de falar de uma “revolução liberal”) a sua principal bandeira.

A palavra “reforma” foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca assim utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a idéia de “reforma”. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificatoriamente apresentadas como “reformas”, isto é, como algo progressista em face do “estatismo” que, tanto em sua versão comunista como naquela socialdemocrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, etc., significa agora cortes, restrições, supressão destes direitos e deste controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem sucedida.

Vimos que a noção de revolução passiva pode

ser ligada — como o fazem Buci-Glucksmann e Therborn, na trilha aberta por Gramsci — à idéia de reforma, ou mesmo de reformismo, embora se trate em última instância de um reformismo conservador e “pelo alto”. Como vimos, um verdadeiro processo de revolução passiva tem lugar quando as classes dominantes, pressionadas pelos de baixo, acolhem — para continuar dominando e até mesmo para obter o consenso passivo por parte dos subalternos — “uma certa parte das exigências que vinham de baixo”, nas palavras já citadas de Gramsci.

Foi precisamente o que aconteceu na época do *Welfare State* e dos governos da velha socialdemocracia¹⁰. Com efeito, o momento da *restauração* teve um papel decisivo no *Welfare*: através das políticas intervencionistas sugeridas por Keynes e do acolhimento de muitas das demandas das classes trabalhadoras, o capitalismo tentou e conseguiu superar, pelo menos por algum tempo, a profunda crise que o envolveu entre as duas guerras mundiais. Mas esta *restauração* se articulou com momentos de *revolução*, ou, mais precisamente, de *reformismo* no sentido forte da palavra, o que se manifestou não apenas na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, mas também na adoção pelos governos capitalistas de elementos de economia programática, que até aquele momento era defendida apenas por socialistas e comunistas. É certo que as velhas classes dominantes continuaram a dominar, mas os subalternos foram capazes de conquistar significativas “vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital”¹¹.

Deve-se recordar que o *Welfare* surgiu num momento em que a classe trabalhadora, através de suas organizações (sindicais, políticas), obtivera uma forte incidência na composição da correlação de forças entre o trabalho e o capital. Nem se deve esquecer que a revolução passiva *welfariana* é também uma resposta ao grande desafio ao capital representado não só pela Revolução de Outubro, mas também pela presença da União Soviética, que

⁸ Refiro-me sobretudo a Friedrich von Hayek, que intitulou o último capítulo do seu famoso *The Constitution of Liberty* (Londres: Routledge, 1976) precisamente “Por que não sou conservador”. Contudo, comparado aos atuais teóricos da chamada “terceira via”, a nova encarnação do neoliberalismo, Hayek não era hipócrita, se pensarmos na brilhante definição de hipocrisia dada pelo moralista francês La Rochefoucauld, ou seja, como “a homenagem que o vício presta à virtude”. Hayek jamais escondeu que seu inimigo principal, talvez ainda mais do que o comunismo, era a socialdemocracia reformista que lutava pelo *Welfare State*. Ele não se considerava um “reformista”, mas precisamente alguém que lutava pela *restauração* da velha ordem, ou seja, a de um suposto mercado *inteiramente livre*.

⁹ Cf., entre muitos outros, Anthony Giddens. *A terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹⁰ Não posso aqui desenvolver o tema, mas me parece que algumas (ainda que não muitas) das conquistas do *Welfare State* foram asseguradas aos trabalhadores urbanos, na América Latina, durante o chamado período populista. Talvez isso explique o fato de que hoje, em nosso subcontinente, o termo “populismo” seja utilizado pelos neoliberais para desqualificar qualquer tentativa de escapar dos constrangimentos impostos pelo fetichismo do mercado.

¹¹ A expressão é de Marx (“Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”. In: K. Marx e F. Engels. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1956, v. 1, p. 354), referindo-se à limitação legal da duração da jornada de trabalho e ao movimento cooperativista.

emergia da Segunda Guerra com um enorme prestígio junto às massas trabalhadoras de todo o mundo.

4. O neoliberalismo como contra-reforma

Não creio que se possa encontrar nisso que chamei (um pouco simplificarmente) de “época neoliberal” esta dialética de restauração-revolução que caracteriza, sempre segundo Gramsci, as revoluções passivas. Na conjuntura em que estamos imersos, as classes trabalhadoras — por muitas razões, entre as quais a chamada “reestruturação produtiva”, que pôs fim ao fordismo e, portanto, às formas correspondentes de organização dos operários — têm sido obrigadas a se pôr na defensiva: suas expressões sindicais e político-partidárias sofreram assim um evidente recuo na correlação de forças com o capital. Além disso, com o colapso do “socialismo real”, diminuiu em muito a força de atração das idéias socialistas, que uma habilidosa propaganda ideológica identificou com o modelo “estatolátrico” vigente nos países da Europa do Leste. A luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado.

Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de “uma certa parte das exigências que vêm de baixo”, que Gramsci considerava — como já vimos — uma característica essencial das revoluções passivas. Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta — infelizmente em grande parte bem sucedida — de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare*. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas, etc. — “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) — têm por objetivo a pura e simples *restauração* das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado.

Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de “vitórias da economia política do trabalho” e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. É por isso que me parece mais

adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de *contra-reforma*. (De resto, pelo menos nos países ocidentais, não se trata de uma *contra-revolução*: em tais países, o alvo da ofensiva neoliberal não são os resultados de uma revolução propriamente dita, mas o reformismo que caracterizou o *Welfare State*.)

Decerto, a época neoliberal não destrói integralmente algumas conquistas do *Welfare*, o que se deve sobretudo à resistência dos subalternos. Por outro lado, nos círculos neoliberais mais ligados à chamada “terceira via” (e até mesmo em organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial) vem se manifestando nos últimos tempos uma “preocupação” em face das conseqüências mais desastrosas das políticas neoliberais (que continuam malgrado isso a ser aplicadas), entre as quais, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza. Mas esta “preocupação” — que levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso do “Fome Zero” aqui no Brasil — não anula o fato de que estamos diante de uma indiscutível contra-reforma.

Lembremos que Gramsci nos adverte, como vimos antes, para o fato de que “as restaurações [não são] um bloco homogêneo, *mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo*” (CC, 5, 143). O que caracteriza um processo de contra-reforma não é assim a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades.

5. Transformismo

Como se sabe, Gramsci chamou a atenção para uma importante conseqüência da revolução passiva: a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico, um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social. Malgrado se apresente, nas palavras de Gramsci, como uma “ditadura sem hegemonia” (CC, 5, 330), o Estado protagonista de uma revolução passiva não pode prescindir de um mínimo de consenso. E Gramsci nos indica o modo pelo qual as classes dominantes obtêm este consenso mínimo, “passivo”, no caso de processos de transição “pelo alto”, igualmente “passivos”. Ele se refere à Itália, mas avança observações válidas,

quando devidamente concretizadas, também para outros países e outras épocas:

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva” [...] Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (CC, 5, 286).

Uma das razões que parecem justificar o uso do conceito de revolução passiva para caracterizar a

época do neoliberalismo é precisamente a generalização de fenômenos de transformismo, seja nos países centrais como nos periféricos. Embora não me proponha aqui discutir mais diretamente a questão (que merece, porém, uma atenção especial), creio que o transformismo como fenômeno político não é exclusivo dos processos de revolução passiva, mas pode também estar ligado a processos de contra-reforma. Se não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismos que, em nossa época, marcaram a ação de socialdemocratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contra-reformistas em países europeus, mas também fenômenos como os governos Cardoso e Lula num país da periferia capitalista como o Brasil.

O tratamento mais aprofundado desta importante questão, contudo, vai além dos limites desta intervenção.

OFICINAS OPTATIVAS

*As lições do
Dicionário de Politiquês:
pesquisar e traduzir*

Por Vito Giannotti¹

¹ Escritor e coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). É autor de vários livros, dentre eles *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*, *Muralhas da Linguagem* e *Dicionário de Politiquês*.

Se tivéssemos que resumir em duas palavras o conteúdo do *Dicionário de Polítiquês* diríamos tranquilamente: Em primeiro lugar, pesquisar. Em segundo, traduzir. Esta é a síntese destas páginas. Pesquisar qual língua nosso leitor ou ouvinte de um programa de rádio ou de um discurso fala e entende. Já vimos que não é suficiente responder que nosso público fala português. Isso não diz absolutamente nada. Qual português? O dos professores da USP ou dos moradores da favela da Rocinha? O falado no mercado de Santana de Passa Quatro, em Minas Gerais, ou o dos pequenos produtores rurais de São Raimundo Nonato, no Piauí? O dos portuários de Vitória ou o dos metalúrgicos de São Bernardo? E mais, estamos tratando de qual língua portuguesa? Da falada pelos bancários do Rio de Janeiro ou pelos comerciantes do Ceará? Da dos psicólogos e assistentes sociais do Brasil inteiro ou daquela que é falada pelos trabalhadores da construção civil de Pernambuco?

Uma coisa é a língua falada por médicos, economistas ou agentes da Bolsa de Valores de São Paulo. Outra é a falada pelos funcionários das escolas estaduais de Sergipe, Alagoas, Paraná ou São Paulo. A diferença não é regional. É de níveis de escolaridade. É de anos de banco de escola. É, numa síntese totalmente pessoal, de experiência de vida. Nesse sentido, o português falado pelos professores da Universidade Federal do Paraná, ou pelos auditores fiscais da Paraíba, é o mesmo. Ele é igual ao dos engenheiros do Rio de Janeiro ou da Bahia.

Falamos isto não para fazer comparações de valor. Quem é melhor ou pior. Não é esse o espírito. Trata-se de perceber que, do ponto de vista da linguagem, há enormes diferenças em consequência dos anos de escolaridade. Essa constatação simplesmente quer mostrar, repetir, insistir que há diferenças muito grandes entre os vários públicos. Diferenças não regionais, mas de anos de experiências e de estudo.

Esta é a primeira pesquisa a ser feita. Saber qual língua nosso ouvinte, ou leitor fala. Sempre é preciso se perguntar se aquele público X entende tal palavra, tal expressão.

Se aquele público entender, não há problema. Pode-se falar até que “o rei está nu”. E se aquele público não entender patavinas de que rei está-se falando, de como e quando ficou nu? O que ele fez de errado para ficar doidinho, andando nu por aí? Se meu público não entender tudo isso eu tenho que esquecer

a historinha do tal rei nu, que só eu e mais um, dois, três mil brasileiros entendem, e usar outra imagem. Qual? Vamos pesquisar! Tem que ver qual a imagem. Qual o exemplo, a piada, a palavra, a expressão é conhecida, é familiar ao meu público, e aí usá-la. Qual imagem? Qualquer uma, menos a do meu rei nu.

Cada palavra tem seu significado próprio. Cada palavra pode ser usada para exprimir tal ideia. Mas, se meu público não conhecer o termo, o que faço? Preciso encontrar outro sinônimo. Outra expressão que diga a mesma coisa.

Muitas vezes não é fácil. Há palavras que não tem como não usar. Palavras que não tem como traduzir. Não tem como explicar de outra maneira. Tem vezes que é preciso usar esta ou aquela palavra mesmo se o meu público não conhecer. Mesmo que não a entenda.

Neste caso é preciso traduzir imediatamente a palavra, como se fosse um parêntese. Neste momento o artigo ou o discurso ou a fala passa a ser uma aula onde eu me comporto como professor. Não tem outro jeito.

Vejamos um exemplo. Eu preciso falar pela primeira vez para um público X sobre a reestatização da Petrobras e quero usar a palavra reestatização, embora seja desconhecida do meu público. Neste caso é uma palavra nova, mas não tem como não usá-la e foi decidido coletivamente que deve ser usada. Então deverei fazer uma frase que use a palavra reestatização e que a explique logo a seguir. Algo desse tipo: “Nós estamos lutando pela reestatização da Petrobras. Ou seja, a Petrobras deve voltar a ser propriedade do Estado brasileiro...” ou, “ela deve ser reestatizada, ou seja voltar a ser patrimônio público”.

Um outro exemplo: “O projeto neoliberal implica a flexibilização total da CLT”. Como posso exprimir tal ideia, se meu público é novato e não está acostumado com a palavra flexibilização? Posso dizer assim: “O projeto neoliberal exige que sejam retirados todos os direitos dos trabalhadores. É isso que eles chamam de flexibilização”.

Ou seja, usei a palavra nova que não tinha como não usar, mas a expliquei logo em seguida. Estou dando uma explicação típica de uma aula de português. Mas, não é possível explicar dez palavras em cada artigo ou discurso. Aí, meu artigo ou fala fica uma chatíssima aula de língua portuguesa.

Só um lembrete. Não há uma única maneira de

traduzir uma palavra ou expressão. É possível dizer tal coisa com uma frase determinada. Ou posso dizê-la com outra palavra, outra frase. Não há uma maneira única de traduzir. É por isso que em muitas palavras do dicionário há uma ou mais palavras ou expressões que traduzem o seu significado.

Muitas vezes é necessário fazer uma frase nova para garantir a lógica do pensamento. Não é suficiente traduzir uma palavra só. Outras vezes é preciso fazer o que tecnicamente se chama circunlocução. Isto é, uma frase que exprima o que tal palavra a traduzir quer dizer.

Em resumo, para falar a língua dos mortais comuns é preciso:

1 – Se convencer de que há mais de uma língua dentro da língua-mãe;

2 – Se convencer de que a maioria da população tem dificuldades; para entender aquilo que quem tem o tal terceiro grau fala ou escreve;

3 – Ter claro que ou a gente traduz nossa linguagem ou estaremos falando para o vento;

4 – Pesquisar até conhecer muito detalhadamente a vida, as aspirações, as decepções, os sonhos, o dia-a-dia do nosso público: o povo.

5 – Escutar e aprender com a linguagem dos “normais”, isto é, dos mais de 90% de brasileiros que não têm o famoso terceiro grau.

6 – Se dispor a aprender a escrever e falar esta nova língua. Não se aprende inglês, francês, espanhol, italiano? Pois também temos que aprender esta nova língua.

Realização

NPC

Núcleo Piratininga
de Comunicação

Rua Alcindo Guanabara, nº 17 - sala 912

CEP: 20031-130 - Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ

Site: www.piratininga.org.br / E-mail: npiratininga@piratininga.org.br

NPC no Twitter: http://twitter.com/NPC_

Blog: <http://blogdonpc.wordpress.com/>

Fones: (21) 2220-5618 e 9973-3249 / Fax: (21) 2220-4895